



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO**

CESAR MAURICIO DE ABREU MELLO

A MORTE COMO HIPÓTESE DE TRABALHO: a percepção dos riscos profissionais
pelo policial militar nas diferentes regiões do Estado do Pará

Belém
2021

CESAR MAURICIO DE ABREU MELLO

A MORTE COMO HIPÓTESE DE TRABALHO: a percepção dos riscos profissionais
pelo policial militar nas diferentes regiões do Estado do Pará

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.
Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental

Orientador: Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento

Coorientador: Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos

Belém
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo FICAT, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

M527m

Mello, Cesar Maurício de Abreu.

A morte como hipótese de trabalho: a percepção dos riscos profissionais pelo policial militar nas diferentes regiões do Estado do Pará / Cesar Maurício de Abreu Mello. — 2021.

139 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento

Coorientador(a): Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de

Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2021.

1. Riscos policiais. 2. Vitimização policial. 3. Polícia militar. 4. Percepção de riscos. I. Título.

CDD 363.1

CESAR MAURICIO DE ABREU MELLO

A MORTE COMO HIPÓTESE DE TRABALHO: a percepção dos riscos profissionais pelo policial militar nas diferentes regiões do Estado do Pará

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.
Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento
Orientador- PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
Coorientador - PPGSP/IFCH/UFPA

Prof. Dr. Dr. Hisakhana Pahoona Corbin
Examinador Interno - PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Armin Mathis
Examinador Interno - PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Jarsen Luís Castro Guimarães
Examinador Externo - PPGCS/UFOPA

Prof. Dra. Silvia dos Santos de Almeida
Examinadora Externa - PPGSP/IFCH/UFPA

AGRADECIMENTOS

Elaborar uma tese de doutorado é sempre um trabalho coletivo. Muitas foram as pessoas que ao longo desta jornada contribuíram com seus saberes, esforços, tempo e com palavras de incentivo. Sou grato a todos, mesmo que, vítima do esquecimento, não as nomeie todas como deveria.

Início meus agradecimentos a duas pessoas que, sem as quais, certamente nenhuma destas linhas seriam escritas: meus orientadores, Professores Doutores Durbens Martins Nascimento e Edson Marcos Leal S. Ramos. Tenham certeza de que todos os avanços deste trabalho se devem a permanente e cuidadosa orientação de vocês. Os fracassos foram exclusivos meus.

Minha gratidão a Prof^ª. Dra. Maély Ferreira de Holanda Ramos e sua equipe no NEAC/UFPA, que gentilmente coordenaram e executaram alguns dos Grupos Focais desta pesquisa e a Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida, pesquisadora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPSP/IFC/UFPA) que sempre se dispôs a me ajudar a desatar todos os nós que surgiam no caminho.

Igualmente, sou profundamente grato a Prof^ª. Dra. Fernanda Valli Nummer, pesquisadora pioneira no estudo antropológico da vida na caserna, minha orientadora do mestrado que me fez dar os primeiros passos na busca de soluções acadêmicas para os problemas reais.

Presto continência aos muitos amigos da Polícia Militar do Pará que foram e são incansáveis na busca por estratégias para tornar a profissão mais segura. Aos ex-comandantes gerais coronéis da reserva remunerada Roberto Campos e Hilton Benigno, por me autorizarem a pesquisar um tema tão sensível à corporação e colocarem em prática muitas das sugestões apresentadas pelas pesquisas. Muito obrigado ao Coronel Hugo Regateiro (amigo, irmão, canga em vários cursos operacionais, companheiro de muitos bons e poucos maus momentos), Tenente Coronel Fabrício Bassalo (amigo, parceiro de infinitas horas de estudo, discussões e que dividiu comigo horas de sala de aula nos Seminários de Autoproteção), Coronel Fernando Noura (ex-chefe e que me possibilitou adentrar na vida acadêmica), Major Castro Alves, Major Drago, Major Iuri, Tenente Coronel Aleixo, profissionais talentosos e companheiros de pesquisa que se dedicam há muito tempo a entender problemas e elaborar soluções.

Continência também aos coronéis Maués, Helderley e David que, sendo exemplos de conduta para seus subordinados, sempre demonstraram preocupação com sua tropa.

Muito obrigado a cabo Ildean Lopes Lima, exemplo de persistência, esforço, disciplina e superação, por ter sido meu braço direito e esquerdo (ao mesmo tempo), oferecendo-me tempo e tranquilidade necessários para me dedicar aos estudos. Além disso, coordenou o grupo de pesquisadores integrado pela Vanessa Monteiro e outros, responsáveis pelo aprimoramento do banco de dados.

Agradeço a cabo Stefanie, outra companheira de farda que me possibilitou a quietude necessária ao surgimento de ideias. Da mesma forma, a cabo Tatiane Toulosa que gentilmente compartilhou seus conhecimentos específicos e ajudou a transformar informes em informações.

A todos os policiais militares que dividiram comigo seu tempo, seja em conversas informais, entrevistas, respondendo questionários ou que participaram comigo de missões onde pude ter *insights* valiosos sobre o enfrentamento dos perigos tão comuns à nossa profissão.

Um reconhecimento pelas dívidas intelectuais que tenho com os professores do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP/IFCH/UFPA) e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA) pela construção dos alicerces acadêmicos indispensáveis. Obrigado ao Prof. Dr. Jarsen Luís Castro Guimarães (PPGCS/UFOPA) que, durante a qualificação, fez oportunas e preciosas recomendações.

Aos meus pais, Aláudio e Vera, que me ensinaram a ter disciplina intelectual e me inculcaram, desde muito jovem, o hábito da leitura. Obrigado por serem meus exemplos.

A minha filha Luna, paixão da minha vida, para quem eu procuro servir como exemplo, peço desculpas pelas muitas ausências em função dos serviços e do tempo em que deixei de brincar com você para me dedicar aos estudos. Te amo.

Sob pena de cometer uma grande injustiça, tenho uma dívida impagável de gratidão com Erika Pereira que me acompanhou, de longe, de perto e de muito perto, por toda minha carreira policial e acadêmica. Muito obrigado por sua ajuda, por seus conselhos, pelo seu equilíbrio, por sua companhia e pelo seu amor.

Peço escusas àqueles cuja lembrança me faltou. Mesmo assim, recebam todos o meu muito obrigado.

*Ao ingressar na Polícia Militar do Pará, prometo regular minha
conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das
autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me, inteiramente, ao serviço
Policial-Militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da
comunidade, mesmo com o **sacrifício da própria vida.***

Compromisso de Honra que todos os integrantes da Polícia Militar devem fazer ao ingressar
na corporação
Art. 35 da Lei Estadual 5.251, de 31 de junho de 1985

RESUMO

Importância do estudo: A vitimização policial militar, considerada como o evento em que o policial é vítima de alguma ação ou acontecimento em decorrência de sua escolha profissional não é um fenômeno novo, visto que está intimamente ligado aos riscos da atividade. Os riscos policiais, que se iniciam com a entrada do indivíduo na corporação e somente se encerra após a sua morte, foram definidos nesta pesquisa como a exposição do profissional aos perigos relacionados exclusivamente ou não a prática diária do policiamento, não se limitando ao turno de serviço, e que está diretamente relacionado a vitimização. Compreender, portanto, como tais profissionais percebem o risco associado à profissão se reveste de grande importância para o desenvolvimento de ações que venham a diminuir a vitimização policial. **Objetivo:** este trabalho objetiva analisar as diferentes percepções de risco associadas ao trabalho que os policiais militares paraenses têm em função da região do estado onde exercem suas atividades, especificamente nos municípios de Belém, Marabá e Santarém. **Materiais e métodos:** Tratou-se de um estudo de natureza mista, exploratória e explicativa que utilizou como técnicas de investigação a análise documental, entrevistas semiestruturadas, grupos focais e aplicação de questionários como técnica de coleta de dados. **Resultados:** Foram obtidos resultados que acenam para uma percepção de riscos que é afetada pelo local de trabalho sobretudo quando é levado em consideração a questão populacional que diferencia cidade grande *versus* cidade pequena. **Conclusão:** Finaliza com a necessidade de maior aprofundamento nos estudos de percepção do risco por policiais militares, como também na adoção de estratégias diferenciadas de treinamento e com vistas a reduzir o número de ferimentos e mortes na Polícia Militar.

Palavras Chaves: riscos policiais; vitimização policial; polícia militar; percepção de riscos.

ABSTRACT

Importance of the study: police victimization, considered as the event in which the police officer is the victim of some action or event as a result of their professional choice, is not a new phenomenon, as it is closely linked to the risks of the activity. Police risks, which begin with the individual's entry into the corporation and only end after their death, were defined in this research as the professional's exposure to dangers related exclusively or not to the daily practice of policing, not limited to the shift of service, and that is directly related to victimization. Therefore, understanding how these professionals perceive the risk associated with the profession is of great importance for the development of actions that will reduce police victimization. **Objective:** This work aims to analyze the different perceptions of risk associated with the work that military police officers from Pará have in terms of the region of the state where they carry out their activities, specifically in the municipalities of Belém, Marabá and Santarém. **Materials and methods:** This was a mixed, exploratory and explanatory study that used document analysis, semi-structured interviews, focus groups and questionnaires as a data collection technique as research techniques. **Results:** Results were obtained that point to a perception of risks that is affected by the workplace, especially when the population issue that differentiates big city versus small city is taken into account. **Conclusion:** It ends with the need for more in-depth studies of risk perception by military police officers, as well as the adoption of differentiated training strategies aimed at reducing the number of injuries and deaths in the Military Police.

Keywords: police risks; police victimization; military police; risk perception.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1-	Mapa do Estado do Pará em 2021 com destaque para as cidades de Belém, Marabá e Santarém.....	27
Quadro 1-	Número de registro de ocorrências de homicídios, latrocínios, lesão corporal, roubo, furto, roubo a veículo, Índice de Criminalidade Média Bayseana Duplamente Ponderada (ICMBDP), população estimada e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios de Belém, Marabá e Santarém no ano de 2019.....	31
Quadro 2-	Descrição sumária e condições gerais de exercício dos policiais militares de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, em 2021.....	42
Quadro 3-	Variáveis e aspectos do policiamento ostensivo (PO) exercido pelos policiais militares da Polícia Militar do Pará, 2021.....	43
Quadro 4-	Uso do termo risco, seus significados, vantagens e limites.....	51
Quadro 5-	Riscos a que estão sujeitos os policiais militares.....	71
Quadro 6-	Efetivo policial militar operacional pronto por município em 2020.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Taxa de mortalidade policial da Polícia Militar do Pará, no período de 2008 a 2020.....	23
Gráfico 2-	Taxa por 100.000 habitantes dos crimes de furto, roubo, ameaça e lesão corporal no período de 2018 a 2020 dos municípios de Belém, Marabá e Santarém.....	33
Gráfico 3-	Quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais dos crimes: furto, roubo, dano no trânsito, ameaça e lesão corporal, no período de 2018 a 2020, no município de Belém, Pará, Brasil.....	34
Gráfico 4-	Quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais dos crimes: furto, roubo, dano no trânsito, ameaça e lesão corporal, no período de 2018 a 2020, no município de Santarém, Pará, Brasil.....	35
Gráfico 5-	Quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais dos crimes: furto, roubo, dano no trânsito, ameaça e lesão corporal, no período de 2018 a 2020, no município de Marabá, Pará, Brasil.....	36
Gráfico 6-	Quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais de Crimes Violentos Letais Intencionais (Homicídio, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte), no período de 2018 a 2020, no município de Belém, Pará, Brasil.....	37
Gráfico 7-	Quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais de Crimes Violentos Letais Intencionais (Homicídio, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte), no período de 2018 a 2020, no município de Santarém, Pará, Brasil.	38
Gráfico 8-	Quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais de Crimes Violentos Letais Intencionais (Homicídio, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte), no período de 2018 a 2020, no município de Marabá, Pará, Brasil.	39
Gráfico 9-	População atendida e procedimentos realizados pelo Centro Integrado de Atenção Psicossocial – CIAP, da Polícia Militar do Pará no período 2018 a 2020.	77

Gráfico 10-	Policiais Militares da Polícia Militar do Pará mortos em serviço ou de folga no período de 2010 a 2018.....	78
Gráfico 11-	Circunstâncias das mortes de policiais militares da Polícia Militar do Pará no período de 2010 a 2020.....	81
Gráfico 12-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, por faixa etária – Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	96
Gráfico 13-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, por tempo de atuação no serviço – Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	97
Gráfico 14-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você usa cinto de segurança na viatura?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	98
Gráfico 15-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem medo de sofrer um acidente de trânsito?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	101
Gráfico 16-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem receio de adoecerem em função da má alimentação, qualidade de sono ruim e estresse?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	101
Gráfico 17-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem medo de ser lesionado em uma abordagem?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	102
Gráfico 18-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem medo de ser contaminado por algum vírus, bactéria, agente patogênico ou doença contagiosa durante o serviço?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	103
Gráfico 19-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem medo de responder a uma Sindicância ou a um Processo Administrativo Disciplinar?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	104
Gráfico 20-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem receio de ser processado judicialmente?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	105

Gráfico 21-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem receio de ser expulsos da PM?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	106
Gráfico 22-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você esconde a sua farda?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	107
Gráfico 23-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você esconde ser policial?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	108
Gráfico 24-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem receio de ser reconhecido como policial?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	109
Gráfico 25-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você entraria em uma casa em chamas para salvar alguém?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	111
Gráfico 26-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você arriscaria sua vida para salvar outra pessoa?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	111
Gráfico 27-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você pularia em um rio para salvar uma pessoa que estivesse se afogando?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	112
Gráfico 28-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você interviria em um assalto mesmo estando de folga?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	112
Gráfico 29-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você entraria em confronto armado contra um número superior de meliantes?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	113
Gráfico 30-	Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você cometeria um ato de bravura para serem promovidos?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Quantidade de Policiais do Efetivo total, mortos e taxa de mortalidade por 1.000 na Polícia Militar do Pará, no período de 2010 a 2021.....	22
Tabela 2-	Estimativa da população dos municípios de Belém, Marabá e Santarém dos anos 2018, 2019 e 2020.....	32
Tabela 3-	Tipos de delitos nas cidades de Belém, Marabá e Santarém no período de 2018 a 2020.....	32
Tabela 4-	Número de policiais militares considerados em serviço ativo da Polícia Militar do Pará mortos no período de 2010 a 2018.....	78
Tabela 5-	Questionários validados aplicados em 2021 nas cidades de Belém, Marabá e Santarém e seu percentual em relação ao total, 2021.....	96

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	PANORAMA DESCRITIVO DA ÁREA DE ESTUDO	27
2.1	O município de Belém	27
2.2	O município de Santarém	28
2.3	O município de Marabá	29
2.4	Comparativo criminal entre os municípios	30
3	REFERENCIAL TEÓRICO	40
3.1	O papel do policial militar no Brasil	40
3.2	A gênese do risco: etimologia, evolução conceitual e suas implicações para o trabalho policial	46
3.3	A morte como hipótese de trabalho: a relação (quase) simbiótica entre o risco e o trabalho policial	56
3.4	Os perigos presentes no imaginário policial: risco epidemiológico	63
3.5	A linha tênue que separa o crime do trabalho policial bem executado: risco Jurídico	64
3.6	A interação do policial com a sociedade: risco intersocial	66
3.7	A internalização do mito do herói: risco voluntário	68
3.8	O risco e a vitimização do policial militar	72
4	METODOLOGIA	84
4.1	A natureza da pesquisa	84
4.2	Considerações sobre o <i>locus</i> da pesquisa	85
4.3	Instrumentos de coleta	87
4.4	Procedimentos de coleta	88
4.5	Procedimentos de análise	94
4.6	Questões Éticas	95
5	RESULTADOS	96
5.1	Caracterização da amostra	96
5.2	Os riscos epidemiológicos	97
5.3	Os riscos jurídicos	104
5.4	Risco intersocial	106
5.5	Os riscos voluntários	110
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS	122

APÊNDICES.....	132
APÊNDICE A – Formulário de identificação para os Grupos Focais.....	133
APÊNDICE B – Roteiro das questões norteadoras dos Grupos Focais.....	135
APÊNDICE C – Termo de Livre Consentimento Esclarecido	137
APÊNDICE D – Roteiro das entrevistas semiestruturadas.....	138

1 INTRODUÇÃO

Pode-se conjecturar que a violência é um fenômeno que caminha lado a lado com a experiência humana. Embora seja difícil apreçar o custo da violência em um determinado país, estimativas de Cerqueira e Soares (2011) dão conta que elas consomem cerca de 6,08% do Produto Interno Bruto (PIB) anual do Brasil e seus impactos podem ser analisados sob variadas formas.

Mesmo sendo possível definir a violência de diversas formas, a Organização Mundial de Saúde (OMS) a define como “[...] o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (WHO, 1996).

Afirmar que o Brasil é um país violento constitui quase um pleonasmo. De acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIS/MS), o país registrou 57.956 homicídios no ano de 2018, o que sinaliza uma taxa de 27,8 mortes por 100 mil habitantes (IPEA-FBSP, 2020, p. 7).

Mesmo que tal número represente o menor nível de homicídios em quatro anos, com uma redução de 12% em relação a 2017, ainda se encontra muito distante de uma soma razoável, considerando que a taxa média global em 2018 foi de 5,78 mortes por grupo de 100 mil habitantes, ou seja, quase cinco vezes menor (WB, 2020).

Essa tendência de queda, entretanto, ainda carece de melhores explicações. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (FBSP, 2019, p. 12) que é uma organização não governamental, apartidária e sem fins lucrativos que reúne centenas de associados pesquisadores, acadêmicos, policiais e gestores públicos dedicados a estudar, analisar, divulgar e sugerir melhorias em assuntos relacionados à segurança, afirmaram que “[...] alguns dos números agregados da violência apresentam quedas consideráveis, mas, paradoxalmente, pouco se sabe sobre as origens e razões desse movimento”.

Especula-se algumas teorias. Sabe-se que, por exemplo, com a assunção de novos governos na esfera federal e estadual em 2018, tentativas foram feitas no intuito de reduzir as taxas alarmantes de criminalidade que assolam o país. Nessa direção, o IPEA-FBSP (2020, p. 9) argumenta que a redução de homicídios em 2018 poderia se explicada: a) pela continuidade da trajetória de diminuição de homicídios na maioria das Unidades Federativas (que já fora observada nos anos anteriores e são relacionadas às políticas públicas governamentais); b) pelo

armistício (velado ou não) entre as maiores facções penais nos conflitos ocorridos, principalmente, em seis estados do Norte e Nordeste do país; e c) pelo aumento recorde do número de Mortes Violentas de Causas Indeterminadas (MCVI) (25,6% em relação a 2017), que pode ter ocultado milhares de homicídios.

A violência é um complexo fenômeno sociocultural e universal que assola toda a sociedade. Contudo, ela impacta, vítima ou vitimiza as pessoas ou grupo de pessoas de maneira desigual. Num extremo, há aqueles cujas condições econômicas lhes permitem “filtrar” a violência, morando em condomínios fechados, transitando em veículos blindados e frequentando locais com pouca incidência criminal. Na outra extremidade, daqueles sem tais condições, percebem um mundo diferente e tentam, na medida do possível e de acordo com suas posses, se esquivar da selvageria. Entre as duas fronteiras, encontra-se um grupo de profissionais que, voluntariamente, vive dentro de um mundo repleto de ameaças e, ao contrário dos primeiros que pagam por segurança e dos segundos que tentam fugir dela, eles caminham em direção ao perigo para neutralizá-lo. Eles são chamados de policiais.

Se a vitimização de qualquer cidadão pode ser considerada um infortúnio, a vitimização de um policial constitui uma verdadeira catástrofe na medida em que, ao atingir aquele que deveria proteger todos os outros, tal episódio pode revelar uma possível falha na formação do agente, suscitar dúvidas quanto a eficiência das políticas públicas relacionadas à segurança e potencializar a sensação de insegurança entre os indivíduos, gerando um imaginário simbólico de que o Estado não consegue conduzir de forma satisfatória a manutenção da ordem pública interna.

A vitimização policial militar, considerada nesta pesquisa como o fenômeno em que o policial é vítima de alguma ação ou acontecimento em decorrência de sua escolha profissional não é um fato novo, visto que está diretamente ligado ao risco da atividade.

Policiais militares são agentes de segurança pública estaduais que têm o dever legal e moral de colocar a vida em risco para proteger o cidadão. E isso é dito voluntariamente pelo agente por meio do compromisso de honra firmado quando assume suas funções como policial militar. São funcionários públicos e seu trabalho envolve a exposição repetida e de longo prazo a cargas de trabalho pesadas, elevado nível de estresse e violência no local de trabalho, que impactam negativamente na sua saúde física e mental.

Novo, porém, é o fato de em 2019, constatar-se 69 mortes de policiais militares vítimas de suicídio superando as 47 mortes em confrontos armados em serviço naquele ano. Em 2020, foram 40 mortes por suicídio igualando as 40 mortes em confronto armado em serviço (FBSP, 2021, p. 49-51).

Não obstante, tais ocorrências ganham dimensão independente de seu aspecto numérico, na medida em que, como dito anteriormente, induz uma possível falta de capacidade do Estado em proteger aqueles considerados como a última barreira entre a ordem e a barbárie.

Das leituras realizadas no decorrer desta tese percebe-se uma clara tendência dos autores (e das próprias instituições) em privilegiar estudos sobre um tipo específico de risco que se convencionou chamar de “risco epidemiológico”, isto é, aquele que pode resultar em lesões, mortes, traumas físicos ou psicológicos. Uma das explicações possíveis seria a importância dispensada pela mídia às mortes e ferimentos de policiais em detrimento, por exemplo, às sanções administrativas sofridas por um policial em decorrência de uma decisão equivocada.

No entanto, a vitimização dos policiais em todo o Brasil é um fenômeno de proporções bem maiores. Além dos fatores diretamente relacionados as suas atividades contra o crime, que potencializam os riscos de vitimização com dano a sua integridade física (lesões, sofrimento e traumas psicológicos, morte etc.), essa classe profissional está exposta a outras situações geradoras de sofrimento.

Silva (2020) ressalta que os policiais militares são privados de vários direitos assegurados aos trabalhadores brasileiros em geral. Adicionalmente, estão mais sujeitos à violência simbólica¹ sofrida em razão da sua escolha profissional. Soma-se a isso as doenças associadas à privação de sono, à alimentação inadequada, às longas horas de trabalho em pé, sentados em viaturas ou suportando o peso dos equipamentos, armas e apetrechos, ao estresse elevado, entre outros. Tem-se, ainda, a possibilidade de o policial ser uma vítima aleatória do crime, isto é, ser vitimado enquanto cidadão comum.

O Brasil, apesar de ter gastado noventa e seis bilhões em segurança pública no ano de 2020 (FBSP, 2021, p. 15), possui um *locus* de atuação do trabalho policial caracterizado por um cenário com números de guerra.

Pesquisadores do FBSP utilizando dados incompletos fornecidos pelos estados (já que alguns deles não apresentaram informações adequadamente) registram o número de 194 policiais militares e civis mortos no ano de 2020 vítimas dos crimes de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, que são tipificações penais agrupadas para fins didáticos nos chamados “Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). Tal soma representa um aumento de 12,8% nos registros em 2019, principalmente, se forem adicionadas as mortes

¹ Violência simbólica é um termo cunhado pelo cientista social Pierre Bourdieu e refere-se a um tipo especial de violência oculta que ocorre entre pessoas ou entes com grande desigualdade de poder econômico, cultural ou social, muitas das vezes com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, dos que a exercem.

causadas por suicídios (69) e uma dezena de outras relacionadas à atividade policial (FBSP, 2021, p. 49-51)

A guisa de comparação, em todos os Estados Unidos no ano de 2018, houve 185 mortes em serviço de agentes de segurança locais, estaduais e federais. Desse total, 52 foram vítimas de ferimentos sofridos por tiros, 51 por acidentes automobilísticos, 20 mortes em decorrências de ataques cardíacos e o restante causadas por doenças infligidas aos que responderam aos ataques terroristas de 11/09/01 (ODMP, 2018).

Pode-se acrescentar também as mortes de policiais causadas pela pandemia de COVID-19, na medida em que os policiais militares constituem uma categoria profissional cuja inúmeras regras preventivas estão fora de alcance e a própria natureza do serviço (privação de sono, má alimentação, estresse, desconforto, exposição às condições climáticas adversas etc.) contribuem para a baixa de resistência do organismo. No ano de 2020, 114.345 policiais militares foram afastados do serviço por complicações de saúde relacionadas à pandemia e 340 perderam suas vidas (FBSP, 2021, p. 51).

Em se tratando de número de mortes e ferimentos de policiais vitimizados no Brasil, uma observação se faz importante. De maneira geral, como podem constatar os pesquisadores que se dedicam a esse tema, as corporações e os próprios estados têm dificuldades na contabilidade acurada dos casos em que há mortes ou ferimentos dos integrantes da força policial.

As razões não são evidentes, mas há causas prováveis. Primeiro, salvo raríssimas exceções, as corporações não possuem pessoal capacitado (ou dedicado) a coleta desses dados, resultando em informações pouco confiáveis com inúmeros erros de metodologia e sem uma padronização ao nível nacional, o que impede ou dificulta a comparação entre estados. Segundo, parece haver pouco interesse por parte de alguns estados em divulgar números que resultem numa dificuldade de explicação ou de problemas que os estados ainda não sabem ao certo como solucionar. Terceiro, ainda há poucos pesquisadores dentro das corporações com acesso e disposição para garimpar os dados em diferentes bancos de dados, reuni-los, analisá-los, compará-los e produzir resultados válidos.

Outro registro feito pelo FBSP (2020, p. 78) salientam que “a vitimização é maior na Polícia Militar do que na Polícia Civil” e que “[...] continuam a morrer mais na folga do que no serviço”. Na tentativa de explicar tal cenário, apontam:

Para além das especificidades funcionais que expõem o policial militar a um grau mais elevado de risco do que o policial civil, e ajudam a explicar as diferenças entre as corporações quando o assunto é vitimização, percebe-se que o policial militar é especialmente afetado pela violência quando não está em serviço. Estudos associam essa tendência ao fato de que o PM, pela natureza de seu trabalho, está alerta e vulnerável à violência praticamente durante todo o tempo. Não se deixa de ser policial na folga. E é justamente nesses momentos em que muitos profissionais de segurança pública, sobretudo PMs, se valem dos “bicos”, trabalhos em que atuam armados, geralmente para empresas da segurança privada. Ocasões em que o policial não raro atua sozinho ou em equipes reduzidas, sem apoio de recursos operacionais e de comunicação da instituição policial, o que pode deixá-lo mais vulnerável. A própria missão constitucional e formação militar dos PMs contribuem para uma maior exposição a situações de risco, visto que são profissionais muitas vezes submetidos a treinamentos focados no enfrentamento ao inimigo, e que incorporam em suas rotinas estados de alerta permanentes, em que o “inimigo” pode ser qualquer um (FBSP, 2020, p. 78).

O FBSP (2019, p. 53) adverte que uma possível causa seria

[...] a necessidade da administração pública em manter o mito do policial herói sempre vivo, o que gera, na prática, a omissão do Estado para questões básicas, como por exemplo, a melhoria em suas condições sociais, e de trabalho. Ao mesmo tempo, impele o profissional a atuar imbuído do *ethos* do policial guerreiro, imune, portanto, a qualquer tipo de dificuldade e/ou problemas.

No Brasil, em função do sistema federativo vigente, cada ente trata dos problemas relacionados à segurança pública de forma peculiar. O Estado do Pará, que há muitos anos ocupava uma posição de destaque como um dos entes federativos mais violentos do país, vem registrando nos últimos anos sucessivas reduções da criminalidade violenta (FBSP, 2021, p. 21-22). No ano de 2018, enquanto a média da taxa de mortes por cem mil habitantes no Brasil foi de 25,7 o Pará apresentou uma taxa de 54,6 mortes, o que lhe conferiu a quarta posição dentre os estados mais violentos do país (PORTAL G1, 2020). No ano de 2019, reduziu em 27,7% o número de mortes violentas e, em 2020, registrou a maior queda entre os entes federativos reduzindo em 19% as mortes violentas em comparação com 2019, apresentando a taxa de 26,98 mortes por cem mil habitantes (PORTAL G1, 2020).

Se a elevada quantidade de crimes violentos amedronta a população, a questão se torna ainda mais grave quando essas vítimas são os policiais militares, responsáveis pelo enfrentamento da criminalidade. Esse cenário de violência é, por motivos óbvios, percebido também na vitimização policial. Na Polícia Militar do Pará, o ano de 2018 contabilizou 50 mortes de policiais militares do serviço ativo, indicando 1 policial morto para cada grupo de 330 policiais militares². Em 2019 teve-se 1 policial militar morto para cada grupo de 570 e em

² Efetivo total em 2018 dividido pelo número de mortes naquele no mesmo ano (16.499 / 50 = 329,98)

2020, 1 policial militar morto para cada grupo de 252 (Diretoria de Pessoal da PMPA) (Tabela 1).

Em face da relevância desse fenômeno e suas implicações práticas, percebe-se nos últimos anos, uma atenção crescente nos papéis que o bem-estar (e a falta dele) desempenham no exercício profissional de policiais, já que a sua tranquilidade é fundamental para a eficácia das agências e, conseqüentemente, para as comunidades a que elas servem (OLIVEIRA; SANTOS, 2010). Desta forma, atenção especial deve ser proporcionada à formação e à especialização dos policiais como forma de aumentar suas chances de sobrevivência no seu dia a dia, muitas vezes hostil, e, por conseguinte, de aprimorar a proteção da sociedade e a ampliação da sensação de segurança.

Neste contexto, o adequado entendimento dos riscos que envolvem a profissão, de como esse risco é percebido pelos profissionais e de como o *locus* influencia tal fenômeno se reveste de capital importância. No entanto, o trabalho continua sendo um dos mais desafiadores do ponto de vista acadêmico e político.

Outro fato que merece destaque diz respeito a letalidade das polícias brasileiras. No geral, elas matam muito. Dados apresentados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021, p. 58) revelam que 12.767 pessoas foram mortas em decorrência de intervenções policiais em serviço e fora de serviço no biênio 2019 e 2020, o que resulta em uma média pouco acima de 17 brasileiros mortos por dia em “alegados” confrontos. Os policiais brasileiros também morrem muito. O mesmo documento contabiliza que 366 policiais (civis e militares) morreram em todo país naqueles dois anos vítimas de CLVI.

Na Polícia Militar do Pará (PMPA), conforme mostrados na (Tabela 1), 1.443 policiais militares da ativa (ou convocados para o serviço ativo) foram mortos no período de 2010 a 2020, representando uma média mensal de 3,7 mortes.

Há poucas informações confiáveis relacionadas ao número total de feridos, mas, segundo Alves (2021), estima-se algo em torno de 1.500 lesões com alguma gravidade e digna de comunicação oficial no período de 10 anos.

O somatório de óbitos e feridos, além de representar uma tragédia familiar, afeta negativamente a imagem da Polícia Militar e do próprio Estado, trazendo a reboque incontáveis prejuízos econômicos que, em última análise, afetam inclusive ao próprio desenvolvimento do Estado.

Tabela 1 – Quantidade de Policiais do Efetivo total, mortos e taxa de mortalidade³ por 1.000 na Polícia Militar do Pará, no período de 2010 a 2021.

Ano	Quantidade de Policiais		Taxa de mortalidade
	Efetivo Total	Mortos	
2010	15.205	39	2,56
2011	14.865	33	2,22
2012	14.420	30	2,08
2013	16.322	48	2,94
2014	15.844	41	2,59
2015	15.623	36	2,30
2016	15.113	37	2,45
2017	16.857	38	2,25
2018	16.499	50	2,91
2019	16.523	29	1,52
2020	15.616	62	3,91
TOTAL	-	443	-

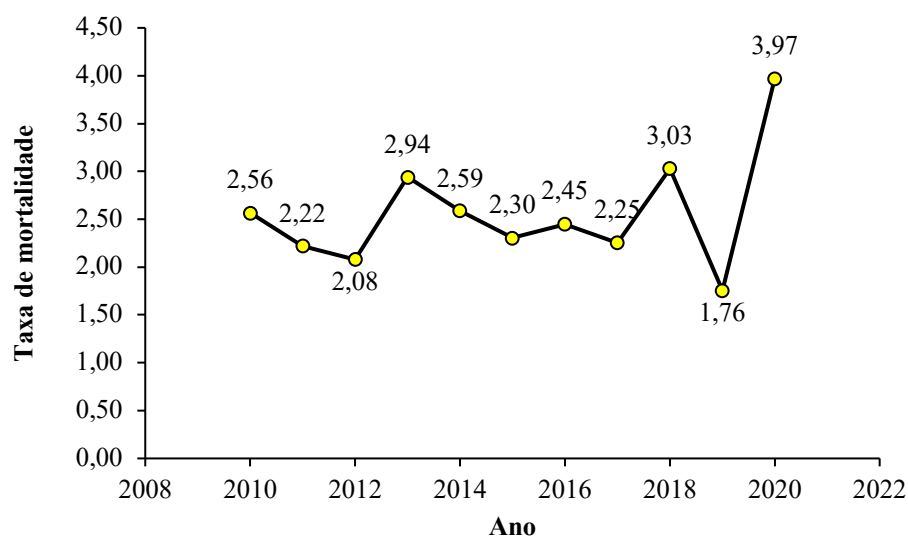
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da Diretoria de Pessoal da PMPA (2021).

O número absoluto de mortes, no entanto, é incapaz de fornecer uma visão precisa da evolução da problemática nem tampouco serve de comparação com outras polícias, pois há de se levar em conta seus efetivos. Como alternativa, calculou-se a taxa de mortalidade para melhor entendimento do fenômeno encontrada pela divisão do número de mortes naquele ano e o efetivo total do mesmo ano, multiplicando-se por 1.000 o resultado.

O (Gráfico 1) exibe a taxa de mortalidade policial da Polícia Militar do Pará constante da Tabela 1, onde pode-se observar três elevações no quantitativo de mortes.

³ Calculada pela divisão do número de mortes naquele ano e o efetivo total do mesmo ano. Ao resultado, multiplica-se por 1.000

Gráfico 1 – Taxa de mortalidade policial da Polícia Militar do Pará, no período de 2008 a 2020.



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da Diretoria de Pessoal da PMPA (2021).

O primeiro aconteceu em 2013 e poderia ser justificado, segundo alguns autores dentre os quais Rocha (2018) e Duarte (2019), pela distribuição do “Kit Segurança” a todos os integrantes da PMPA. Neste ano, a PMPA adotou a política institucional de fornecer, mediante cautela permanente, uma pistola calibre .40, munições e um colete balístico a todos os seus integrantes. No início de caráter voluntário, o recebimento desse material logo tornou-se obrigatório na medida em que as reservas de armamento passaram a ser reduzidas e/ou desativadas nos quartéis, obrigando a todos os policiais a terem consigo o equipamento/armamento de uso individual. A maciça divulgação dessa estratégia tornou os PM “vítimas preferenciais” em função do armamento que passaram a portar cotidianamente (de serviço e de folga) sem, no entanto, receber treinamento adicional para isso.

O segundo, acontece no ano de 2018 e estaria possivelmente relacionado às disputas entre facções criminosas pelo território paraense e consequente demonstração de “força” com ordens para execução de policiais. A última elevação registrada está associada ao grande número de mortes naturais causadas pela pandemia de *Coronavirus disease 2019* (COVID-19), onde das 62 mortes registradas, 34 se deram por complicações associadas à COVID-19. Na Figura 1 também pode-se observar uma acentuada redução da taxa de mortalidade de policiais entre os anos de 2018 e 2019, que acompanhou a tendência nacional (FBSP, 2020, p. 72-74) e ainda carece de estudos mais detalhados para identificar as causas.

Compreender, portanto, como tais profissionais percebem o risco associado à profissão é imperativo para o desenvolvimento de ações que venham a diminuir a vitimização policial.

Do que foi lido, percebeu-se que a maioria das pesquisas sobre os riscos que envolvem as atividades policiais se baseiam no que Lupton (2013) chama de “perspectiva técnico-científica do risco”, onde instrumentos científicos são usados para monitorar, medir e calcular os riscos, o que, dito de outra forma, traz a noção de risco como cálculo de probabilidades. Esta é a maneira como grande parte dos Sistemas de Segurança Pública e, particularmente a Polícia Militar do Pará, trata os riscos aos quais se expõem seus integrantes, deixando de observar os aspectos sociais e culturais que interferem na compreensão desses riscos.

Mello e Nummer (2014) e Mello (2015) buscaram compreender como, de maneira geral, os policiais militares do Estado do Pará percebem o risco associado à sua profissão. Além de constatar que o risco se configura como um elemento inerente e propulsor da vida miliciana, alguns resultados interessantes foram encontrados, sendo três deles mais significativos para a pesquisa atual. Primeiro, os policiais militares do Estado do Pará parecem ter uma percepção diferenciada dos riscos a que estão expostos, associada, especialmente, a sua origem e trajetória. Segundo, os diversos riscos profissionais podem ser “categorizados” em grupos genéricos e, finalmente, um primeiro conceito de risco no contexto particular da atividade policial militar como a “condição de ser policial militar causar algum tipo de dano físico ou emocional, na trajetória profissional ou nas relações sociais do sujeito” (MELLO, 2015, p. 15). Mello (2015) se deparou com uma questão inédita na medida em que determinou se a percepção de risco dos policiais foi influenciada pelos costumes, origem histórica, formação cultural e social do local onde trabalha.

Estudos sobre a vitimização policial são úteis para aumentar a consciência sobre a magnitude do problema, estabelecer o tema nas agendas nacionais e internacionais, identificar áreas para melhoria na alocação de recursos privados e públicos e elaborar melhores políticas de prevenção e controle do fenômeno. Nas palavras de Carochino (2011, p. 85) “O estudo da percepção de risco tem uma importância bastante significativa porque não é o risco real que afeta as decisões das pessoas, mas sim a percepção que dele se tem”.

Desta forma, esta investigação **se justifica** pelo ineditismo e por sua relevância em dois níveis: (1) prático institucional e (2) acadêmico. Em termos práticos, a comprovação científica da existência do fenômeno, suas características, principais causas e efeitos pode contribuir para criação de estratégias de formação e treinamento diferenciados que venham mitigar o problema da vitimização policial. Em termos acadêmicos, esta pesquisa contribuirá no entendimento de um tema caro à atividade policial e servirá de base para outras investigações mantendo na pauta acadêmica um assunto de vital relevância.

Sendo o risco, portanto, uma “entidade” tão presente na vida miliciana, esta pesquisa buscou responder as seguintes **perguntas**:

1) Quais os tipos de riscos profissionais são percebidos pelos policiais militares que trabalham nas cidades de Belém, Marabá e Santarém?

2) Policiais militares que atuam nas cidades de Belém, Marabá e Santarém percebem os riscos epidemiológicos da mesma forma?

3) Policiais militares que atuam nas cidades de Belém, Marabá e Santarém percebem os riscos jurídicos da mesma forma?

4) Policiais militares que atuam nas cidades de Belém, Marabá e Santarém percebem os riscos voluntários da mesma forma?

5) Policiais militares que atuam nas cidades de Belém, Marabá e Santarém percebem os riscos intersociais da mesma forma?

Um fato importante que deve ser mencionado é que, mesmo sendo a Polícia Militar do Pará uma corporação composta por milhares de homens e mulheres formados e treinados sob uma doutrina única e padronizada, profissionais que trabalham mediante a obediência das mesmas leis, regulamentos e manuais técnicos operacionais, que usam os mesmos uniformes, participam de ritos comuns e, possuem a mesma cultura profissional, este trabalho apresentou como **hipóteses**:

1) Os policiais militares que trabalham nas cidades de Belém, Marabá e Santarém percebem riscos profissionais que podem ser agrupados em a) riscos epidemiológicos; b) riscos jurídicos; c) riscos voluntários e d) riscos intersociais.

2) A percepção dos riscos epidemiológicos, jurídicos, voluntários e intersociais varia em função do local onde o policial trabalha.

Esta pesquisa representa um esforço continuado de estado da arte iniciado com a dissertação de mestrado em Segurança Pública, intitulada “Mesmo com o sacrifício da própria vida: a multiplicidade dos riscos na profissão policial militar”, defendida pelo autor, no ano de 2015, junto ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPA) e que apontou a existência de uma relação entre a percepção de risco dos policiais e as origens sociais, trajetórias e projetos de vidas dos sujeitos.

Dando continuidade à investigação do mesmo objeto, novas descobertas foram acrescentadas e este trabalho teve como **objetivo geral** identificar se os policiais militares que trabalham nas cidades de Belém, Marabá e Santarém percebem igualmente os riscos profissionais que enfrentam.

É significativo esclarecer que tais municípios foram eleitos como *locus* da pesquisa por apresentarem características bastante diferenciadas em termos de formação histórica, dinâmica criminal e *modus operandi* policial.

Foram elencados sete **objetivos específicos** a saber:

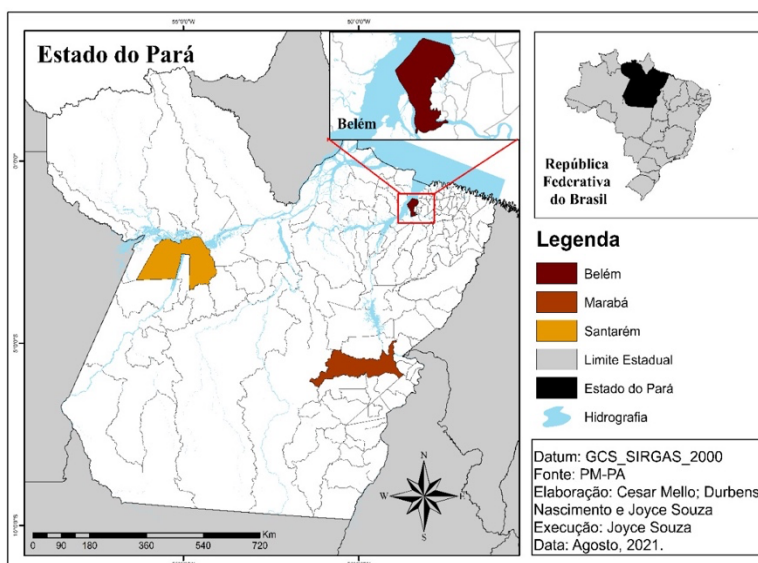
- 1) Definir “riscos profissionais” sob a ótica dos policiais militares que trabalham nas cidades de Belém, Marabá e Santarém.
- 2) Identificar quais os tipos de riscos profissionais são percebidos pelos policiais militares que trabalham nas cidades de Belém, Marabá e Santarém.
- 3) Estabelecer a relação entre os riscos profissionais e a vitimização policial
- 4) Identificar se a percepção dos riscos epidemiológicos dos policiais varia em função do local de trabalho.
- 5) Identificar se a percepção dos riscos jurídicos dos policiais varia em função do local de trabalho.
- 6) Identificar se a percepção dos riscos voluntários dos policiais varia em função do local de trabalho.
- 7) Identificar se a percepção dos riscos intersociais dos policiais varia em função do local de trabalho.

Por fim, esta tese foi estruturada e organizada em seis partes distintas. Na primeira, introduz-se o tema de pesquisa e ressaltando a sua importância acadêmica e prática. Na sequência, apresenta-se o panorama descritivo da área de estudo investigada, com informações históricas, sociais, econômicas e, sobretudo criminais, indispensáveis e que propiciam a compreensão do *locus* dos sujeitos de pesquisa. Em seguida, tem-se o referencial teórico, onde se discute o fenômeno do risco e seu impacto na vida do policial militar, embasando a justificativa teórica de investigação do objeto central da tese. A quarta parte expõe a metodologia utilizada para o alcance dos objetivos da pesquisa. Continuando, tem-se na quinta parte a análise dos resultados encontrados por meio dos instrumentos de pesquisa. Finalmente, demonstra-se as conclusões, referências e apêndices dos resultados encontrados.

2 PANORAMA DESCRITIVO DA ÁREA DE ESTUDO

Para estabelecer comparações de percepções de risco em função do local de trabalho, a primeira tarefa foi a de selecionar cidades com características distintas com o intuito identificar de que maneira tais atributos influenciam na dinâmica da rotina policial. Isto posto, foram eleitas três cidades do estado do Pará que, além de terem uma dinâmica diferenciada em função das suas formações históricas, sociais e informações criminais, apresentavam características favoráveis à realização da pesquisa como: efetivo policial suficiente, voluntário e disposto a compartilhar seus saberes; facilidade de acesso do pesquisador e auxiliares, e comandantes operacionais comprometidos com a pesquisa científica. Desta forma, foram selecionadas as cidades de Belém, Santarém e Marabá, localizadas no Estado do Pará, conforme ilustra o (Mapa 1).

Mapa 1- Mapa do Estado do Pará em 2021 com destaque para as cidades de Belém, Marabá e Santarém.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

2.1 O município de Belém

A cidade de Belém foi fundada em 1616 pelo militar português Francisco Caldeira Castelo Branco com o intuito de proteger a foz do Rio Amazonas contra a invasão de outras nações europeias. Ao chegar, construiu um forte que deu origem a cidade. Ao longo desses mais de quatrocentos anos de história vivenciou momentos de plenitude com ênfase ao período

áureo da borracha (século XX), quando a cidade exportava a matéria prima, recebendo imigrantes europeus que influenciaram a arquitetura e economia local (COELHO, 2013).

Além de ser capital do estado, é a cidade mais populosa do Pará, com cerca de 1.500.000 habitantes que lhe confere uma densidade demográfica de 1.315,26 hab/Km². Situa-se na região Norte do país, às margens da Baía do Guajará e do Rio Guamá, na parte nordeste do Estado do Pará. É considerada uma das cidades mais importantes e com melhor qualidade de vida da Região Norte do Brasil (IBGE, 2021).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostram que o salário médio mensal dos trabalhadores formais (2019) é de 3,5 salários-mínimos, considerado o maior do Estado do Pará e o 52º do país. Com uma população de pessoas ocupadas em relação a população total de 29%, apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,756 (IBGE, 2021). Dentre as três cidades utilizadas como *locus* nesta pesquisa, a cidade de Belém é a que apresenta o maior IDHM (IBGE, 2021).

Nas últimas três décadas Belém vem passando por um forte movimento de verticalização e crescimento horizontal em direção ao continente. Sua economia é bastante diversificada com destaque para as atividades de comércio, prestação de serviços, atividade industrial e turismo. Como qualquer grande centro urbano, impõe como cenário para a *práxis* policial um ambiente diverso onde contrastam bairros ocupados por pessoas com elevado poder aquisitivo e áreas periféricas, muitas delas com problemas relacionados ao tráfico de drogas (BONNA; VASCONCELOS, 2013).

2.2 O município de Santarém

Dez anos após a fundação da cidade de Belém, o navegador e militar português Pedro Teixeira em missão de exploração do Rio Amazonas aportou na foz do Rio Tapajós onde hoje encontra-se a cidade de Santarém. No entanto, coube aos padres jesuítas a fundação de uma aldeia para fins missionários e a fundação da cidade foi creditada ao Padre João Felipe Bettendorff, em 22 de junho de 1661 (SANTOS, 2008).

O IBGE estimou que a cidade de Santarém teria no ano de 2020 uma população de 306.480 habitantes, sendo o terceiro maior município paraense mais populoso, com uma densidade demográfica de 12,87 hab./Km² (IBGE, 2021). Localizado a cerca de 800 km da capital, situa-se na confluência do Rio Amazonas com o Rio Tapajós e é considerado o principal centro urbano financeiro, econômico e cultural do Oeste do Pará (IBGE, 2021).

Dados do IBGE indicam ainda que o salário médio mensal dos trabalhadores formais (2019) é de 2,2 salários-mínimos, a colocando na 28ª posição no ranking estadual (IBGE, 2021). Com uma população de pessoas ocupadas em relação a população total de 15,2%, apresenta um IDHM de 0,691 (IBGE, 2021). A cidade de Santarém apresenta o segundo maior IDHM entre as três cidades pesquisadas (IBGE, 2021).

O histórico econômico da cidade foi marcado, ao longo dos anos, por ciclos de produção extrativista de produtos como o cacau, borracha, juta, pimenta do reino e ouro. A formação populacional do município, cuja região era habitada por indígenas tapuias, foi permeada pela presença de missões religiosas e nesse cenário, destaca-se a imigração de famílias norte-americanas para a região no final do século XIX e da migração de nordestinos, os quais contribuíram para o desenvolvimento da agricultura de Santarém, que hoje é um dos maiores exportadores de milho e soja e que foi alavancada a partir da década de 90 juntamente com as grandes mineradoras. O setor de serviços também é expressivo para a economia, juntamente com a indústria (SANTOS, 2019).

2.3 O município de Marabá

O local onde hoje se encontra a cidade de Marabá foi explorado pelos portugueses ainda no século XVI, mas permaneceu sem uma ocupação permanente por quase 300 anos. Somente a partir do final do século XIX é que a área foi timidamente ocupada por colonizadores que se ocupavam da extração vegetal. Em 1935, a cidade era constituída de apenas 450 casas. Após a abertura da rodovia PA-70 em 1969, Marabá foi ligada à rodovia Belém-Brasília e teve início um grande fluxo migratório, tendo seu ápice alguns anos depois com a descoberta da Província Mineral de Carajás. Marabá é a quarta cidade mais populosa do Pará com cerca de 283.542 habitantes, superada apenas por Belém, Ananindeua e Santarém, o que lhe confere uma densidade demográfica de 15,45 hab./Km². Situa-se na região Sudeste do estado, na confluência dos rios Tocantins e Itacaiunas (BONNA; BONNA; VASCONCELOS, 2011).

Dados do IBGE indicam que, em 2019, o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 2,6 salários-mínimos, que a posiciona na 8ª posição no ranking estadual. Com uma população de pessoas ocupadas em relação a população total de 18,90%, apresenta um IDHM de 0,668 que é considerado médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (IBGE, 2021). Dentre as três cidades utilizadas como *locus* nesta pesquisa, a cidade de Marabá é a que apresenta o menor IDHM (IBGE, 2021). Pode-se afirmar que uma das características marcantes da cidade é a grande miscigenação de pessoas e de culturas alavancada

por migrações intra e inter-regionais o que se traduz na criação de uma dinâmica socioespacial complexa e diferenciada (LOBATO; EMMI, 2013).

A economia de Marabá, que inicialmente na década de 80 se desenvolveu com o extrativismo da borracha e castanha-do-pará e posteriormente foi marcada pelo ciclo dos garimpos, atualmente apresenta vasta atividade industrial (sendo a siderúrgica a mais importante) e pecuária, comércio e serviços (BONNA; MENDONÇA, 2011). Nas décadas de 1990 e 2000, o município sofreu uma intensa migração populacional e consequente explosão demográfica devido a alta demanda por mão-de-obra decorrente da abertura de rodovias que ligam a região à capital do estado e à Belém-Brasília, da implantação de projetos de colonização da Transamazônica, da construção da ferrovia Carajás-São Luís (Maranhão), da descoberta do ouro em serra pelada e a instalação de empresas siderúrgicas e o surgimento de grandes fazendas agropecuárias (PETIT, 2011).

A ausência de políticas de qualificação do trabalhador e a inércia em conter o aumento populacional levou a uma grande movimentação para a zona rural, que juntamente com as questões de irregularidades fundiárias oriundas na década de 1970, tornaram a região alvo de constante tensão, com frequentes assassinatos de camponeses, sindicalistas, políticos e líderes religiosos, o que ainda é característica marcante da região. Conforme afirma Petit (2011, p. 20):

A extremada concentração da propriedade da terra existente em Marabá e municípios vizinhos obrigou as centenas de famílias camponesas chegadas a região a ocupar, como posseiros, áreas formalmente reservadas à coleta de castanha e fazendas agropecuárias. Gerando grande violência no campo e levando Marabá e outros municípios do Sudeste do Pará a se converterem no cenário do maior número de conflitos agrários e assassinatos de posseiros e suas lideranças sindicais ocorridos no país a partir de 1980.

2.4 Comparativo criminal entre os municípios

Existem diversas formas de se realizar a comparação entre municípios ponderando a violência criminal. Regateiro, Ramos e Souza (2021) utilizaram os índices de criminalidade Bayseana duplamente ponderada para avaliar o grau de criminalidade de cada município paraense. Primeiro, calcularam a taxa de criminalidade de cada município, obtida pela relação entre o número de ocorrências e a população por 100.000 habitantes. Em seguida, calcularam a taxa de criminalidade Bayseana por crime, onde para cada ilícito foi definido um peso calculado com base na pena cominada pelo Código Penal. Dessa forma, cada crime corresponde a um peso, como o homicídio (0,1972); latrocínio (0,4380); lesão corporal (0,0876). E, finalmente, o Índice de Criminalidade Média Bayseana Duplamente Ponderada (ICMBDP), estabeleceu uma

relação entre os dois valores e estabeleceu escores que variaram de 0 a 1, onde 0 define o município como de muito baixa criminalidade até o valor máximo de 1,00 (criminalidade muito alta). De acordo com a classificação de Regateiro, Ramos e Souza (2021), no ano de 2019, as três cidades apresentaram escores intermediários mostrados no (Quadro 1).

Quadro 1- Número de registro de ocorrências de homicídios, latrocínios, lesão corporal, roubo, furto, roubo a veículo, Índice de Criminalidade Média Bayseana Duplamente Ponderada (ICMBDP), população estimada e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios de Belém, Marabá e Santarém no ano de 2019.

Município	Número de ocorrências (2019)						ICMBDP (2019)	População Estimada (2021)	IDHM
	Homicídio	Latrocínio	Lesão Corporal	Roubo	Furto	Roubo Veículo			
Belém	427	24	06	34.392	42.265	865	0,1501	1.506.420	0,746
Marabá	135	01	01	2.671	3.787	259	0,1480	287.664	0,668
Santarém	40	01	01	2.370	4.973	24	0,0914	308.339	0,691

Fonte: elaboração do autor com base em informações de Regateiro, Ramos e Souza (2021) e IBGE (2021).

Comparando os índices de criminalidade obtidos entre os três municípios estudados, verifica-se que em 2019 o município de Belém obteve o maior índice (0,1501), seguido por Marabá (0,1480), ambas consideradas dentro da classificação de Regateiro, Ramos e Souza (2021) como “baixo índice de criminalidade” (intervalo de 0,10 a 0,20). Santarém foi classificada na categoria de municípios com índices “muito baixos” de criminalidade, com escore de 0,0914 (intervalo de 0,00 a 0,10).

Outra forma de se comparar as cidades é utilizando a estatística descritiva que, segundo definição de Babbie (1999, p. 383) “é um método de apresentar descrições quantitativas de modo manejável”, pois existem circunstâncias que “[...] deseja-se descrever variáveis isoladamente, outras vezes quer-se descrever as associações que ligam uma variável a outra”. Então, optou-se pela técnica estatística da Análise Descritiva para resumir e apresentar os dados obtidos, por meio de tabelas e gráficos.

Os dados sobre criminalidade utilizados são de fonte secundária, pois não foram coletados especificamente para esta pesquisa e já estavam disponíveis para outros propósitos (FLICK, 2013) na Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), órgão pertencente à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SEGUP), do estado do Pará e são referentes ao período de janeiro de 2018 a dezembro de 2020 dos municípios de Belém, Marabá e Santarém.

O recorte temporal apresentou 534.515 registros policiais, assim distribuídos por municípios: Belém (442.405), Marabá (43.785) e Santarém (48.325). Para verificar a particularidade das cidades quanto as maiores incidências criminais, considerou-se o total de

ocorrências da série histórica estudada, em seguida, classificou-se de ordem decrescente individualmente para cada localidade.

Para verificação da incidência criminal comparando as localidades em estudo, utilizou-se a taxa por cem mil habitantes de Crimes contra o Patrimônio e Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). Os crimes contra o patrimônio foram selecionados a partir dos crimes em comuns com maiores registros, sendo eles: Furto, Roubo, Dano de Trânsito e Estelionato. Os Crimes Violentos Letais e Intencionais são compostos pelos delitos de homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, nomenclatura adotada pela Secretaria de Nacional de Segurança Pública (SENASP) em 2006 (SILVA, 2019). Escolheu-se como medidor o cálculo a taxa por 100 mil habitantes, conforme fórmula abaixo, porque os municípios têm população acima deste valor, conforme mostrado na (Tabela 2).

Tabela 2- Estimativa da população dos municípios de Belém, Marabá e Santarém dos anos 2018, 2019 e 2020.

Município	Ano		
	2018	2019	2020
Belém	1.485.732	1.492.745	1.499.641
Marabá	275.086	279.349	283.542
Santarém	302.667	304.589	306.480

Fonte: IBGE (2021), FAPESPA (2021).

Os municípios em estudo têm dinâmicas sociais diferentes, dessa forma, os delitos foram classificados em ordem decrescente, considerando os dez crimes com maior quantidade de registros, a fim de se verificar as peculiaridades locais quanto ao fenômeno da criminalidade. Assim, tem-se na (Tabela 3) os principais delitos de cada município em estudo.

Tabela 3- Tipos de delitos nas cidades de Belém, Marabá e Santarém no período de 2018 a 2020.

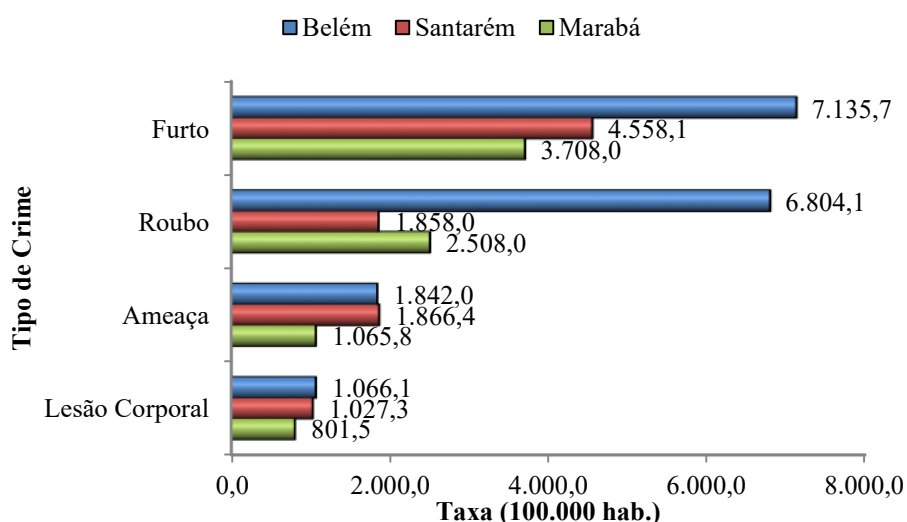
Município	Tipo de delito	Total de ocorrências
Belém	1.Furto	106.450
	2.Roubo	101.475
	3.Dano no trânsito	28.572
	4.Ameaça	27.493
	5.Outros fatos atípicos	24.523
	6.Lesão corporal	15.908
	7.Estelionato	12.454
	8.Injúria	8.771
	9.Lesão no trânsito	7.939
	10.Dano Civil	6.179
Marabá	1.Furto	10.337
	2.Roubo	6.993
	3.Dano do trânsito	3.139
	4.Ameaça	2.978

	5.Lesão corporal	2.238
	6.Outros fatos atípicos	1.682
	7.Lesão no trânsito	1.224
	8.Estelionato	1.203
	9.Roubo a veículo	729
	10. Dano civil	556
Santarém	1.Furto	13.875
	2.Ameaça	5.684
	3.Roubo	5.657
	4.Lesão corporal	3.127
	5.Estelionato	2.270
	6.Injúria	1.863
	7.Danos no trânsito	1.803
	8.Lesão no trânsito	1.288
	9.Difamação	713
	10.Dano civil	640

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do SIAC (2021).

De acordo com a (Tabela 3), nos três municípios o crime que apresentou o maior registro foi o furto. Os delitos em comum encontrados foram o roubo, dano no trânsito, ameaça, lesão corporal, estelionato e lesão no trânsito. O (Gráfico 2) apresenta também a taxa por 100.000 habitantes dos crimes de furto, roubo, ameaça e lesão corporal, no período de 2018 a 2020, nos municípios de Belém, Marabá e Santarém.

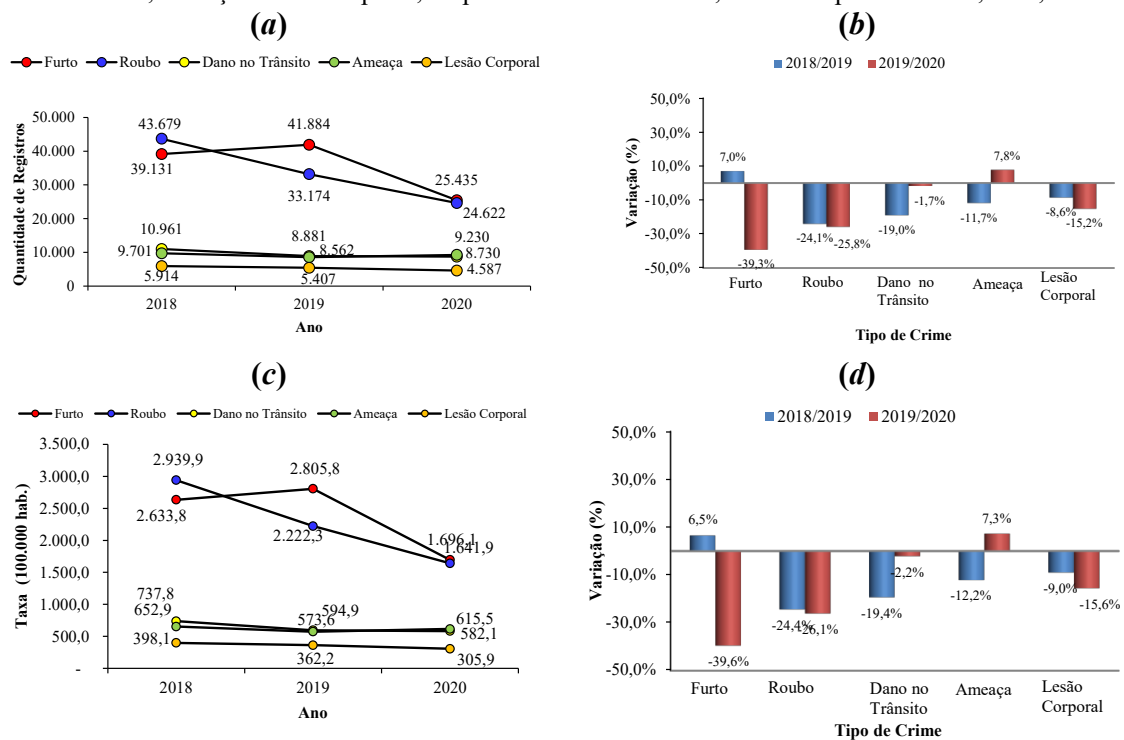
Gráfico 2- Taxa por 100.000 habitantes dos crimes de furto, roubo, ameaça e lesão corporal no período de 2018 a 2020 dos municípios de Belém, Marabá e Santarém.



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da SIAC (2020).

O (Gráfico 3) apresenta a quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais dos crimes: furto, roubo, dano no trânsito, ameaça e lesão corporal, no período de 2018 a 2020, no município de Belém, Pará, Brasil. Uma análise dos valores leva a constatação de uma diminuição significativa nos registros dos crimes contra o patrimônio (roubo e furto), que juntos possuem o maior número de registros, no período compreendido entre 2018 e 2019. Esta tendência persiste em 2020, à exceção do crime de ameaça que apresentou elevação de 7,3%.

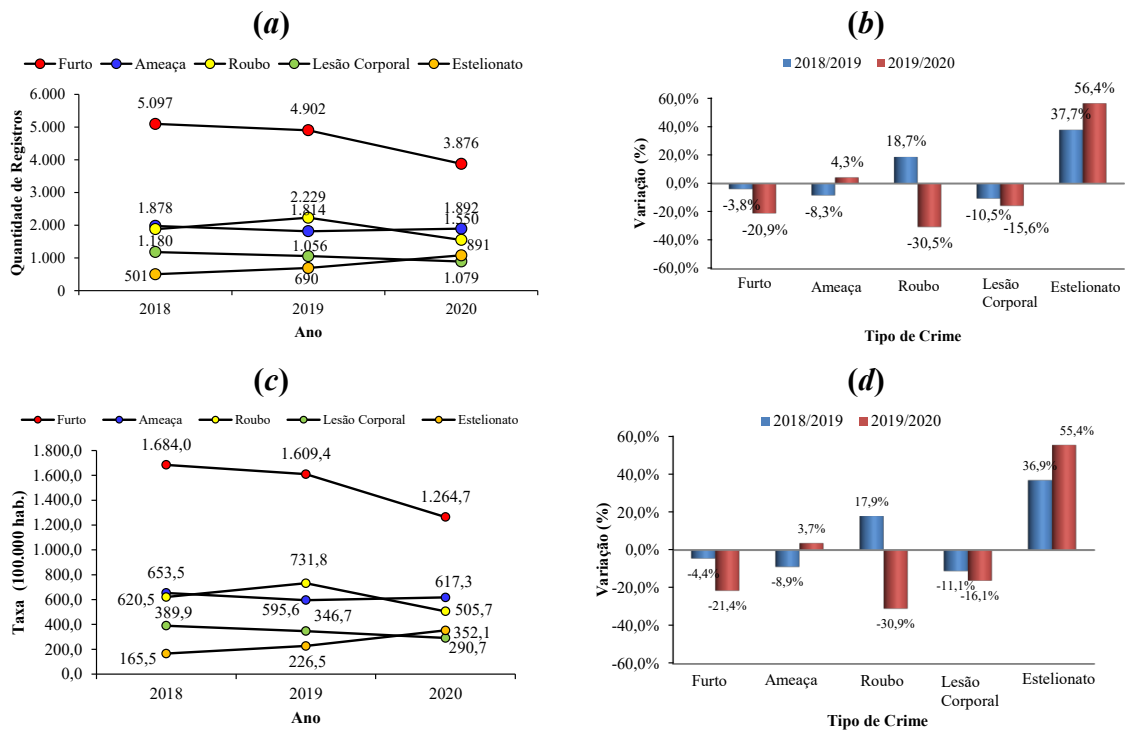
Gráfico 3- Quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais dos crimes: furto, roubo, dano no trânsito, ameaça e lesão corporal, no período de 2018 a 2020, no município de Belém, Pará, Brasil.



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da SIAC (2020).

O Gráfico 4 apresenta a quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais dos crimes: furto, roubo, dano no trânsito, ameaça e lesão corporal, no período de 2018 a 2020, no município de Santarém, Pará, Brasil. Nela, pode-se observar que os crimes com os maiores quantitativos de ocorrências (Furto e Roubo) apresentam tendência de queda no período do estudo.

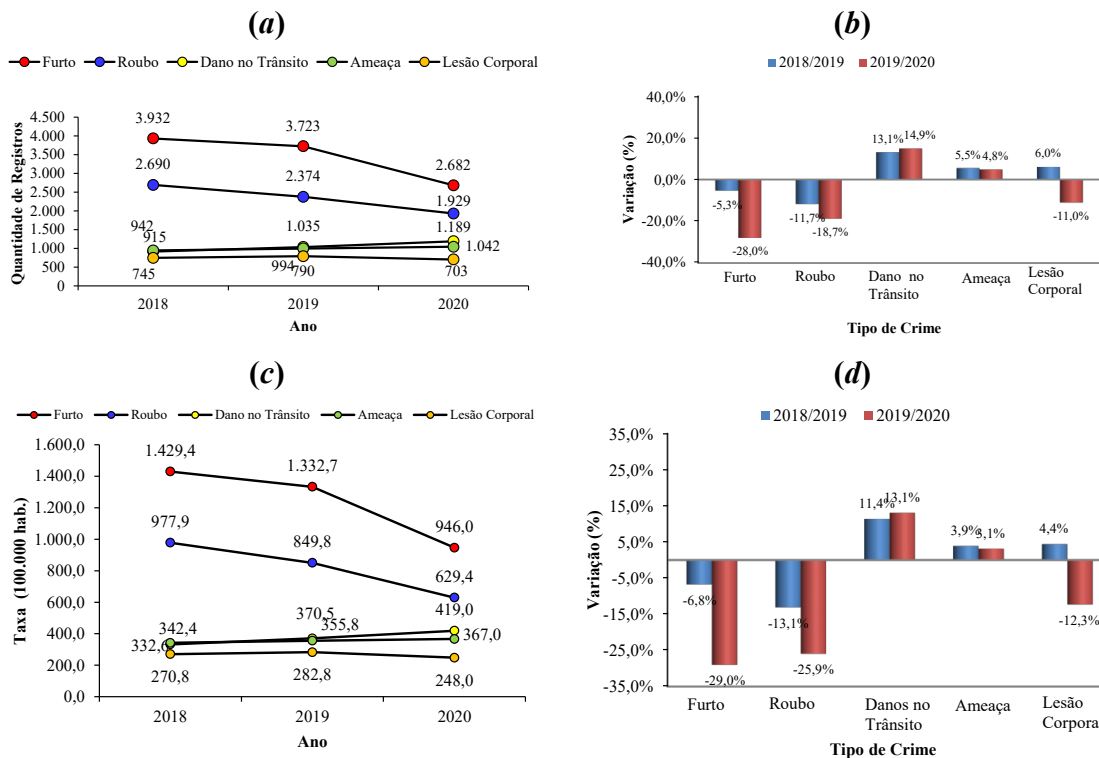
Gráfico 4- Quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais dos crimes: furto, roubo, dano no trânsito, ameaça e lesão corporal, no período de 2018 a 2020, no município de Santarém, Pará, Brasil.



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da SIAC (2020).

O Gráfico 5 apresenta a quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais dos crimes: furto, roubo, dano no trânsito, ameaça e lesão corporal, no período de 2018 a 2020, no município de Marabá, Pará, Brasil. Nela, pode-se observar que os crimes com os maiores quantitativos de ocorrências (Furto e Roubo) apresentam tendência de queda no período do estudo.

Gráfico 5- Quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais dos crimes: furto, roubo, dano no trânsito, ameaça e lesão corporal, no período de 2018 a 2020, no município de Marabá, Pará, Brasil.



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da SIAC (2020).

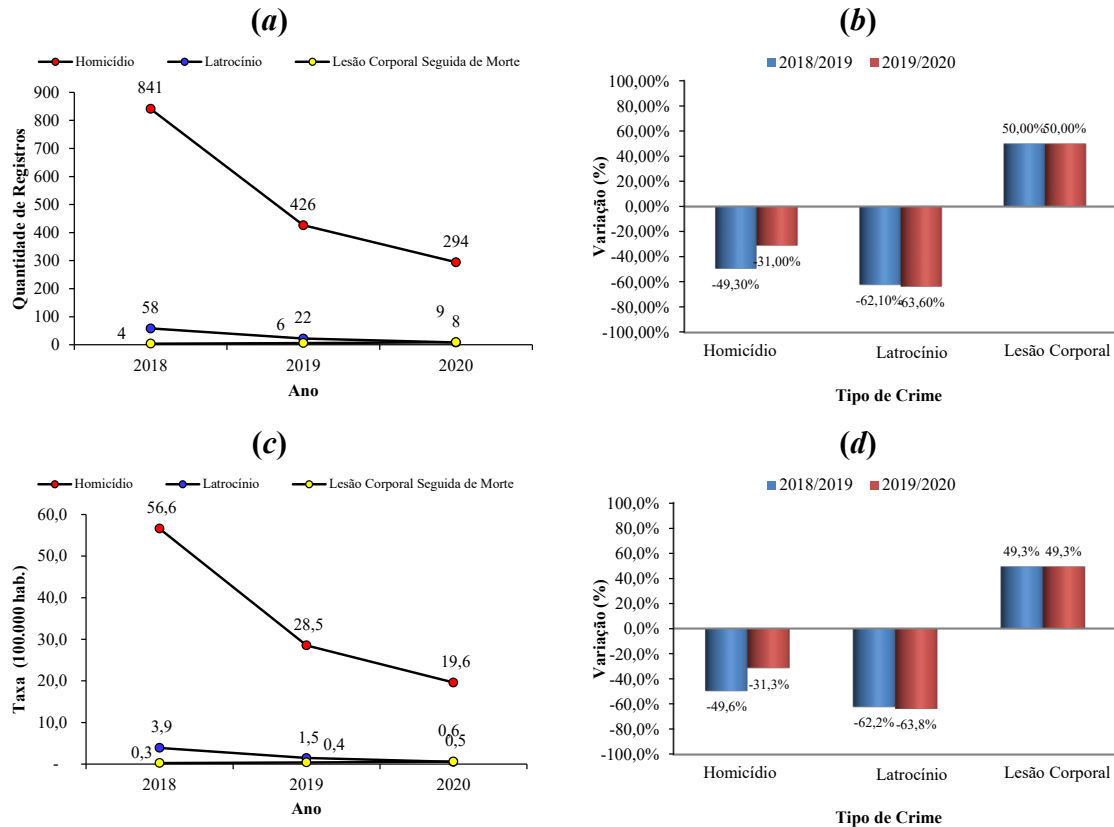
Os CVLI são resultantes da criminalidade violenta nos municípios pois são praticados mediante o uso da força (normalmente com armas) e impactam diretamente na sensação de segurança. Em consequência, repercutem também no temor dos policiais militares de serem vítimas de crimes dessa natureza ou por saberem que a qualquer momento, durante o serviço ou não, podem confrontar os infratores armados. Observarem-se em todas as localidades os homicídios são os que apresentam maior número de registros, seguido do latrocínio e da lesão corporal seguida de morte [Gráficos 6 (a) 7 (a) e 8(a)].

O Gráfico 6 apresenta a quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais de Crimes Violentos Letais Intencionais (Homicídio, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte), no período de 2018 a 2020, no município de Belém, Pará, Brasil. Nela, pode-se observar que os crimes de homicídio e latrocínio apresentam uma queda substancial.

Os números apresentados seguiram a tendência nacional de redução no período 2018/2019, porém, no período 2019/2020, o município permaneceu com os registros em queda, o que também foi observado em relação ao estado do Pará (que ocupou o segundo lugar no

ranking nacional com 20,1% de redução em relação à 2019) e na contramão da tendência nacional, que foi de aumento (FBSP, 2021).

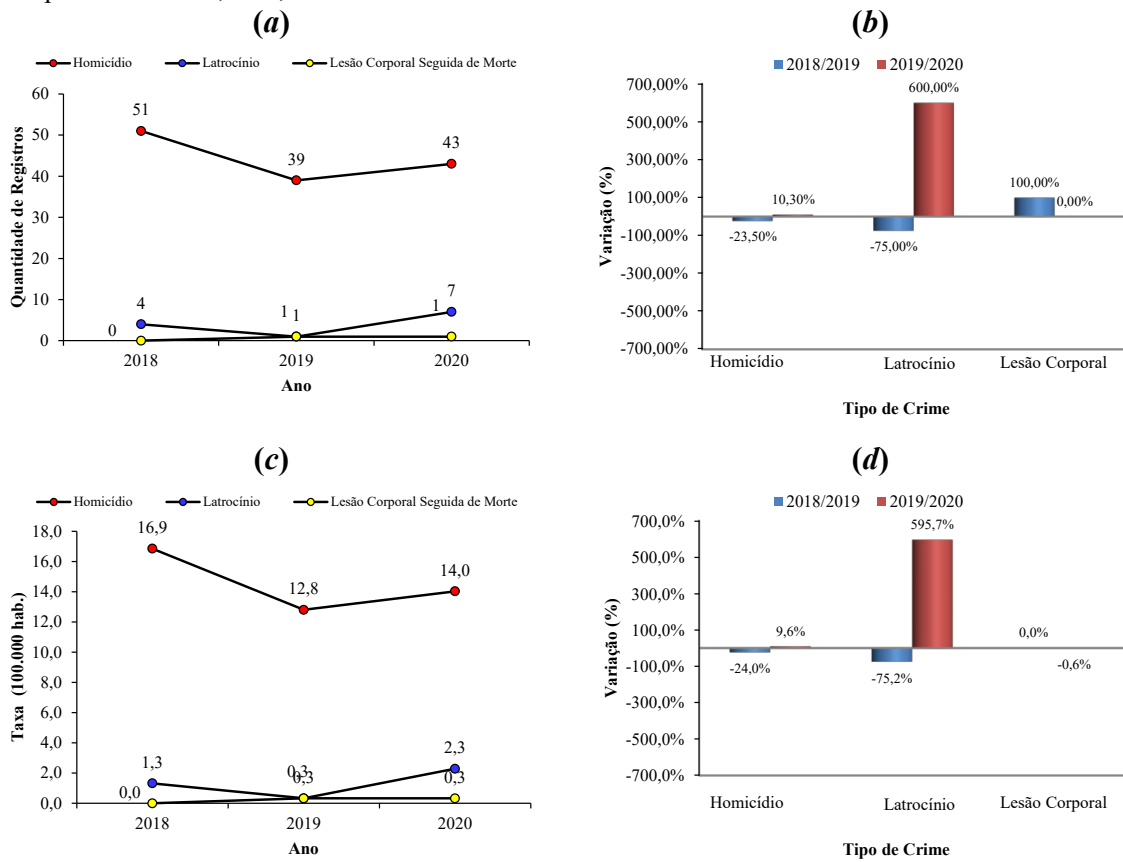
Gráfico 6- Quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais de Crimes Violentos Letais Intencionais (Homicídio, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte), no período de 2018 a 2020, no município de Belém, Pará, Brasil.



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da SIAC (2020).

O Gráfico 7 apresenta a quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais de Crimes Violentos Letais Intencionais (Homicídio, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte), no período de 2018 a 2020, no município de Santarém, Pará, Brasil. Pode-se observar que a taxa de homicídios por 100.000 habitantes registrada no período 2018-2020 mantém-se inferior ao município de Belém, mesmo apresentando um ligeiro aumento no período de 2019-2020.

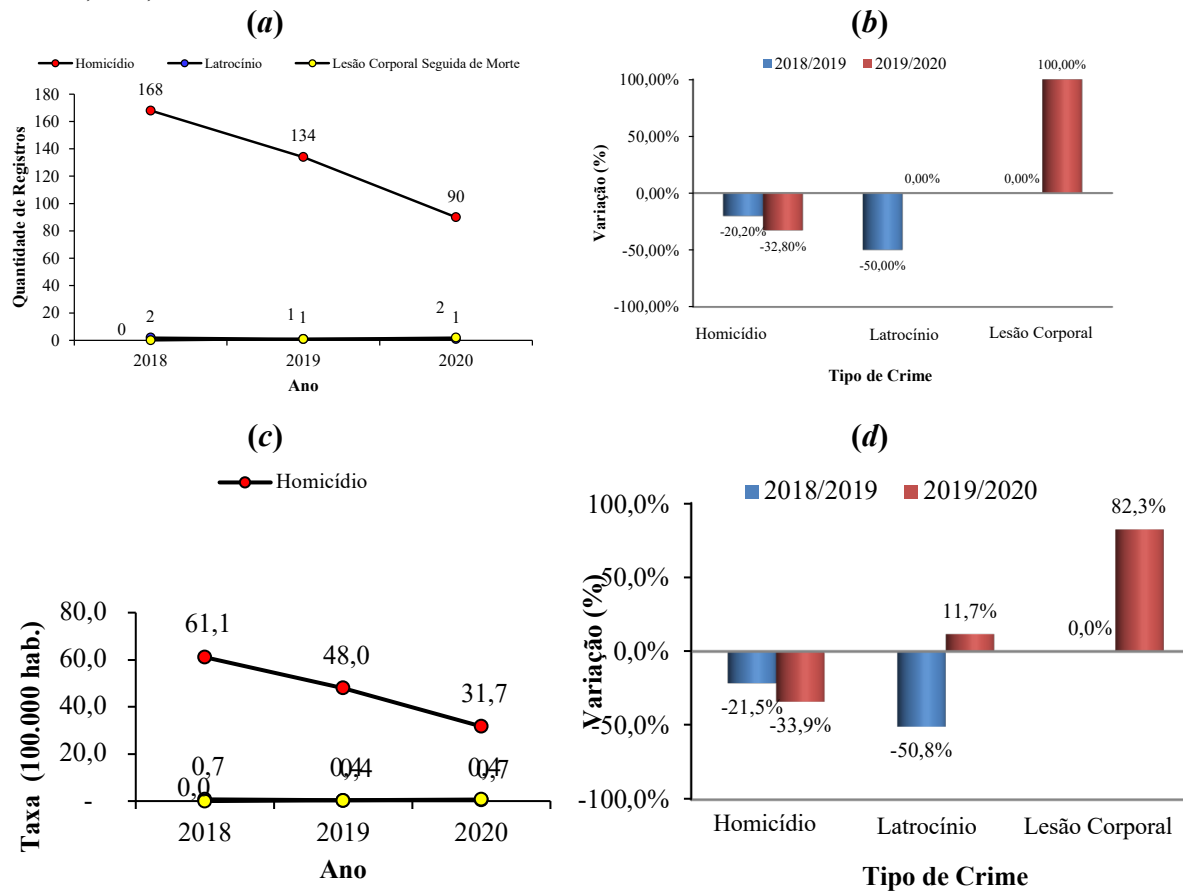
Gráfico 7- Quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais de Crimes Violentos Letais Intencionais (Homicídio, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte), no período de 2018 a 2020, no município de Santarém, Pará, Brasil.



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da SIAC (2020).

O (Gráfico 8) apresenta a quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais de Crimes Violentos Letais Intencionais (Homicídio, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte), no período de 2018 a 2020, no município de Marabá, Pará, Brasil. Nela, pode-se observar que os crimes de homicídio e latrocínio apresentam tendência de queda tanto quando ao número absoluto de registros quanto na taxa por 100.000 habitantes.

Gráfico 8- Quantidade (a) e variação do número de registros (b) de ocorrências policiais e taxa por 100.000 habitantes (c) e variação da taxa por 100.000 habitantes (d) de ocorrências policiais de Crimes Violentos Letais Intencionais (Homicídio, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte), no período de 2018 a 2020, no município de Marabá, Pará, Brasil.



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da SIAC (2020).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O papel do policial militar no Brasil

Qualquer tentativa de se entender o fenômeno da vitimização policial passa, necessariamente, pela compreensão prévia do que é a polícia e quais são as atividades realizadas por seus integrantes. Percebe-se, todavia, que os textos legais são imprecisos, abstratos e superficiais, deixando inúmeras possibilidades e muitas dúvidas sobre a real missão do policial (BITTNER, 2003).

Os anos passam e a questão sobre o que faz a polícia ainda não foi respondida de modo consensual pelos autores que a estudam (MONJARDET, 2002; BITTNER, 2003). Grande parte do problema da ausência de consenso se dá pela indefinição do papel da polícia na sociedade, conforme argumenta Bittner (2003, p. 95).

É bastante óbvio que a formulação de critérios para julgar qualquer tipo de prática institucional, inclusive a da polícia, exige a solução de um problema logicamente prioritário. Isto é, antes é necessário que seja conhecido *o que* necessita ser feito para que alguém possa se aventurar a dizer *como* isso deve ser feito. No caso da polícia, isso coloca a exigência de se especificar o papel da polícia na sociedade. Embora essa demanda possa, à primeira vista, parecer simples, ela apresenta dificuldades que, em geral são evitadas em vez de enfrentadas

Existe, certamente, uma concordância sobre alguns tipos de atividades como, por exemplo, prender criminosos, realizar rondas a pé ou motorizadas com vistas a impedir a prática de crimes, abordar pessoas em atitudes suspeitas etc. Acontece, entretanto, que a grande maioria das “outras atividades” realizadas pelo policial não constam de leis, manuais ou de diretrizes organizacionais. Nesse sentido, talvez a melhor definição do que a polícia faz é dada por Bittner (2003, p. 236) quando deixa claro que a competência da polícia são os “eventos que estão contidos em algo que não deveria estar acontecendo e sobre o qual alguém deve fazer algo imediatamente”. Em outras palavras, a polícia faz um pouco e faz tudo.

Na prática, “o papel da polícia é enfrentar todos os tipos de problemas humanos quando (e na medida em que) suas soluções tenham a possibilidade de exigir (ou fazer) uso da força no momento em que estejam ocorrendo” (BITTNER, 2003, p. 136). Ao conceder uma certa homogeneidade a procedimentos tão diversos como socorrer feridos, separar – administrar e aconselhar cônjuges em discussão, orientar pessoas, fazer fluir o trânsito, perseguir suspeitos, moderar brigas familiares, cuidar de crianças em situação de vulnerabilidade, resgatar animais,

etc. a Polícia Militar realiza centenas de tarefas que vão muito além do simples policiamento e prisão de criminosos.

Monjardert (2002, p. 21) se alicerça na descrição de Bittner (2003, p. 136) para resumir, de maneira econômica e rigorosa: “a polícia é um martelo”. Metaforicamente, explica que um martelo serve principalmente para bater pregos, no entanto, tem infinitas possibilidades de emprego. Porém, a dimensão comum a todos os seus usos é aplicar uma força sobre um objeto.

Academicamente, autores como Monjardet (2002) e Bittner (2003) convergem ao afirmar que o conceito de polícia está intimamente associado ao uso da força. Bittner (2003, p. 138), argumenta que “o papel da polícia é entendido melhor como um mecanismo de distribuição de força coercitiva não negociável empregada de acordo com os preceitos de uma compreensão intuitiva das exigências da situação”.

Partindo do óbvio, as polícias militares como se conhece hoje no Brasil são corporações estaduais de natureza militar, compostas por homens e mulheres considerados militares estaduais, subordinadas aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal. Isto implica dizer que o Brasil possui 27 polícias militares diferentes entre si, pois cada estado e o Distrito Federal possuem a sua Polícia Militar, cujas missões genericamente são previstas nas Constituições Federal⁴ e nas constituições estaduais⁵ e giram em torno da preservação da ordem pública por meio do policiamento fardado e do uso legal e exclusivo da força.

Um ponto comum a todas as polícias militares é que seus integrantes legalmente devem enfrentar o perigo, mesmo com o sacrifício da própria vida⁶. Nota-se a abrangência dos conceitos e destacam-se as indefinições que permeiam os textos legais.

Com tão pouca segurança na explicitação das tarefas que são (ou que deveriam ser) realizadas pela Polícia Militar enquanto instituição, tem-se, igualmente, lacunas conceituais nos deveres do próprio policial.

⁴ O Art. 144, § 5º, da C.F, preceitua que, “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil” (BRASIL, 1988).

⁵ O Art. 198 da Constituição Estadual do Pará, afirma que “A Polícia Militar é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, subordinando-se ao Governador do Estado e competindo-lhe, dentre outras atribuições prevista em lei: I- o policiamento ostensivo fardado; II- a preservação da ordem pública; III- a segurança interna do Estado; IV- a colaboração na fiscalização das florestas, rios, estuários e em tudo que for relacionado com a preservação do meio ambiente e V- a proteção do patrimônio histórico, artístico, turístico e cultural (PARÁ, ANO).

⁶ As expressões “enfrentar os perigos (ou riscos) com o sacrifício (ou risco) da própria vida” constam do compromisso de honra que todos os policiais fazem ao ingressarem nas corporações.

Particularmente à realidade nacional, tem-se na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) uma indicação das atividades realizadas por policiais militares no Brasil (BRASIL, 2021). A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Produzido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), se propõe a padronizar – por meio de códigos e descrições – as ocupações no Brasil com a finalidade estratégica de facilitar as dinâmicas dentre os diversos atores sociais do mercado de trabalho brasileiro.

Considerando que a execução do policiamento propriamente dito (assim como é percebido cotidianamente nas ruas) é realizado pelas *praças*⁷ da Polícia Militar supervisionadas pelos tenentes, apresenta-se no (Quadro 2) as descrições sumárias das atividades que deveriam ser realizadas por esses policiais.

Quadro 2- Descrição sumária e condições gerais de exercício dos policiais militares de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, em 2021.

Código	Ocupação	Descrição sumária	Condições gerais de exercício
0212	Cabos e Soldados da Polícia Militar	Realizam policiamento ostensivo preventivo fardado e atendem e solucionam ocorrências. Executam atividades operacionais e policiamento reservado. Restabelecem ordem pública, controlam distúrbios civis e garantem cumprimento de mandado judicial.	Trabalham em corporações da polícia militar, como estatutários; atuam de forma individual ou em equipe com supervisão permanente; o ambiente de trabalho pode ser fechado, a céu aberto ou em veículos. o horário pode ser diurno, noturno ou em rodízio de turnos. permanecem, durante longos períodos, em posições desconfortáveis, trabalham sob pressão, o que pode levá-los à situação de estresse. Podem trabalhar em grandes alturas e ficar expostos a materiais tóxicos, radiação e ruído intenso. algumas vezes ficam aquartelados. correm risco de perder a vida em sua rotina de trabalho.
02111	Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar	Comandam o grupo e a guarda do quartel. assessoram o comando, administram as atividades da unidade e participam na formação de policiais. Supervisionam o policiamento ostensivo e organizam processos e procedimentos administrativo-militares. Atendem a ocorrências e as apresentam à autoridade competente. Prestam serviços comunitários	Trabalham na polícia militar, como estatutários, atuando em equipe, sob supervisão ocasional. o ambiente de trabalho pode ser fechado, a céu aberto e em veículos. O horário pode ser diurno, noturno, em rodízio de turnos e horários irregulares. Os profissionais atuam sob pressão, o que pode levá-los à situação de estresse. Podem trabalhar em grandes alturas e correm risco de perder a vida

⁷ Os integrantes da Polícia Militar são divididos em Oficiais e Praças. Os primeiros, que correspondem aos postos de Aspirante a Oficial, Segundo Tenente, Primeiro Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel e Coronel, são os responsáveis pelo planejamento estratégico, supervisão e controle do policiamento. As Praças que correspondem aos Soldados, Cabos, Sargentos e Subtenentes são encarregados da execução do policiamento propriamente dito.

0203	Tenentes da Polícia Militar	Comandam pelotão, coordenam policiamento ostensivo, reservado e velado. Assessoram comando, gerenciam recursos humanos e logísticos, participam do planejamento de ações e operações, desenvolvem processos e procedimentos administrativos militares, atuam na coordenação da comunicação social. Promovem estudos técnicos e capacitação profissional.	Trabalham na polícia militar, no comando de pelotões, como estatutários. Trabalham em equipe, sob supervisão. Atuam em ambiente de trabalho que pode ser fechado, a céu aberto ou em veículos, em horários diversos: diurno, noturno e em rodízio de turnos. Atuam sob pressão, podendo levá-los à situação de estresse. Correm risco de perder a vida em sua rotina de trabalho.
------	-----------------------------	--	---

Fonte: Classificação Brasileira de ocupações, adaptado pelo autor. Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/02-policiais-militares>. Acesso em: 15 abr. 20

A Polícia Militar do Pará, da qual fazem parte os sujeitos desta pesquisa, na tentativa de orientar seus integrantes quanto a seus afazeres profissionais, publicou a Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará (DGEO), mesmo advertindo que

Os problemas sociais são dinâmicos e complexos, dependendo da intervenção dos diversos órgãos do Sistema de Defesa Social, para sua efetiva solução, por intermédio da integração e interação. A Polícia Militar isoladamente não soluciona esses problemas. Suas técnicas, táticas e tecnologias estão voltadas para uma parte do problema. As ações são realizadas de modo integrado com outros órgãos e entidades (PARA, 2014, p. 48).

A DGEO indica as variações das atividades executadas pela PMPA e podem ser resumidas no (Quadro 3)

Quadro 3- Variáveis e aspectos do Policiamento Ostensivo (PO) exercido pelos policiais militares da Polícia Militar do Pará, 2021.

Variáveis	Aspectos
Tipo	Policiamento Ostensivo Geral, Policiamento Ostensivo de Trânsito Rodoviário; Policiamento do Meio Ambiente, Policiamento de Guardas; Policiamento Penitenciário; Policiamento Escolar; Policiamento Turístico; Policiamento Assistencial; Policiamento Montado; Policiamento com Cães; Policiamento Fluvial e Policiamento de Choque.
Modalidade	Patrulhamento (atividade móvel), permanência (estática), escolta (custódia de pessoas e/ou bens em deslocamento) e diligência (busca, captura ou apreensão de pessoas, animais ou coisas e resgate de vítimas).
Emprego	Ordinária (emprego rotineiro), extraordinária (emprego temporário e eventual dos meios operacionais) e especial (emprego temporário em eventos previsíveis)
Processo	A pé; motorizado (carro e moto); montado (cavalo e búfalo); aéreo (asa fixa e asa rotativa); em embarcação; em bicicleta.

Fonte: Adaptado da Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará (PARA, 2014).

O (Quadro 3) revela a amplitude de serviços prestados pelos policiais militares. No entanto, o caráter genérico de sua missão lhes impõe um sem-número de outras atividades acessórias como segurança de autoridades e testemunhas, guarda de prédios públicos, resolução de conflitos entre vizinhos entre dezenas de outras. Fraga (2006, p. 7) complementa que

[...] a execução do trabalho dos policiais é caracterizada por atividades repetitivas e incertas que mesclam de maneira paradoxal no cotidiano de policiamento ostensivo, pela constante visibilidade da farda. Repetitivos por seguirem uma rotina de permanência de horas seguidas em pé, muitas vezes no mesmo lugar, atentos ao executar um trabalho como o de policiamento ostensivo, que consiste num compromisso diário e ininterrupto, numa intervenção direta nos acontecimentos tidos como “anormais” no espaço público. Paradoxalmente, essa rotina também se mescla pela incerteza diante do constante suspense do perigo, ingrediente fundamental no policiamento ostensivo.

Em termos de regime de trabalho do policial militar no Estado do Pará, a grande maioria da tropa trabalha em escalas que podem variar enormemente, sendo no geral, de 6 horas de serviço por 18 horas de folga. No entanto, há diversas escalas que variam principalmente em função do tipo de policiamento realizado e do local de trabalho (Boletins Gerais da PMPA).

Quanto ao primeiro, as unidades especializadas como o Batalhão de Choque ou o Batalhão de Operações Especiais em razão de permanecerem aquartelados aguardando acionamento, trabalham 12 horas por 36h de descanso (em situações normais). Os pilotos policiais militares de aeronaves também trabalham com turnos específicos (Escalas de serviços dos Batalhões).

Em consideração ao local de trabalho, o estado do Pará possui uma área territorial continental de 1.248.000 Km² que corresponde aproximadamente às áreas de Portugal, França, Espanha, Suíça, Bélgica e Irlanda somadas (IBGE, 2021). Não obstante, é servido por uma malha viária inapropriada, sendo que diversos municípios são acessados apenas por meio fluvial (CNT, 2019).

Em função disso, existem municípios paraenses como, por exemplo, Afuá, no arquipélago do Marajó, em que os policiais levam cerca de 30 horas de deslocamento entre suas casas⁸ na capital e seu local de trabalho. Trabalham, portanto, em escalas adaptadas com 7 dias ininterruptos de trabalho seguidos de 7 dias de folga (escalas de serviço do 9^o BPM)

⁸ Muitos policiais militares não moram em seu local de trabalho quando as condições socioeconômicas dos municípios onde trabalham são por eles consideradas inadequadas para criação dos seus filhos.

Eu levo mais de um dia para sair de casa e chegar aqui na Companhia [...] saio às 16h, pego uma Van até o porto, ato a minha rede no barco que desatraca às 18h [...] e viaja a noite toda [...] que não dá para dormir né? [...] imagina se ele afunda [...] ou se é assaltado [...] jacaré que dá bobeira, vira bolsa de madame [...] chego na cidade de Breves com o dia amanhecendo. Daí, eu desembarco, e espero uma outra embarcação para chegar em Afuá. Dependendo da maré, eu só chego no quartel no final do dia [...] com sono, com fome e muito estressado (relato oral de um Cabo PMPA lotado no quartel da cidade de Afuá e que mora com a família em Belém, 2019).

Um aspecto que deve ser ressaltado é que o horário de término do serviço não coincide, muitas vezes, com o relógio. Quando um policial inicia o atendimento de uma ocorrência ele deve permanecer até seu encerramento caracterizado pelo fim dos trâmites legais de apresentação dos suspeitos na delegacia de polícia. Além disso, não é anormal que o policial seja “acionado” em seu horário de folga para cumprir uma escala extra, substituir um colega faltoso ou para participar de missões especiais como uma viagem a serviço para outro município em períodos específicos ou em caráter de urgência.

De tal modo, a profissão policial militar reveste-se de características muito peculiares no que tange aos horários de serviço e, frequentemente, trabalham muitas horas a mais que as escalas de serviço prescrevem (MINAIO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008). Sobre isso Fraga (2006, p. 8) tem a acrescentar que “[...] ao assumir o compromisso da profissão, o policial não pode se omitir diante de fatos que exijam sua intervenção, precisa estar sempre preparado para servir a comunidade. Daí seu caráter de dedicação exclusiva: uma exigência permanente de continuidade da função para além do horário de serviço esteja usando farda ou não”.

Finalizando, percebe-se por todo o exposto que o policial militar enfrenta no cotidiano, além dos perigos relacionados diretamente a sua profissão, diversos obstáculos relacionados à rotina, a incerteza jurídica que paira sobre algumas de suas missões, o compromisso de dedicação exclusiva, a exposição à intempéries. Nota-se, portanto, que em muitas poucas outras profissões uma dedicação tão intensa e abrangente como o trabalho policial. Dito nas palavras de Bittner (2003, p. 300)

Considerando todo o campo dos serviços públicos, acho que seria difícil encontrar uma situação mais impressionante. Trata-se de uma corporação de funcionários, policiais, profissionais, não importa como sejam chamados, encarregados de realizar o que constitui, obviamente, um trabalho extraordinário, difícil e variado, que envolve imensas responsabilidades e cuja enormidade prontamente se percebe quando se considera tudo que pode depender de uma decisão policial e como é fácil seus erros causarem perda, ferimento, desastre e ruína.

3.2 A gênese do risco: etimologia, evolução conceitual contemporânea e suas implicações no trabalho policial

Há muitos anos o estudo do risco e, principalmente de como ele é percebido pela sociedade, tem se mantido relevante em pautas acadêmicas, governamentais e empresariais. Dada a sua importância, tais pesquisas tem sido objeto de acaloradas discussões e vem recebendo contribuições dos mais variados campos do conhecimento. Areosa (2008, p.1), realça a dificuldade e a complexidade de definir o risco, já que “seus limites e fronteiras são ambíguos, visto que a sua noção se converte em múltiplos significados e conotações sociais”. Santos, Roxo e Neves (2008, p. 4) corroboram lembrando que

Sempre existiu uma diferença fundamental no uso da palavra risco, entre a linguagem científica e a linguagem coloquial. Essas diferenças provocaram dificuldades em encontrar uma definição única, o que por vezes conduziu à sensação de se estar a falar do mesmo, quando na realidade referiam-se a conceitos diferentes.

O termo “risco” é polissêmico, admite muitos entendimentos enquanto palavra e diversas representações enquanto conceito. Em face tal pluralidade que o termo risco admite atualmente, qualquer tentativa de um estudo acadêmico sério sobre o fenômeno deve, a priori, diligenciar acerca da sua historicidade ao longo dos anos com a finalidade de compreender a alteridade de seus significados e sentidos.

Concorda com esse raciocínio Cline (2004) que, além de evidenciar a dificuldade de determinação do vocábulo, ainda acrescenta o alerta de que o uso de um léxico inconsistente em questões relacionadas à interação humana com a incerteza por disciplinas acadêmicas é um catalisador de erros conceituais. O mesmo autor, vis-à-vis a impossibilidade prática de se definir inequivocamente a palavra *risco*, ressalta que a única forma de o fazer seria por meio do rastreamento da evolução do significado etimológico e uso do vocábulo do risco ao longo dos séculos, na tentativa de explicitar seu significado e aplicações atuais.

Cline (2004), então, inicia sua exploração histórica advertindo sobre a necessidade de compreensão do contexto e da época em que o vocábulo foi utilizado com um exame crítico da mitologia para culturas específicas. Seu ponto geográfico e histórico de partida é a Grécia antiga com Platão, onde a palavra *peirao* pode ser considerada a raiz grega da palavra conhecida hoje como risco. Andrews (1879) (*apud* CLINE, 2004, p. 6) define *peirao* como “aventura-se, empreender, tentar fazer, tentar a sorte, fazer uma tentativa por mar, achar por tentativa”. Com o passar do tempo, os romanos traduzem a palavra *peirao* para a forma latina *Periculum* com o

significado de *risk, hazard, danger, peril*⁹. Ao efetuarem tal tradução, acabaram por criar uma dualidade de significados cujo resultado foi a palavra risco ser usada, a partir de então, para denotar tanto o perigo quanto um gesto ousado e corajoso.

Florio (1598) (*apud* CLINE, 2004, p. 8) indica que por volta do século XIV o vocábulo *Periculum* evoluiu para o latim *Risicum* (ou *Risiscus*) mantendo o significado – e a mesma dualidade. O mesmo autor acrescenta que a primeira menção da palavra *Riscare* (ou *Risicare*) em italiano surgiu em 1598 com o sentido de “arriscar-se, aventura-se, ameaçar, pôr em perigo” (tradução nossa)¹⁰.

O ancestral do vocábulo risco na língua francesa, que aparece escrito em 1612, é *Risque*, cujo sentido é perigo, ameaça, chance, aventura sempre seguido da expressão “*por meu próprio risco*” (COTGRAVE; HOLLYBAND, 1611 *apud* CLINE, 2004, p. 9).

Alguns anos mais tarde, em 1654, continua Cline (2004) com o surgimento da Teoria das Probabilidades, onde as pessoas puderam quantificar a probabilidade de um evento futuro, e a palavra risco ganhou novas acepções e passa a ser usada com um sentido matemático onde o futuro pode ser calculado. Lupton (2013, p. 4) acrescenta que a Matemática e Estatística deram um novo significado ao termo risco, na medida em que “[...] assume-se que os mundos sociais e naturais podem ser medidos, calculados e, por conseguinte, previstos”.

Bittencourt e Almeida (2014, p. 97) finalizam ao declarar “[...] o que outrora pertencia às intempéries da natureza e às causas divinas, baseadas apenas em possibilidades, agora, com a introdução da matemática e da estatística, passa a pertencer à responsabilidade do ser humano, podendo ser calculado como probabilidade”.

Ainda sem se afastar da utilização matemática e probabilística da palavra risco, Gardner (2009), ratifica que o risco pode ser medido, quantificado e exemplifica que o risco de uma pessoa morrer em um acidente automobilístico é centena de vezes maior que em uma queda de avião.

A primeira menção da palavra *Risk* na língua inglesa se deu no ano de 1656 com as palavras *Peril, Jeopardy, Danger, Hazard e Chance*¹¹ como sinônimos de Risk (CLINE, 2004, p. 12). Ressalta-se aqui que a palavra *aventura*, constante no léxico francês, foi suprimida, supostamente porque o autor do dicionário era advogado, e estaria habituado a usá-la somente

⁹ O autor optou por deixar os termos em inglês original pois a tradução para a língua portuguesa aumentaria a celeuma pelo fato das palavras *risk, hazard e danger* poderem ser traduzidas para o nosso idioma como sinônimos de risco ou perigo indistintamente.

¹⁰ “to hazard, to adventure, to jeopard, to endanger”

¹¹ O autor optou por deixar a versão original na língua inglesa em função de todas as palavras serem sinônimos de risco em português.

no sentido de “perda”. Como consequência, “o idioma inglês passou a entender apenas a metade da dualidade de risco: o potencial de perda” (CLINE, 2004, p. 13).

Como percebe-se facilmente, as sucessivas “traduções” do vocábulo para diferentes línguas em distintos contextos culturais, históricos e profissionais trouxe para a língua portuguesa uma situação esdrúxula que coloca como sinônimos as palavras risco e perigo.

Uma busca histórica em outra direção, relaciona a origem da palavra risco com os jogos de azar. Cline (2004) esclarece que a palavra perigo tem ligação com palavra árabe *al-zahr* (os dados). O mesmo autor continua a sua explicação enfatizando que a palavra árabe *khatar* (apostar ou jogar) se transformou na palavra *Hasard* (em francês) e finalmente em *Hazard* (em inglês), todas mantendo o significado de perigo (ou risco) relacionado aos jogos de azar.

Ao revisitar a história do risco resta claro que o seu sentido foi alterado ao longo dos anos e não foram poucos os autores que buscaram decifrar esta dinâmica para tentar conceituá-lo.

Ao estudar a violência em retrospecto histórico, Muchembled (2012) relata que a sociedade europeia no final da Idade Média enfrentava inúmeros perigos e ameaças – reais e imaginárias cujos significados não eram totalmente compreendidos pelos indivíduos. Na falta de explicação pelos conhecimentos disponíveis, eram frequentemente atribuídos ao sobrenatural. Em decorrência, os povos produziam as superstições na tentativa de lidar com o desconhecido. Neste cenário, àquela altura, os termos perigo, risco, incerteza e ameaça eram sinônimos relacionados a possibilidades, isto é, ao que poderia acontecer.

Estudiosos como Giddens (1991), Mendes (2002), Bittencourt e Almeida (2014) convergem e concordam que o termo risco nasceu no continente europeu à época dos grandes empreendimentos marítimos. Giddens (1991, p. 33) complementa que a palavra *risk* parece ter “encontrado seu caminho para o inglês no século XVII e vem provavelmente de um termo espanhol que significa correr para o perigo ou ir contra uma rocha” ou “através do espanhol ou do português, línguas em que eram utilizadas para caracterizar a navegação em mares desconhecidos, ainda não descritos em cartas de navegação” (MENDES, 2002, p. 54).

Por sua vez, Bernstein (1997) garante que a etimologia da própria palavra *risco* deriva do vocábulo italiano antigo *risicare* e tem uma conotação de ousar, empreender o que, de certa forma, é ratificado por Lupton (2013) ao adicionar que termo *risco*, nas sociedades ocidentais contemporâneas, deriva do adjetivo arriscado.

Ressalta-se, entretanto, a advertência feita por Carochinho (2011, p. 79) quando aponta que não existe apenas um tipo de risco e elenca alguns deles: a) os riscos inerentes à vida social,

tais como violência, tensões, incertezas psicológicas, guerras e revoluções; b) os riscos engendrados pela civilização e pelos estilos de vida desenvolvidos, como o estresse, associados a hábitos alimentares, poluição, contaminação, acidentes industriais, tecnologia de risco; c) os riscos naturais, como os ciclones, tsunamis, tempestades, inundações, sismos, etc.).

Considerando as inúmeras e sucessivas alterações que a palavra risco sofreu na história ao longo dos anos, cabe apresentar as várias definições atuais do vocábulo – de sentido e de significado, para, ao final, conceituá-lo dentro do contexto do estudo, isto é, uma definição conceitual da palavra que se adeque ao sentido do risco tal qual ele é percebido pelos policiais militares.

Como ponto de partida, Douglas e Wildavsky (2012), sustentam a impossibilidade de um conceito único de risco que seja aceito por todos. Entretanto, adicionam que no século XX o risco passou a ter relação apenas com eventos ruins, mesmo que ainda pudesse ser obtido mediante fórmulas matemáticas e estatísticas.

A falta de concordância conceitual é aceita por Hayes (1992) ao argumentar que o conceito de risco é um campo acadêmico que apresenta constantes lacunas de coerência conceitual e não tem fronteiras definidas.

Tendo em conta a multiplicidade de significações do risco, alguns autores optaram por classificá-los. Adams (2009) sugere que os riscos se apresentam em três grupos. Os primeiros, seriam aqueles riscos percebidos pela Ciência, que aglutinam a maioria da literatura publicada. O segundo grupo são riscos percebidos no cotidiano pelo cidadão comum. O terceiro e último grupo compreende os riscos virtuais como o aquecimento global, a radiação, os resíduos de pesticidas, a bolsas de valores etc.

Outros, como Beck (1992) e Giddens (2002) utilizam o termo “sociedade de risco” ao referirem-se ao momento presente onde a aculturação da natureza criou artefatos tecnológicos. Na mesma direção caminha Ashcroft (2001) ao ponderar que, com a evolução da ciência e os avanços tecnológicos, o homem enfrenta novos riscos, inclusive, vivenciados voluntariamente em práticas físicas e esportivas na natureza e, em alguns casos, dependendo do tipo de ocupação profissional, constituem parte inevitável do trabalho. Ashcroft (2001) ressalta a existência de uma velha vinculação entre risco e aventura, majorada pela ousadia, que pode levar o indivíduo a inúmeras descobertas.

Em se tratando de risco, como significado, tem-se uma corrente acadêmica que o considera como um fenômeno que é culturalmente construído. Douglas e Wildavsky (1982), Renn (1992), Douglas (1992) e Adams (2009) são alguns dos autores que argumentam que a percepção de risco é influenciada pelos aspectos culturais. Douglas (1992) inclusive, concorda

que o risco não pode ser interpretado como um conceito objetivo e mensurável, mas como algo que é construído social, cultural e politicamente. Por estranho que pareça, comer insetos vivos pode parecer extremamente arriscado – e assustador para civilizações ocidentais ao passo que são hábitos alimentares comuns em alguns países asiáticos. Elas veem o mundo de formas diferentes e se comportam de maneira distinta (ADAMS, 2009, p. 42). Complementando, Renn (1992, p. 67) afirma que “os seres humanos não percebem o mundo com olhos primitivos, mas por lentes filtradas por sentidos sociais e culturais transmitidos por meio de processos de socialização incluindo a família, amigos, chefias e colegas de trabalho”.

Tangenciando o conceito anterior, Zanirato *et al.* (2008) determinam o risco como um produto social, percebido subjetiva e tecnicamente pelo indivíduo e cujo aspecto subjetivo está na sua construção, definida pelo grupo social. Por isso, o risco se modificaria ao longo da história acompanhando as mudanças experimentadas pela sociedade. Na mesma direção segue Veyret (2007) ao sustentar que risco é a maneira pela qual um indivíduo ou grupo social percebe o perigo por meio de representações mentais e, por meio de práticas específicas, coexiste com ele. Portanto, conclui Veyret (2007), a percepção do perigo é historicamente determinada.

Na concepção de Douglas e Wildavsky (2012), o risco é construído a partir da cultura e da vivência social de cada indivíduo. Essa compreensão pôde ser confirmada pelas pesquisas de Mello e Nummer (2014) com policiais militares que atuam no interior e na capital do Estado do Pará. Seus resultados apontam que os policiais têm uma percepção diferenciada de risco e que essas distinções estão ligadas “as formas de sociabilidade que estes profissionais criam de acordo com o perfil do espaço urbano no qual atuam” (MELLO; NUMMER, 2015, p. 18).

Outra acepção bastante utilizada da palavra risco é no linguajar cotidiano dos agentes sociais no sentido de se expor ao perigo ou a uma situação indesejada como, por exemplo, o risco de cair em um buraco ou o risco de ser contaminado pelo coronavírus. Nesse sentido, o termo risco tende a ser empregado como sinônimo de incerteza, pendendo mais para uma noção, o que não é nada certo, seria apenas relacionada a interpretações subjetivas (BITTENCOURT; ALMEIDA, 2014).

No Brasil, a palavra risco normalmente é associada a aspectos negativos e está relacionada com a possibilidade de perda, dano ou como sinônimo de perigo, sendo um tema caro à saúde dos trabalhadores. Porto (2000) apresenta esquematicamente os vários significados que a palavra assume (Quadro 4) nos diversos campos do conhecimento como a matemática, a engenharia, as ciências sociais, a saúde pública etc.

Quadro 4- Uso do termo risco, seus significados, vantagens e limites.

TIPO DE RISCO	QUEM COSTUMA ADOTAR E COM QUE SIGNIFICADO	VANTAGENS E LIMITES
RISCO OCUPACIONAL	Profissionais de higiene e segurança do trabalho para se referir aos riscos para a saúde ou a vida dos trabalhadores decorrentes de suas atividades.	O conceito é válido para definir os principais riscos que determinados trabalhadores estão expostos.
AGENTE DE RISCO	Profissionais higiene industrial e da engenharia de segurança. Refere-se, principalmente, aos agentes físicos, mecânicos, químicos e biológicos presentes nos ambientes de trabalho, embora alguns autores mencionem agentes ergonômicos e os psicossociais.	É de fácil classificação, porém tende a menosprezar os riscos relacionados à organização do trabalho e outros aspectos qualitativos para a contextualização dos riscos. A maioria das normas técnicas relativas à avaliação ambiental e medidas de proteção refere-se aos agentes clássicos.
FATOR DE RISCO	Adotado por profissionais de saúde pública, mais especificamente da epidemiologia. Embora similar ao conceito de agente, também pode incluir outras características ambientais e pessoais (como o sexo e ser fumante) para classificar grupos populacionais propensos ao desenvolvimento de problemas de saúde.	É um conceito utilizado nos estudos epidemiológicos que buscam relacionar a exposição de certos grupos de trabalhadores a determinados fatores de risco, e o acometimento de problemas específicos de saúde. Este conceito vê o risco de forma estática enquanto característica de um grupo populacional, e não como inserido em processos de trabalho e contextos específicos.
RISCO COMO PROBABILIDADE	Usado na análise de riscos como forma de quantificar o risco existente num projeto, tecnologia ou situação de trabalho. Em inglês, a palavra <i>risk</i> é adotada para expressar a probabilidade de ocorrência vezes a magnitude do dano provocado.	Embora serva como parâmetro para avaliar se um risco é aceitável ou comparar os riscos envolvidos em diferentes tecnologias, estes números são complicados, de difícil compreensão e nem sempre confiáveis.
RISCO COMO PERIGO	Em inglês é usada a palavra <i>Hazard</i> , traduzida como risco ou perigo, significando uma característica potencialmente danosa à saúde de um agente, substância, máquina, processo ou ambiente.	É semelhante ao conceito de agente de risco, mas é utilizada, em sua concepção de perigo, para destacar um risco importante ou uma situação de risco grave e que esteja mais fora de controle. O problema aqui é a possibilidade de se menosprezarem situações de risco consideradas sob controle e não a considerarem como um perigo, quando em verdade podem gerar acidentes ou doenças sérias. Em outras palavras, um risco pode indevidamente não ser considerado como perigo, e por isso ser avaliado como irrelevante.
SITUAÇÃO E EVENTO DE RISCO	Utilizado por profissionais que trabalham com análise e gerenciamento de riscos de acidentes.	Estes conceitos são importantes na análise de acidentes por separar o risco em duas fases no processo de trabalho: o momento latente ou potencial (situação de risco), e o momento da geração do dano (evento de risco ou o acidente quando de sua ocorrência).
GRAU DE RISCO	Classificação adotada pelos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência e Assistência Social, que fixa uma escala crescente para os riscos presentes nos diferentes ramos de atividade econômica.	Esta tipologia é adotada para classificar as atividades econômicas em termos de percentuais que as empresas devem pagar para o Seguro Acidente de Trabalho (SAT). Além de eventuais críticas a esta classificação, o principal problema é que diferentes empresas de um mesmo setor pagam o mesmo valor, independente se geram muitos acidentes com mortes ou se investem em prevenção.

Fonte: Adaptação de Porto (2000, p. 9-10).

Há ainda autores que se esforçam na distinção entre a palavra risco e outras próximas, como por exemplo, Granjo (2006) emprega o termo “ameaça” para qualquer fator possível de causar dano à integridade de pessoas, seres ou coisas, desde que sua existência seja percebível, ainda que de forma vaga. Utiliza “perigo” como uma ameaça totalmente imprevisível, incerta, arbitrária e permanente, isto é, como um elemento de caos e indeterminação, uma possibilidade extrema de conceber essa ameaça. Por fim, o autor define que o “risco” está situado numa zona onde a ameaça aleatória pode ser “domesticada”. Em outras palavras, para ele, o “risco” seria uma tentativa de atribuir uma ordem compreensível ao aleatório e a controlá-lo por meio da ação humana.

Para Adams (2009, p. 26), “a ameaça é definida como algo que poderia causar dano, e o risco é o resultado da multiplicação da probabilidade pela ameaça”. Luhmann (1993) também propõe uma distinção entre “risco” e “perigo”. Os riscos são aqueles cujos possíveis danos são consequências da própria decisão, isto é, são danos hipotéticos em consequência da própria ação. Os perigos relacionam-se aos danos ou perdas com causas fora do controle, ou seja, são danos hipotéticos causados pela ação dos outros, da natureza ou de outras causas fora do próprio controle. Assim, a mesma ação é um risco para um e perigo para o outro.

Bruseke (2007) se apropria da diferenciação feita por Luhmann (1993) e sistematiza as duas concepções de risco apontadas pela literatura. O conceito de “restrito de risco”, segue a definição de Luhmann (1993), isto é, quando um ator sabe das consequências do seu agir e procede na consciência tanto do possível sucesso de sua ação quanto de possíveis danos. Já no conceito “amplo de risco”, tem-se o que Luhmann (1993) denomina perigo. Como exemplo, diz-se que há uma “zona de risco” quando se trata de um risco de uma guerra nuclear, o risco de uma epidemia, o risco de desertificação em regiões com um uso excessivo do solo.

Partindo de considerações sobre a segurança de trabalhadores e alicerçada na relação entre um tipo específico de risco e os acidentes de trabalho, Sebben (2018, p. 22) define o risco intersocial como “[...] todo elemento externo gerado por fatores sociais, familiares e profissionais que possam afetar a saúde mental do indivíduo, como cobranças excessivas, pressões, sobrecarga, preocupações e tensões do dia a dia”.

O risco também carrega consigo sentimentos ambíguos de medo, perigo, ameaça, satisfação e prazer, encontrando eco na etimologia da própria palavra "risco" que deriva do vocábulo italiano antigo *risicare* e tem ideia associada a "ousar" (BERNSTEIN, 1997). O gosto pelo afrontamento e pela ousadia como opção de escolha profissional, apresenta o risco dentro de uma conotação positiva e necessária. “Quem não se arrisca está fadado à morte no sentido real e simbólico” (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p.188).

Concorda Muniz (1999), quando escreve que “o espírito aventureiro, o dinamismo, a canalização de energias pelas ações, o encantamento da superioridade e a disponibilidade para enfrentar riscos”, fazem parte do *ethos* do trabalho policial” e também Minayo, Souza e Constantino (2008, p.188) quando pontua que “a adrenalina produzida pelo inusitado os ‘vicia’ e os motiva para a ação”.

Nas pesquisas de Minayo e Souza (2003) ficou constatado que durante o confronto com o perigo, a sensação da adrenalina percorrendo o corpo é tão prazerosa que ofusca o sentimento de medo presente. Estudo de Constantino (2012) mostrou que um grupo de policiais que trabalha em uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro identificou a atividade policial como o exercício do confronto armado e que eles se sentiam ‘menos policiais’ pelo fato de não vivenciarem tanto tais ações, em comparação como os agentes da capital. Segundo Constantino (2012), é a ideia hegemônica do confronto como missão, que oferece ao policial em serviço nas ruas da cidade – sobretudo em áreas conflagradas – a experiência existencial de ter a vida sempre por um fio.

La Mendola (2005) complementa ao afirmar que “o impulso para se arriscar trabalha, de qualquer modo, no interior das personalidades; permanece a necessidade de demonstrar o próprio valor a si mesmo e aos outros, ainda que com características de tipo narcisístico ou exibicionista” (LA MENDOLA, 2005, p. 86). Talvez, esse fato explique o motivo dos resultados das pesquisas de Minayo, Souza e Constantino (2008, p. 190) que demonstrou que os “policiais operacionais se veem e são vistos pela instituição como homens que possuem ‘algo mais’ do que seres humanos”.

Outra discussão bastante proveitosa é sobre a possível existência de um risco real ou objetivo e de um risco percebido ou subjetivo. Diversos autores se aventuram a desenvolver suas teorias. A percepção do risco subjetivo é um conceito que é influenciado por múltiplas dimensões sociais e elaborado a partir dos sentidos. Carochinho (2011, p. 80) afirma que “A percepção é um processo psicológico ativo pelo qual os estímulos são selecionados e organizados dentro de um modelo conceitual da situação. Por outras palavras, diríamos que o indivíduo não registra apenas os aspectos observados em relação ao sistema do qual faz parte, mas atribui-lhes significados e valores”.

Renn (2008) (*apud* DI GIULIO *et al.*, 2015, p. 1218) declara que a percepção de risco pode ser “[...] entendido como o processamento de sinais físicos e/ou informações sobre eventos ou atividade potencialmente perigosos e a formação de julgamentos sobre a seriedade, probabilidade e aceitabilidade de um respectivo evento ou atividade”.

Areosa (2008, p. 56) acrescenta que “As percepções de risco estão diretamente ligadas à forma como os indivíduos pensam, representam, classificam ou analisam as diversas formas de ameaça (riscos) a que se encontram expostas ou de que dela têm conhecimento”.

Interpretando os conceitos anteriormente expostos, e trazendo-os para realidade policial, percebe-se que os milicianos¹² vislumbram os riscos associados à sua profissão de uma maneira singular que, dito nas palavras de Sebben (2018, p. 40) “[...] não reconhecemos o ambiente como ele na realidade se apresenta, mas como somos capazes de reconhecê-los partindo de nosso padrão mental, nossos conceitos, valores e cultura”.

Sebben (2018, p. 41), ao discutir a importância da cultura, dos valores e das circunstâncias na percepção do risco acrescenta “Para compreender as diferenças na percepção, devemos considerar as variações de fenótipo (a pessoa aqui e agora) que envolvem diferenças biológicas, na capacidade sensorial e cerebral, na idade e na experiência, assim como no contexto geográfico e cultural de cada indivíduo”. Adams (2009) ao analisar relatórios da Royal Society Britânica, afirma que o risco real é aquele risco mensurável, factual e objetivo que obedece às leis formais da teoria estatística. Em oposição, tem-se o risco percebido de forma imprecisa e subjetiva por indivíduos leigos, não especialistas.

Concorda Carochinho (2011) quando argumenta que o risco objetivo pode ser obtido como resultados de probabilidades estatísticas produzidas por atores possuidores de informações e conhecimentos técnicos específicos. Na outra ponta, tem-se as avaliações das diversas situações diárias por leigos, que obtém o risco sem a utilização de cálculos sofisticados de probabilidades, mas por meio de uma perspectiva construtivista usando uma avaliação subjetiva da possibilidade de ocorrência de um episódio nefasto.

Uma questão importante é levantada por Reunoard e Charrier (2013), a de que a distância entre o risco real e o risco percebido é o desconhecimento ou a inexperiência. A percepção dos perigos, segundo os autores, aumenta com a experiência tornando o julgamento mais afinado e as decisões mais eficazes. Tais afirmações enaltecem a importância da percepção já que um indivíduo pode estar diante de perigos extremos e não ter consciência disso.

Para Bley (2007) todas as interações de um indivíduo com o mundo exterior são mediadas pelos sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar) que recebem e atribuem significado aos dados de realidade. Continua afirmando que o processo simples de converter

¹² O termo “miliciano” utilizado nesta pesquisa refere-se exclusivamente ao indivíduo que pertence a uma organização policial militar.

símbolos externos é chamado de sensação. Na medida em que há uma atribuição de sentido à informação de recebida, tem-se a percepção.

Santos, Roxo e Neves (2008, p. 6) sugerem que a maioria das pessoas confiam na sua intuição na hora de emitir o seu juízo, sobre o risco, o qual passou a chamar-se de percepção do risco, diferente dos cientistas que consideram os perigos por meio de análises sofisticadas de avaliação do risco. Concorde Areosa (2012, p. 56) quando afirma que “Na literatura sobre as percepções de riscos é definida uma clivagem entre os conhecimentos científicos, designados como “objetivos”, e os saberes dos não-especialistas, apresentados como subjetivos. Os saberes não especializados transportam-se para os domínios das percepções”.

Segundo Huczynski e Buchanan (1991), a percepção é um processo psicológico pelo qual as pessoas organizam suas impressões sensoriais e, interpretando-as, buscam dar sentido ao ambiente. Bley (2007) ressalta que, por ser um fenômeno psicológico e individual, a percepção varia de acordo com inúmeros fatores psicossociais, cognitivos e fisiológicos. Nesses termos, a idade, o estado emocional, a formação profissional, as experiências passadas, a posição hierárquica, o tempo de serviço, o clima de trabalho, a autoconfiança, o equilíbrio emocional, o conhecimento da tarefa, o sono, alimentação, sintomas físicos, ingestão de remédios etc. tem influência cabal e podem alterar a acuidade perceptiva do ser humano. Faz-se importante enfatizar, por tudo isso, que a capacidade de percepção dos riscos das pessoas varia ao longo do tempo fazendo com que o risco real seja diferente do que foi percebido.

O profissional, ao receber novas informações, aumenta seu repertório e, conseqüentemente, sua capacidade perceptiva. Ao confrontar um cenário específico a indivíduos com diferentes expertises, histórias de vidas e distintas condições de saúde e atenção, pode-se esperar significados diferentes para cada um deles. Bley (2007) adverte-nos que a percepção de riscos ajustada é apenas a alicerce para o profissional se comportar de forma segura já que existem casos em que ele identifica o perigo, reconhece os riscos e, mesmo assim, opta por burlar regras e procedimentos, em virtude da pressa, da preguiça, da valorização pessoal e outros fatores.

No que se refere ao entendimento do risco no universo da prática policial, apesar de Mello (2015, p. 15) defini-lo “[...] como a condição de ser policial militar causar algum tipo de dano físico ou emocional, na trajetória profissional ou nas relações sociais do sujeito”, parece-nos mais apropriado compreendê-lo como a exposição a um perigo ou “[...] a confrontação com um perigo que não seria controlado e seria suscetível (probabilidade) de provocar um acidente” (REUNOARD; CHARRIER, 2013, p. 72).

Desta forma, os riscos policiais podem ser entendidos nesta pesquisa como a exposição do profissional aos perigos relacionados diretamente ou não a prática diária do policiamento e que não se limitam ao turno de serviço. Além disso, os riscos policiais se iniciam com a entrada na corporação e se estendem até o fim da vida já que o indivíduo sempre terá grudado em si o “policial militar” como adjetivo, seja ele um policial militar da ativa, um policial militar da reserva, um ex-policial militar ou um policial militar reformado.

Reunoard e Charrier (2013, p. 71) rememoram que risco e perigo são inseparáveis, já que “[...] o risco começa com a confrontação com o perigo”. Portanto, continuam, há de se primeiramente identificar os perigos para tomar medidas para evitá-lo, ou seja, diminuir o risco. Em certos casos, e em certas profissões, como a atividade policial, é possível (e até esperado) aceitar ser confrontado com o perigo, mas sob a condição de tê-lo identificado e tê-lo, na medida do possível, sob controle.

3.3 A morte como hipótese de trabalho: a relação (quase) simbiótica entre o risco e o trabalho policial

A percepção que um policial possui acerca do risco na sua atividade profissional é um tópico ainda pouco estudado e mal compreendido. Apesar da efêmera mudança no cenário nacional, a discrepância entre a importância e o cuidado que o tema requer e a atenção que ele vem recebendo do meio acadêmico e dos administradores do sistema de segurança é tão evidente que demanda alguma tentativa aproximada de explicação pois policiais continuam a matar e a morrer contando com a indiferença, se não, com o desdém, não apenas da comunidade científica, mas também do governo e das próprias corporações policiais.

Fundamentadas na experiência profissional e vivência acadêmica do autor, infere-se seis possíveis causas desta lacuna. Primeiro, trabalhos e estudos sobre as instituições policiais, sobretudo as militares, foram amplamente ignorados por décadas, em um Brasil que, desde a ditadura militar, afastou o tema das mentes, como se ele não mais existisse.

Em segundo lugar, grande parte das corporações policiais parecem entender o "risco" dentro de uma visão simplista e reducionista que assume a forma única de perigo físico. Como consequência, a solução viria apenas com o desenvolvimento (e aperfeiçoamento) de técnicas operacionais de abordagens, de imobilizações, de uso da força e de condutas operacionais de segurança. Terceira, o recente interesse acadêmico pela atividade policial ainda enfrenta inúmeras dificuldades na obtenção de informações confiáveis, seja por falta de cooperação das polícias, seja pela visão estereotipada de ambos os lados.

Quarta, os estudos conduzidos pelos acadêmicos “não policiais” normalmente dizem respeito às questões percebidas de "fora" para "dentro" que, em muitos casos, resultam em trabalhos críticos que aumentam o receio das instituições policiais em colaborar com as pesquisas.

Quinta, a despeito de um número cada vez maior de policiais ingressando na pesquisa acadêmica e desenvolvendo investigações como pesquisadores nativos, eles enfrentam dificuldades em apresentar o ponto de vista institucional, seja por pressões - veladas ou não - de alguns professores, seja pela insipiente bibliografia nacional sobre o assunto. Finalmente, uma sexta possibilidade seria uma possível dificuldade dos pesquisadores nativos de manter a neutralidade ao descrever ou investigar os fenômenos nas corporações policiais, muito em função da pouca experiência acadêmica.

Em qualquer lugar do mundo, policiais são traumatizados, feridos e morrem às dezenas. Isto é um fato. Alguns deles, superestimam suas habilidades técnicas como condutores de viaturas e sofrem e/ou causam acidentes em perseguições em alta velocidade. Outros tantos, seja por falta de preparo emocional, por desídia, imperícia, por negligência, excesso de autoconfiança ou mesmo azar, se ferem ou morrem em confrontos armados.

Há aqueles que, pela inabilidade, inexperiência em ou falta de precisão na percepção de riscos em um determinado cenário, decidiram equivocadamente e irão responder juridicamente por suas ações e/ou omissões. Existem ainda policiais que, estando de folga, muitas vezes em trajes civis e com a família, são reconhecidos por bandidos em razão da sua exposição pública como agente da lei.

Um número expressivo relata que são chamados inesperadamente por vizinhos, amigos ou parentes para intervir em alguma ocorrência e, estando em um estado de alerta totalmente relaxado, não conseguem evocar as habilidades mentais e técnicas necessárias para uma reação satisfatória (Relatos orais de policiais militares com mais de 7 anos de serviço operacional na cidade de Belém-PA, no primeiro Grupo Focal desta pesquisa, 2019).

Por fim, há aqueles policiais que se arriscaram mais do que a prudência e as técnicas policiais recomendam, talvez, motivados pelo sentimento de heroísmo. Em comum, todos eles têm a imperativa necessidade de perceber, avaliar e monitorar corretamente, em frações de segundos, os riscos a que estão expostos a fim de acionar mecanismos cognitivos e motores que serão responsáveis por mantê-los em segurança.

Assim sendo, pode-se afirmar, portanto, que a adequada percepção dos riscos é, para a atividade policial, a atitude que muitas vezes separa o sucesso do fracasso, que distingue a vida da morte.

O risco é um fenômeno intimamente associado a todos os aspectos da vida. Em casa, na rua ou no trabalho as pessoas sempre estarão em risco. Todas as profissões apresentam algum tipo de risco, embora cada atividade, detenha um grau peculiar de risco. No trabalho policial, o risco exerce um papel estruturante à medida em que ele coexiste com o indivíduo diuturnamente ao longo de toda sua vida – pessoal e profissional, e o acompanha mesmo após deixar a corporação. É uma relação simbiótica eterna.

A escolha profissional, isto é, a decisão de ser policial, pode ser considerada como o *rito de passagem* para essa convivência nefasta. É um fator que carrega consigo um risco constante de vitimização, seja em decorrência do serviço, ou pela possibilidade de ser reconhecido estando de folga em trajes civis, ou pelo fato de, ao portar uma arma, se tornar uma vítima preferencial de criminosos. Muito apropriadamente pode-se aplicar o conceito de *estigma*, desenvolvido por Goffman (1988), que confere numa perspectiva social certos atributos a determinados indivíduos (ou profissões) que o tornam diferentes da "normalidade". Nesse contexto, o risco não está associado a uma atitude, a um gesto ou uma ação positiva e sim ao fato de que a vida corre perigo pela opção profissional.

Autores como Spode e Merlo (2006); Minayo, Souza e Constantino (2008); Oliveira e Santos (2010); Constantino (2012); Constantino, Ribeiro e Correia (2013); Mello e Nummer (2015); Bassalo e Mello (2018) dentre vários outros, convergem no pensamento de que os policiais compõem uma categoria profissional extremamente vulnerável à vitimização pois seu trabalho é marcado por um cotidiano em que a tensão e o perigo estão sempre presentes, uma vez que "seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam" (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 18).

Mello (2015) complementa ao afirmar que o trabalho policial é uma atividade complexa e arriscada onde o evento morte é uma possibilidade concreta e corriqueira, seja ela do criminoso, do cidadão comum, dos companheiros de farda ou, até mesmo, do próprio policial.

A periculosidade da profissão policial é tão verdadeira que foi reconhecida pelo próprio Estado, ao conceder e incorporar na remuneração mensal dos policiais do serviço ativo da Polícia Militar do Pará um valor pecuniário chamado de gratificação de risco de vida, o que reforça os argumentos de Bassalo e Mello (2019, p. 53) quando afirmam que "o risco envolvido na atividade policial não se compara a nenhum outro, uma vez que a atividade primária é lidar com cenários onde o controle social, determinado pela obediência da lei, alcançará um resultado imprevisível advindo do livre arbítrio de quem é determinado a cumpri-la".

Os policiais militares têm o dever legal de enfrentar o perigo¹³. Devem, portanto, se arriscar em circunstâncias onde outros indivíduos poderiam simplesmente se esquivar. Somente o conhecimento desses perigos e, principalmente, sua correta interpretação permite adaptar seus comportamentos em função dele, permitindo assim acionar os recursos mentais e cognitivos necessários para evitá-los ou, na impossibilidade, administrá-los. Cada atividade, cada situação possui suas singularidades e é preciso aprender a interpretá-las a partir das experiências ou por meio da confrontação de ideias com outros profissionais.

Percebe-se, portanto, que o policial para ser bem-sucedido precisa conciliar duas questões interligadas. Primeiro, necessita reconhecer o perigo. Ele o faz por meio de sua percepção subjetiva analisando o ambiente por meio de filtros culturais, técnicos, sociais e históricos que são amplamente influenciados por suas condições psicofisiológicas. Somente após compreender perfeitamente o que irá enfrentar, poderá obter sucesso ao reunir os recursos necessários ao embate.

Uma questão que merece destaque no processo de reconhecimento dos perigos é a necessidade de um estado de alerta compatível com aquela situação. Se o profissional estiver totalmente relaxado ou pouco atento, não será capaz de distinguir e interpretar o cenário. Não reconhecendo o perigo, não se prepara para enfrentá-lo e fica à mercê de se tornar uma vítima.

Importantíssimo intuir, que mais importante do que o risco em si é a maneira como ele é percebido pelo policial. Este, ao longo de sua carreira, adquire habilidades para lidar com as mais diversas situações de perigo; é treinado e equipado pelo estado para se proteger e proteger a sociedade de todos os perigos que venham surgir.

Dito em outras palavras, para cada situação perigosa há um “procedimento padrão de resposta” que é evocado para que ele consiga resolver aquele cenário da melhor forma possível considerando os aspectos legais, morais e técnicos. Esta resposta contempla um estado individual de alerta correspondente ao nível da ameaça, o uso proporcional da força e diversas outras técnicas e táticas pertinentes a cada situação. Mas para que isso aconteça o policial deve reconhecer (ou perceber) adequadamente aquele perigo e desenvolver uma resposta adequada àquela situação.

¹³ Além do pacto ético contido no Compromisso de Honra (Art. 35, da Lei Nº 5.251, de 31 de julho de 1985) que todos fazem ao ingressar na Polícia Militar, onde afirmam a sua aceitação consciente das obrigações e dos deveres policiais militares e manifestam a sua firme disposição de bem cumpri-los como o de “[...] dedicar-me, inteiramente ao serviço Policial Militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o **sacrifício da própria vida**”, há ainda a determinação legal no Art. 33, inciso I, onde registra que é **dever** do PM “A dedicação integral ao serviço Policial Militar e a fidelidade à instituição a que pertencem, mesmo com o **sacrifício da própria vida**”

Nos casos em que sua percepção de risco é inadequada, suas respostas também o serão e, neste caso, as consequências tornam-se imprevisíveis, podendo até levá-lo a morte. “Face ao que precede, é razoável assumir que o risco real e o risco percebido são claramente duas dimensões diferentes” (CAROCHINHO, 2011, p. 80). De onde pode-se acrescentar que, quanto mais próximas forem essas interpretações – o real e o percebido – melhores serão as condições de uma reação apropriada por parte do policial.

Concorda Areosa (2008, p. 59) que, em pesquisa sobre as percepções de risco dos trabalhadores em geral, afirma

Quando a percepção de riscos de determinados trabalhadores se apresenta enviesada, decorrendo da sua falta de competências para efetuar uma avaliação “correta e objetiva” dos riscos, ou seja, aquilo que nós definimos como iliteracia para a avaliação de certos riscos; esta condição pode originar decisões inadequadas, a prática de comportamentos arriscados e ações inapropriadas durante as jornadas de trabalho.

Os autores Reunoard e Charrier (2013, p. 76 -77) salientam que um componente pernicioso da percepção subjetiva é a subavaliação dos riscos tomados por si mesmo. Segundo eles, a aceitação dos riscos muitas vezes é distorcida em razão de três vieses de personalidade.

O primeiro, o viés da superioridade para com os outros, induz o indivíduo achar que é mais hábil ou mais esperto que os outros. Segundo, a sobrestimação das capacidades, faz com que o indivíduo mesmo percebendo corretamente os riscos, tenha uma “ilusão de controle”, isto é, se convença que pode enfrenta-los por se perceber mais competente que os outros.

Finalmente, a ilusão de vulnerabilidade induz o profissional a achar que somente os outros serão vitimizados e aqueles que não o foram, tendem se perceber mais facilmente invulneráveis. A ausência prolongada de acontecimentos significativos tocando à segurança, contribui para o sentimento de que o policial está imune a qualquer ameaça. É uma “ilusão da experiência” que gera uma subestimação dos riscos. Quatro fatores vão alimentar esse viés: o fato de nunca ter sido confrontado a certos tipos de risco, que sugere que nunca acontecerá; o sentimento que se pode controlar o risco; a raridade do risco e a ausência de experiência com relação a esse risco.

No decorrer de seu dia de trabalho, todo policial estará permanentemente gerenciando margens de segurança, administrando limitações, seguindo procedimentos, respeitando instruções etc. Ocasionalmente, devido a imprevisibilidade do serviço, poderá alongar a faixa de segurança, dirigindo acima do limite de velocidade, abordando suspeitos em maior número etc. Na maior parte das vezes, tais flexibilizações irão terminar bem. Porém, a passagem além dos limites se faz conscientemente. E isso deve ser considerado, pois há uma enorme diferença

entre fazer o errado sabendo-se que está agindo assim ou fazê-lo achando que se está certo. Concorde Skinner (1974, p. 30) ao afirmar que “Caminhar sobre um terreno acidentado é uma coisa, saber que se está fazendo isso é outra coisa”.

Portanto, é primordial e necessário saber fazer a diferença entre uma violação deliberada (com um intuito operacional) e a indisciplina voluntária baseada em conveniências pessoais. O cerne da questão se resume no fato de que, quando voluntariamente se vai além do limite de segurança, o policial pode acionar mecanismos intelectuais, cognitivos e fisiológicos que aumentarão seu nível de atenção concentrada a fim de ajustá-lo ao risco que irá enfrentar.

Minayo, Souza e Constantino (2008) enfatizam que na atividade policial a correta percepção e a compreensão dos conceitos de risco e segurança adquirem uma grande importância e que a palavra risco encontra seu antônimo na noção de segurança. Lima (2008) complementa afirmando que a presença do perigo, e por extensão, do risco ao enfrentá-lo, está na imprevisibilidade do trabalho policial, na medida em que a cada esquina há potencialidade de haver um confronto. Reiner (2004, p. 136) remata assegurando que

O policial enfrenta ameaças de ataque súbito por outras pessoas, e não os riscos mais calculáveis do acaso, físicos ou ambientais. É claro que a extensão da seriedade é variável. Mas ao dobrar cada esquina, a cada campainha que toca, o policial enfrenta perigos, que, se não são armas de fogo podem ser, no mínimo, punhos.

O policial, ao se expor ao perigo, está sujeito a sofrer algum tipo de dano, que pode ser físico, psíquico, econômico, jurídico, social, cultural, ou uma combinação entre eles. Nos casos extremos, pode levá-lo à morte. Sabendo disso, as instituições policiais procuram desenvolver e aprimorar habilidades corporais e mentais nos seus integrantes que contribuam para evitar ou reduzir a exposição a perigos previsíveis.

Nas organizações policiais, os cursos de formação e de especialização possuem disciplinas que apresentam conhecimentos teóricos e práticos de técnicas corporais e de preparo emocional que visam preparar seus integrantes para o enfrentamento de cenários de exposição ao perigo e situações críticas, onde, além de sobreviver, devem ser capazes de determinar decidir acertadamente.

Tome-se como exemplo o uso da força, especialmente a força letal. Quando um policial decide pelo uso da arma de fogo diante de um perigo iminente de morte ou ferimentos graves a si mesmo ou a outros, nas frações de segundos que antecedem sua tomada de decisão, devem ser acionadas várias perguntas sobre os possíveis resultados de sua ação, assim como devem ser ativados os conhecimentos técnicos e habilidades necessários para ele atuar com

eficácia. Independentemente de qual seja, o policial sabe que a decisão adotada trará consequências em sua trajetória profissional e pessoal. Pode-se inferir, então, que o conceito de risco reúne também várias dimensões da vida social, tais como a genética, o comportamento, a cultura, a perspectiva técnico-científica, a visão jurídica e o aspecto social.

Dror (2007), em seus estudos sobre tomada de decisão em caso de uso da força letal por policiais, critica aqueles que analisam as ações desse segmento de uma maneira simplista e matemática, até porque, não se pode falar em “perigos previsíveis” quando se trata de uma rotina onde o perigo está oculto em todos os lugares e a qualquer tempo. Burroes (2007) ressalta, com pertinência, que a decisão policial é fortemente baseada na percepção de risco, que por sua vez, é dependente de uma variedade de percepções culturais e mecanismos cognitivos.

Outro aspecto que merece destaque é a convivência contínua com o risco. Le Breton (1991), explicando o que denominou de “pedagogia do risco”, afirma que a experiência adquirida pela repetição da exposição ao risco e a integração de técnicas, faz com que a percepção dele seja minimizada. Alerta ainda que o risco não é uma disposição permanente do indivíduo: mesmo que uma pessoa já tenha vivido alguma situação arriscada, não quer dizer que ela esteja sempre pronta a enfrentar outras de mesma magnitude. O fato dos policiais, principalmente os que atuam no confronto direto com a criminalidade, conviverem cotidianamente com o risco, não necessariamente assegura a eles um “equilíbrio psicológico” adquirido pela experiência.

Neves e Mello (2009) argumentam que, em alguns casos, as condições de risco existem e são mantidas porque o convívio frequente com elas, ao longo do tempo, incorporou-as à normalidade das tarefas. Esse fato é desastroso, pois se acostumar a uma situação errada, em que há exposição não-controlada a um fator de risco, é fatal para a reflexão correta sobre o problema, pois, no ato de pensar sobre o todo, essa variável não será considerada e muito menos solucionada.

O trabalho policial, logo, deve ser entendido por meio da intrínseca relação entre o homem e o perigo, bem como suas consequências. O policial sempre irá trabalhar na presença do perigo, portanto, sempre haverá risco, independente da utilização de equipamentos de proteção individual que, sendo adequadamente utilizados, poderão, em última instância, mitigar os riscos e reduzir suas consequências. A esse respeito, Cunha Junior. (2007, p. 110) afirma que “para eliminar o risco, a relação entre o homem e o perigo não poderá existir. Se a relação existir, mesmo que mínima, ou melhor, mesmo sendo bem gerenciada, ainda assim haverá o risco. Logo, não há atividades humanas, sejam elas laborais ou não, sem risco”.

Chaves, Duarte e Mello (2019) ao analisarem as mortes violentas de policiais militares na Região Metropolitana de Belém no ano de 2017, destacam que seus sujeitos de pesquisa – oficiais e praças da PMPA, elencaram cinco situações em o miliciano paraense se encontra mais em risco, sendo elas: 1) quando o policial se envolve com o crime; 2) quando o policial militar realiza trabalhos informais (denominado na linguagem policial como “bico”); 3) quando ele frequenta locais inadequados; 4) quando ele mora em “local de risco” e 5) quando ele não observa as normas de segurança ou não ajusta adequadamente o seu estado de alerta para um determinado cenário.

Ao realizarem pesquisas com policiais militares do Estado do Pará, Mello e Nummer (2014) perceberam que os riscos enfrentados por esses profissionais poderiam ser didaticamente divididos em quatro categorias que foram nomeados pelos autores como os **riscos epidemiológicos**; os **riscos jurídicos**; os **riscos sociais** e os **riscos voluntários**. Por entendê-la como instrutiva, esta pesquisa irá adotá-la para exemplificar os riscos.

3.4 Os perigos profissionais presentes no imaginário policial: riscos epidemiológicos

A primeira categoria, conceituada pelos autores de **riscos epidemiológicos**, concentrariam aqueles eventos mais facilmente observáveis e quantificáveis. São, na maioria, os enfrentamentos típicos da profissão policial e densamente ligados à sua prática. Constam do imaginário de policiais, da mídia e da população como sendo os maiores e mais frequentes riscos a que um policial estaria sujeito e se materializam em diversas subcategorias que congregam os riscos de acidentes, de lesões, mortes, de contaminação, de adoecimento etc.

Luiz e Cohn (2006, p. 2342), conceituam o risco epidemiológico “[...] como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento relacionado à saúde, estimado a partir do que ocorreu no passado recente”. Para os autores, o risco epidemiológico pode ser calculado e obtido numericamente por meio da divisão matemática do número de vezes que o evento ocorreu pelo número potencial de eventos que poderiam ter acontecido. Tem-se, por exemplo, que o risco de um policial militar morrer no Estado do Pará em 2018, era de 1 para cada 340 policiais¹⁴.

Os riscos epidemiológicos podem ser subdivididos em várias outras subcategorias pois englobam uma diversidade de situações como os riscos físicos (fadiga, estresse etc.), mecânicos

¹⁴ No ano de 2018, houve 47 policiais militares mortos no Estado do Pará. Considerando o efetivo da PMPA em aproximadamente 16.000 naquele ano, quantifica-se o risco.

(acidentes automobilísticos etc.), biológicos e virais (COVID-19, AIDS etc.), riscos próprios da profissão (confrontos armados, etc.), riscos psicológicos (depressão e síndrome de burnout) e riscos ergonômicos (dor nas costas, etc.).

3.5 A linha tênue que separa o crime de um trabalho policial bem executado: risco jurídico

O segundo grupo de riscos, **os jurídicos**, são aqueles relacionados à responsabilização jurídica do policial em função das suas ações (ou omissões). Normalmente estão associados à alguma tomada de decisão.

A grande maioria dos encontros entre a polícia e o público é satisfatório para ambas as partes. No entanto, quando algumas dessas abordagens, devido a múltiplos fatores, se tornam mais complexas ou graves e acabam convergindo para o uso de algum tipo de força - por uma ou ambas as partes, as controvérsias que surgem podem ter consequências notáveis diante da opinião pública e da justiça.

A cada turno de serviço, o policial, mais do que qualquer outro profissional, está exposto a se envolver em situações que possibilitem sua responsabilização jurídica por atos praticados contra o cidadão, pois seu cotidiano é marcado por eventos que interferem nos direitos fundamentais do homem e que envolvem uma infinidade de restrições às liberdades individuais, à integridade física e à vida das pessoas. Tais atos são frequentemente questionados quanto à sua legalidade.

Outro agravante é que a permissão para o uso da força dado ao policial é um conceito jurídico indeterminado, isto é, não existe uma régua objetiva que determine o quanto de força ele deve usar. Por ser subjetivo e cada um ter os seus parâmetros de medida, a todo momento ele fica sujeito a ter suas condutas questionadas juridicamente.

A coexistência sobre a linha tênue que separa a omissão do excesso (abuso de autoridade) é permanente e intrínseca ao seu trabalho. Está diretamente relacionada à capacidade de tomar decisões acertadas, sob condições de elevado estresse e pressão externa num curto espaço de tempo, no sentido de proteger o bem mais valioso em cada ocorrência que atende.

Quanto ao aspecto jurídico, os policiais militares diferenciam-se dos cidadãos comuns em muitos aspectos. Estes, quando cometem um crime, responderão perante à justiça comum (sobre o fato cometido e suas circunstâncias) em uma vara penal qualquer.

Os milicianos, por sua vez, estão sujeitos a vários ritos especiais. Devem pautar seus comportamentos nos preceitos contidos no Código de Ética dos Policiais Militares (PARÁ, 2006), documento que pormenoriza condutas, enfatiza deveres e lista transgressões.

Todas as infrações disciplinares à esse documento, cometidas em serviço e até nos horários de folga, são passíveis de punições investigadas administrativamente por meio de Processos Administrativos Disciplinares (PADs), Sindicâncias, Inquéritos Policiais Militares (IPMs), Conselho de Disciplina (aplicado às praças), ou Conselho de Justificação (para os oficiais), sendo que, se restar comprovada a prática de ato que seja incompatível com a dignidade, a honra, o pundonor policial militar, ou seja, se do ato praticado em serviço demonstre ser inadmissível a possibilidade do policial permanecer exercendo as suas atividades, poderá ocorrer a punição de exclusão à bem da disciplina (para as praças) ou demissão (para os oficiais).

Se o resultado dessas investigações administrativas indicarem um possível cometimento de crime, responderão na Justiça Militar Estadual, que é uma corte especializada em julgar integrantes das policiais e corpos de bombeiros militares. Fato importante de enfatizar é que os milicianos são regidos pelo Código Penal Militar (BRASIL, 1969), o qual possui cominação de penas mais severas que o Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940).

Além disso, como representantes do Estado, responderão também civilmente pelo ato imputado, onde o Estado poderá ser condenado objetivamente a indenizar a vítima, e posteriormente responsabilizar o policial militar por meio da chamada ação regressiva.

Concomitante a todo o rito especial que enfrenta internamente na corporação, um fato relevante é que, dada a atribuição constitucional do Ministério Público Estadual de realizar o controle externo da Polícia Militar, todos os inquéritos policiais militares (independentemente de seus resultados) devem ser encaminhados à Promotoria de Justiça Militar para análise, que resultará em três possíveis decisões: a propositura de uma ação penal militar; a declaração de incompetência, caso avalie que não se trata de crime militar, e conseqüente encaminhamento à Justiça comum e o arquivamento pela inexistência de crime.

Contribui para o agravamento dos riscos jurídicos a imagem negativa que a sociedade tem acerca do serviço realizado pela Polícia Militar. A todo instante, além das inquietações de cunho técnico-profissional, o policial deve preocupar-se em reunir provas de que está agindo legalmente como medida de prudência contra futuras contestações jurídicas de suas ações.

Oliveira Neto (2020, p. 224) ao estudar a letalidade policial no Estado do Pará nos presenteia com inúmeros depoimentos de policiais militares que alegam que o “[...] o receio de

responder um processo pela ação letal e não conseguir comprovar a legalidade é maior do que minha consideração pela vida [do agressor]”.

3.6 A interação do policial com a sociedade: os riscos intersociais¹⁵

O terceiro grupo de riscos, consolidados sob a nomenclatura de **riscos intersociais**, estão diretamente relacionados à escolha profissional do policial.

A polícia geralmente não é bem-vista pela sociedade. As explicações para tal afirmação são diversas e envolvem, geralmente, o fato do policial “[...] com pouquíssimas exceções, só poder realizar algo para alguém por intermédio de um procedimento contra alguma outra pessoa”. Em suma, “[...] a mancha que adere ao trabalho da polícia está relacionada ao fato de os policiais serem vistos como fogo para combater o fogo, porque, no curso natural de seus deveres, os policiais infligem ferimentos, mesmos que merecidos, e sua própria existência atesta que as aspirações mais nobres da espécie humana não contêm os meios necessários para assegurar a sua sobrevivência” (BITTNER, 2003, p. 100 -101).

Em razão do *estigma* de “ser policial”, esses profissionais e seus familiares podem ser alvos de preconceitos que pode acarretar baixa autoestima.

Outro problema grave relacionado a essa categoria de risco diz respeito à segurança física e psicológica desses profissionais. A PMPA é composta, em sua maioria, por cabos e soldados que recebem uma baixa remuneração. Em decorrência, vivem na periferia e estão mais próximos dos suspeitos que abordam e dos criminosos que prendem no serviço e que podem reconhecê-los quando estão de folga, mesmo à paisana (roupas civis). E de outros delinquentes que, para demonstrar poder, angariar prestígio junto à outros criminosos, realizar atos de vingança ou simplesmente se apropriar do armamento, podem vitimizá-lo. Policiais usam arma mesmo nos períodos de folga¹⁶ e isso os torna “alvos preferenciais” dos criminosos que as necessitam para as práticas delituosas.

¹⁵ Apesar de Mello e Nummer (2014) terem usados a categoria “Riscos Sociais”, o autor optou pela denominação “Riscos Intersociais” baseado em seu significado dado por Sabben (2018, p.24), onde “O risco intersocial diz respeito a tudo que envolve o indivíduo na interação com o seu meio social que pode ser sua família, amigos, vizinhos, comunidades, grupos de jogos ou religiosos entre outros”

¹⁶ No ano de 2013 a PMPA passou a distribuir um “kit” composto por uma pistola, dois carregadores com 20 cartuchos e um colete balístico a todos policiais militares que os cautelavam de forma permanente e poderiam utilizá-lo durante o serviço ou na folga, enquanto estivessem no serviço ativo. As justificativas para a criação dessa política institucional foram a de aumentar a segurança do policial e facilitar a logística dos quartéis na distribuição de armamento e equipamento para o serviço. Apesar de haver poucos estudos sobre seus impactos, há muitas críticas no sentido de que tornou todos os policiais “alvos” preferenciais dos marginais na medida em que se tornou público que todo policial possui uma arma consigo (Portaria nº 006/2013 – GAB/CMDO PMPA).

No ano de 2018, a PMPA presenciou um número sem precedentes de mortes de policiais, na maioria, fora do serviço. Investigações apontaram que grupos criminosos organizados estavam a frente de um grande número de casos. “[...] estamos sendo caçados” (relato oral¹⁷ de um policial em conversa com o autor). Na ocasião havia um movimento contra a utilização das targetas (peça do uniforme onde é escrito o nome do policial) por, segundo os policiais, expor suas identidades. A divulgação de nomes melhora a qualidade do serviço, bem como a supervisão e o gerenciamento. Quando essa divulgação tem a possibilidade de colocar em risco os funcionários, no entanto, surge um conflito entre a necessidade de divulgação pública e a manutenção da segurança do trabalho.

Convergingo com esse pensamento que o policial está em permanente risco, dentro e fora do serviço, Silva (2017, p. 4 -5) acrescenta

Nessa linha de pensamento, percebe-se a consciência desses profissionais de que o risco e o perigo são inerentes aos atributos de suas atividades e que, em todos os momentos, no exercício da profissão ou não, estão expostos a situações em que suas vidas estarão ameaçadas. Com isso, a probabilidade de vitimização aumenta quanto maior for a exposição e atratividade da possível vítima e diminui conforme o nível de percepção de risco do indivíduo aumenta.

Outra questão levantada pelos próprios policiais militares da PMPA na pesquisa de Oliveira Neto (2020, p. 231) é sobre a Audiência de Custódia¹⁸, que liberta da prisão em flagrantes criminosos que cometeram, aos olhos do juiz, crimes não violentos a fim de que possam aguardar seu julgamento em liberdade. Uma das entrevistadas afirma que as audiências de custódia e as saídas temporárias das cadeias “afrota os policiais” e exemplifica sua consternação, narrando um caso verídico onde um criminoso que saiu da prisão por indulto¹⁹, encontrou num consultório médico o filho do policial que o prendeu e matou o rapaz. O policial militar que teve o filho assassinado, aliás, é seu conhecido.

Não é por acaso que um de cada quatro policiais são mortos fora de serviço²⁰. Quando estão de folga, os policiais perdem o apoio institucional imediato que possuem quando de

¹⁷ Conversa ocorrida no Interior do Quartel do Comando Geral da PMPA em outubro de 2018 quando, em uma roda de conversas, se discutia sobre a morte de policiais fora do horário de serviço.

¹⁸ A audiência de custódia é um instrumento processual que determina que todo preso capturado em flagrante deve ser levado à presença de uma autoridade judicial em até 24 horas. Nesse encontro, o juiz irá avaliar a legalidade, a necessidade e a adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade, com ou sem a imposição de outras medidas cautelares.

¹⁹ Na verdade, o entrevistado se refere a “saída temporária” que é um benefício concedido aos condenados que cumprem pena em regime semiaberto, onde estes poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento penal, sem vigilância direta em datas comemorativas da semana santa, dia das mães, dia dos pais, cívico local, natal e ano novo.

²⁰ No período compreendido entre 2000 e 2018, 349 policiais foram mortos. Destes, 74% estavam de folga.

serviço. Ademais, sem os equipamentos de proteção, sem o constante estado de alerta, sem um companheiro para lhes proporcionar apoio, ficam mais expostos aos atos criminosos. O sofrimento psicológico, causado pelo fato deles saberem que proporcionam os mesmos riscos as suas famílias, também é bastante representativo.

Mais uma vez, recorre-se às falas de policiais militares do Pará colhidas em entrevistas por Oliveira Neto (2020, p. 230). Uma de suas entrevistadas considera o local onde mora (periferia) em Belém de alta periculosidade, já presenciou várias formas de violência e roubos à mão armada. Seus vizinhos sabem que é policial e ela se sente insegura por isso. Teme principalmente pela família. Seu filho já sofreu ameaças por conta do seu trabalho e já foi afetado psicologicamente por conta do trabalho policial: “tive que trocar meu filho de escola duas vezes”. Preocupa-se permanentemente com os filhos.

3.7 A internalização do mito do herói: risco voluntário

O quarto e último grupo de risco é composto pelos **riscos voluntários**. Muito pouco estudados, são aqueles enfrentamentos que vão além dos deveres prescritos pela legislação e pelo bom senso.

A coragem, o destemor e o heroísmo são valores desde sempre cultuados nas corporações policiais militares. Mais que isso, são incentivados, cultivados e reconhecidos. Servem de inspiração para canções militares e jargões do cotidiano da caserna e enaltecem perante superiores, pares e subordinados aqueles que os praticam. O estado agracia com promoção e medalhas aqueles que realizam comprovados “atos de bravura e feitos heroicos”²¹. Tudo isso propicia e incentiva que policiais militares ajam fora dos parâmetros de segurança dos manuais de procedimentos operacionais. Saltar em um rio com vistas a salvar um passageiro que caiu de uma embarcação, adentrar em uma residência em chamas para salvar seus ocupantes, invadir um local onde um número não conhecido de bandidos se encontra homiziados, enfrentar sozinho ou em desvantagem numérica criminosos em confronto armado são exemplos de várias atitudes atribuídas a policiais militares de serviço e de folga. Ressalta-se que os procedimentos esperados nas mesmas situações seriam de lançar uma boia de

²¹ A Lei 8.230, de 13 de julho de 2015 que dispõe sobre a Promoção de Praças, prevê em seu artigo 9º que a promoção por bravura é efetivada em razão de ato de caráter extraordinário e comprovada atitude de extrema coragem e audácia que ultrapassem os limites normais do cumprimento dos deveres do policial militar e que sejam úteis ao conceito da Corporação pelo exemplo positivo.

salvamento para o afogado, isolar o perímetro e acionar o corpo de bombeiros no incêndio e aguardar por reforços nos últimos.

Comportamentos como os descritos no exemplo podem ser causados pelo “Mito do Herói²²” mas também pelo prazer e pela adrenalina trazidos ao corpo.

Mello (2015, p. 54 -55) ao relatar a entrevista com um policial militar da PMPA que, mesmo estando afastado do serviço ativo por problemas de saúde, relata suas “façanhas” ao adentrar em uma casa em chamas quando todos assistiam aguardando a chegada dos bombeiros, evidencia o culto ao heroísmo nas corporações policiais militares.

Eu entrei na casa da minha mãe e eu vi todo mundo gritando lá, uma gritaria lá, fui ver, fumaça né, aí eu corri pra lá [agitado, olhos arregalados, movimentando-se na cadeira], tinha um sargento do EB (Exército Brasileiro) todo fardado né, aí eu falei pra ele o que está acontecendo aê? [bate no ombro da pesquisadora representando como fez com o sargento]. Um incêndio aí [reproduzindo o que teria sido a resposta do sargento]. Mora um casal aí? [aumenta o tom de voz para repetir o que perguntou] Mora [reproduzindo o que teria sido a resposta do sargento]. Cadê? [jogando a cabeça para trás, repetindo o que perguntou para o sargento] Tão aí dentro [reproduzindo o que teria sido a resposta do sargento]. Por que tu não vai buscar pô? [gesticula como se questionasse o sargento com as palmas das mãos viradas para cima e os braços abertos] Eu não, olha como é que tá o fogo aí [reproduzindo o que teria sido a resposta do sargento]. Me daí a tua roupa aí [reproduzindo o que disse ao sargento, abrindo e fechando a mão direita com a palma virada para cima]. Ele me deu o colete, aí me jogaram lama, água e a Liberal [Filial da Rede Globo na cidade de Belém] filmando lá [exclamando], me melaram todinho (com lama) e eu entrei (Charles, informação verbal).

O mesmo autor, ao questionar o entrevistado acerca da racionalidade da decisão tomada ao entrar em uma casa em chamas, mesmo não tendo recebido treinamento para isso e sem os equipamentos adequados, obteve como resposta:

Na hora eu pensei na morte e na vida deles lá e fui entrando. Dois segundo só tem, no máximo três [pausa, pensativo]. Se pensar muito não vai entrar. O medo vai dominar e não tem como a gente entrar mais. Pensei em morrer sim, quando eu saí, desabou (a casa) Tem ações que dá tempo de pensar, outras não. Uma é diferente da outra (Charles, informação verbal).

Na continuação da entrevista, (MELLO, 2015, p. 56) ressalta que o policial militar entrevistado continua a evidenciar a sua coragem “mediante relatos de outros casos em que desafiou o perigo e se expôs a situações extremamente arriscadas como em um confronto armado onde, sozinho, já ferido e caído ao chão, continuou trocando tiros com vários bandidos ao mesmo tempo”.

²² Em “O poder do mito”, Campbell (1991, p. 79) afirma que “o herói é aquele que participa corajosa e decentemente da vida, no rumo da natureza e não em função do rancor, da frustração e da vingança pessoais”. Para o autor, no imaginário social, o herói tem um objetivo moral na sua ação arriscada: salvar um povo, ou uma pessoa, ou defender um ideal.

Nota-se na fala do entrevistado que sua insistência em demonstrar sua audácia e valentia representam o que Elias (1997) conceitua como *Ethos Guerreiro*, representado por um conjunto de disposições psicológicas e sociais que favorecia, ou mesmo estimulava, entre a nobreza europeia da Idade Média, um comportamento orientado pela expertise nas artes da guerra.

Ao longo de sua pesquisa, Mello (2015, p. 56) apresenta uma prova que na Polícia Militar do Pará, assim como em quase todas as instituições militares, há um estímulo aos atos de coragem (mesmo que, como visto anteriormente, com enorme dose de imprudência) ao acrescentar que o policial Charles (nome fictício para proteger a identidade do sujeito de pesquisa) foi promovido “por bravura”, isto é, a corporação o ascendeu funcionalmente e aumentou seus vencimentos o que, por motivos inequívocos, reforça tal comportamento, como reproduzido em sua fala final em que “orgulhoso” afirma: “Esse evento foi um a mais [...] se tiver outras eu vou entrar de novo [pausa para enfatizar com o dedo indicador em riste]”.

Muito a propósito, Lyng (2005) ao estudar o comportamento daqueles que se arriscam voluntariamente em determinadas profissões o nos momentos de lazer, oferece o conceito de *edgework*. Segundo esse autor, a exposição voluntária a riscos pode ser compreendida como uma maneira radical de escapar das “rotinas institucionais” da vida moderna ou uma manifestação especialmente pura dos imperativos culturais e institucionais da ordem social emergente.

Particularmente à atividade policial, a utilização do conceito de *edgework* é controverso, tendo em vista que a profissão é considerada de alto risco. Dessa maneira, aqueles que a exercem já estariam voluntariamente escolhendo conviver com uma diversidade de riscos. Mello e Nummer (2014) esclarecem que optaram por utilizar esse conceito pois os riscos incluídos nesse grupo estão além dos encarados no cotidiano da profissão. Nestes casos, continuam os autores, observa-se a presença marcante dos aspectos simbólicos associados à exposição voluntária aos riscos. O “mito do herói” denota as representações simbólicas individuais e da coletividade, que exige uma ação deste indivíduo devido a sua condição de policial militar.

O ato heroico sempre enseja um sacrifício e a função social do sacrifício é a remissão de pecados e comunhão, além de ter uma finalidade na sociedade na qual ele se realiza (MAUSS; HUBERT, 2005). No que tange a polícia, é o de consagrar que a profissão policial militar não deixa margem para dúvidas sobre a doação dos indivíduos ao bem da coletividade, mesmo com o risco da própria vida.

Uma melhor exemplificação dessas quatro categorias pelas quais os riscos podem ser agrupados pode ser encontrada no (Quadro 5).

Quadro 5- Riscos a que estão sujeitos os policiais militares

Tipos de riscos	Subcategorias	Exemplos de riscos
RISCOS EPIDEMIOLÓGICOS	Riscos físicos	Acometimento de doenças causadas por má qualidade de sono, alimentação, alcoolismo ou estresse
		Surdez causada por excesso de barulho em estandes de tiro
		Fadiga, gripe e resfriados causados por temperaturas extremas, por trabalhar molhado pelas chuvas.
		De se afogar, notadamente para aqueles que trabalham em locais acessíveis somente por via fluvial
	Riscos biológicos e virais	Ser contaminado por agentes patógenos durante o serviço como bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários e vírus (HIV, COVID-19, Hepatite, malária, leishmaniose, etc.)
		Ser picado por cobras e outros animais peçonhentos, principalmente por aqueles policiais que trabalham em área rural e de selva
	Riscos mecânicos	Se lesionar durante deslocamentos a pé, ultrapassagem de obstáculos ou perseguição de suspeitos
		Sofrer acidente automobilístico em viatura ou motocicleta
		Sofrer acidentes decorrentes de queda ou pouso forçado de aeronaves
		Sofrer traumatismos decorrente de quedas ou baques
	Riscos diretamente ligados ao trabalho policial	Ser ferido pela sua própria arma ou atingido por arma de outro policial
		Ser ferido ou morto por arma de qualquer em tipo em confronto com meliantes
		Ser acometido de lesão por esforço repetitivo, desmotivação ou estresse.
		Sofrer de distúrbios do sono, fadiga física ou mental podendo causar, predispor ou elevar o risco de acidentes
		Maior predisposição e doenças em geral em função do trabalho como um todo
		Sofrer de síndrome do pânico ou sensação de insegurança (policial e familiares)
	Riscos ergonômicos	Adoecimento psicológico por permanecer longos períodos em estado de alerta elevado
		Problemas na coluna e dores musculares causados por esforços físicos (armas e equipamentos), posturas forçadas e movimentos repetitivos
	Riscos psicológicos	Sofrer de depressão, Síndrome de Burnout, ansiedade, Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT)

RISCOS JURÍDICOS	Ser acusado de prática ilegal
	Ser expulso da corporação
	Ser preso ou detido
	Responder procedimento administrativo e/ou penal
	Ser condenado civil e/ou penalmente
RISCOS INTERSOCIAIS	Ser reconhecido como policial por criminosos durante o período de folga
	Ser vitimizado em função da escolha profissional
	Sofrer discriminação por ser policial
	Sofrer preconceito por ser policial
RISCOS VOLUNTÁRIOS	Saltar em um rio para salvar um afogado
	Entrar em uma casa em chamas para salvar uma vítima
	Enfrentar situações de abordagem ou confronto armado em desvantagem numérica
	Expor-se a riscos elevados desnecessariamente em busca de valorização pessoal e profissional

Fonte: elaboração do autor (2020).

3.8 O risco e a vitimização do policial militar

A palavra vitimização decorre da ação de ser vítima de alguém ou de alguma coisa. No caso específico da vitimização policial militar, aduz ao significado do policial militar se tornar uma vítima ou sofrer um dano físico, psicológico, econômico ou social em razão de ser policial militar.

Minayo *et al.* (2007, p. 2.771) estudando o fenômeno da vitimização dos policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro afirmam que “[...] a vitimização se materializa em traumas, lesões ou mortes ocorridas na defrontação da criminalidade e na manutenção da ordem”. Bassalo e Mello (2018, p. 54) propõe um conceito mais oportuno, atual, inédito e particular de que a vitimização policial militar é “[...] um fenômeno social que incide sobre o policial pela sua mera condição de agente público responsável pelo cumprimento da lei e que se manifesta de diferentes formas, causando sofrimento psicológicos, ferimentos ou morte”.

Como observado, policiais militares podem e são vítimas por diferentes razões, além da violência que os assolam.

Uma grande variedade de condições médicas pode estar associada ao trabalho policial. Diferentemente de outras ocupações em que um vínculo específico pode ser traçado entre uma exposição ou uma ação e uma patologia específica, o vínculo entre trabalho policial e doença é mais problemático.

Minayo, Assis e Oliveira (2011) advertem que o dia a dia estressante da profissão aliado aos desgastes físicos e emocionais tendem a levar os policiais militares a diversos problemas graves de saúde, como por exemplo: obesidade, agravos gastrointestinais, hipertensão arterial, doenças coronarianas e o desenvolvimento de alguns tipos de câncer, dentre outras patologias.

Muitas dessas condições são invisíveis e passam despercebidas de um observador menos atento. Destacam-se três em particular: questões ligadas ao sobrepeso e falta de condicionamento físico; problemas relacionados à má qualidade ou falta de sono e o sofrimento psicológico.

O convívio permanente com a morte e a violência, as extenuantes jornadas de trabalho, a falta de sono, lazer e convívio com a família são fatores de risco para os policiais. Estão diretamente relacionados com o trabalho policial e, portanto, podem levar os profissionais a quadros de adoecimento físico e mental. No entanto, as organizações policiais individualizam os problemas, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade por seu adoecimento ou violência auto infligida, como no caso dos suicídios (FBSP, 2020, p. 80).

O policial, ao ser repentinamente acionado pelo cidadão ou quando se depara bruscamente com uma condição de perigo de vida – sua e/ou de outrem, observa seu organismo sofrer inúmeras transformações psicofisiológicas involuntárias causadas, sobretudo, pelo excesso hormonal de adrenalina injetado na corrente sanguínea. Sua respiração fica ofegante e a frequência cardíaca, de súbito, sai de um estado de repouso e atinge um número incrivelmente alto. Se o organismo não estiver preparado para tais mudanças repentinas, as consequências podem ser trágicas (GROSSMAN, 2004; SIDDLE, 1995).

Fato curioso é que, apesar do senso comum acreditar que o policial no geral, e o policial militar em particular, apresentam níveis ótimos de condicionamento físico para enfrentar o cotidiano de seu trabalho, percebe-se, na prática, que em muitas instituições o teste físico somente é exigido em épocas de promoção. Este fato aliado ao problema mundial relacionado à obesidade, faz com que grande parte do efetivo esteja muito aquém das habilidades requeridas às suas missões cotidianas. Além disso, a “não obrigatoriedade” acarreta em um grande número de profissionais que não realiza nenhum tipo de atividade com vistas a manter ou aperfeiçoar a condição física (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011); (JESUS, G.; JESUS, E., 2012); (OLIVEIRA *et al.*, 2018, OLIVEIRA, 2020).

Oliveira (2020), ao pesquisar sobre o nível de condicionamento físico de um grupo de policiais militares do estado do Pará, encontrou resultados alarmantes, demonstrando que os policiais apresentam diversos fatores prejudiciais à saúde, como a alta prevalência de sobrepeso

(50,17%) e obesidade (27,09%), percentual de gordura elevado (82,27%), alto risco cardiovascular, identificado pela circunferência da cintura (55,85%), além de alto percentual de policiais insuficientemente ativos (44,82%). Mais grave ainda foi o fato de que, embora a maioria tenha considerado a própria saúde como boa, cerca de 80% da amostragem indicou problemas de saúde. Se tais percentuais fossem aplicados a todo o efetivo²³ da PMPA, o resultado mostraria que cerca de 7.500 policiais militares se encontram com alta prevalência de sobrepeso. Concluindo sua análise, Oliveira (2020, p. 60) acrescenta

As principais evidências alcançadas nesta dissertação revelaram que, embora a maioria dos policiais militares tenha declarado satisfação com seu estado de saúde, chama a atenção a presença de problemas de saúde diversos, o consumo de álcool, a má alimentação, a dificuldade para dormir, além da ocorrência de sobrepeso e obesidade, alto risco cardiovascular, elevado percentual de gordura, baixo perfil de atividade física e várias barreiras para a prática de atividade física.

Essas condições inadequadas de obesidade e de falta de condicionamento físico satisfatórios contrastam com a necessidade de tais atributos. Marins e Vecchio (2017, p. 2) salientam a importância do preparo físico já que o trabalho policial “[...] envolve o desempenho de tarefas físicas extremamente exigentes, como perseguir suspeitos em fuga, saltar obstáculos, controlar a resistência à prisão e deslocar indivíduos acidentados. Destaca-se, ainda, que esses profissionais executam suas atividades transportando cargas com equipamentos de proteção que podem ultrapassar 20 kg”.

Adicionalmente, a obesidade também é um inimigo silencioso que busca outra vítima: a autoestima dos policiais, contribuindo – num ciclo vicioso e perverso, tanto para o mau condicionamento físico como para o sofrimento psicológico.

Outro aspecto recentemente pouco estudado na profissão policial, mas, com reflexo direto tanto na saúde como na qualidade das decisões tomadas pelo profissional, são as consequências das más condições de sono.

A atividade policial militar é considerada de alto risco, por isso exige que o policial esteja sempre na plenitude de sua saúde física e mental. Dentro desta perspectiva, a qualidade do sono é muito importante, pois impacta diretamente em diversos aspectos da saúde das pessoas [...] o trabalho sob estresse e em turnos estendidos predispõe estes policiais a apresentar má qualidade de sono, por sua vez acarretar prejuízos nas áreas de saúde física e mental, na qualidade de vida e no desempenho no trabalho (PINTO *et. al.*, 2018, p. 154)

²³ O efetivo da PMPA em abril de 2020 é de cerca de 15 mil policiais de acordo com a Diretoria de Pessoal da PMPA

Pesquisas como Pithon *et al.* (2015); Bernardo *et al.* (2015); Pinto *et al.* (2018); Bernardo *et al.* (2018) e a meta-análise de Gabardino *et al.* (2019) indicam que existem distintas maneiras pelas quais a má qualidade de sono pode prejudicar a saúde e aumentar o risco de morte. Pinto *et al.* (2018, p.158) apresentam resultados de pesquisas recentes realizadas nos Estados Unidos onde, numa comparação entre indivíduos que dormem mais do que 07 horas diárias com outros que dormem regularmente menos do que 05 horas, os últimos apresentam 42% mais chance de desenvolver obesidade, 40% mais chance de ter diabetes, 69% mais chance de ter hipertensão, 36% maior probabilidade de hipercolesterolemia, 62% maior chance de Acidente Vascular Cerebral (AVC) e 152% maior probabilidade de ter um infarto cardíaco.

Mas não é somente a falta de sono que atinge os policiais. A má qualidade de sono e a insônia, considerados distúrbios do sono, causados pelo estresse, ansiedade, falta de atividade física regular propiciam que os policiais sofram com a Síndrome da Apneia Obstrutiva do Sono²⁴ (SAOS).

A SAOS, distúrbio do sono mais frequentemente diagnosticado nos policiais, tem sido implicada como fator de risco independente para doença cardiovascular, diabetes, arritmias cardíacas, síndrome plurimetabólica, acidentes de trânsito e morte. Também, os estudos têm observado que a SAOS tem sido associada a significativo declínio cognitivo e à dificuldade em manter a vigília e a atenção durante o trabalho (PINTO *et al.* (2018, p.158).

Outra informação oportuna são os resultados de um estudo com policiais americanos que trabalhavam em turnos de longo e curto prazo, entre os anos de 2004 e 2009, que concluiu sobre o efeito que tais jornadas causam sobre o número de glóbulos brancos circulantes. De acordo com Pinto *et al.* (2018, p. 159):

O trabalho em turnos pode levar à ruptura de componentes sanguíneos pela influência circadiana do sistema imunológico, que ao final, podem resultar em várias doenças crônicas. Essas descobertas, além de descobertas anteriores, podem fornecer evidências de que o trabalho em turnos pode levar à desregulação do sistema imunológico.

O trabalho em turnos, portanto, aliado a soma dos desgastes que o estresse prolongado provoca no organismo pode resultar em uma deficiência imunológica que deixará o policial militar suscetível a novas doenças.

²⁴ A SAOS é causada pelo colapso transitório da faringe, impedindo o fluxo de ar entre o ambiente e os pulmões. Este evento costuma causar redução da oxigenação do organismo e fragmentação do sono, levando a consequências sistêmicas e diminuição da qualidade de sono (PINTO *et al.*, 2018, p.158).

Um sono ruim, portanto, agrava dois tipos principais de riscos: os riscos epidemiológicos, na medida em que propiciam o surgimento de enfermidades, e os riscos jurídicos já que ao causarem declínio cognitivo, dificuldade em manter a vigília e a atenção durante o trabalho decisivamente interferem na qualidade das decisões.

Uma terceira causa de intensa vitimização policial decorrem dos sofrimentos psicológicos por causas diretamente relacionadas ao seu trabalho. A busca incessante por melhoria de produtividade, a pressão exercida em cascata pelos comandantes, a falta de reconhecimento da sociedade, o medo e a ansiedade de sofrer uma lesão ou de agir desproporcionalmente e responder juridicamente por isso, a baixa remuneração que os obriga a turnos extras de complementação pecuniária por meio de jornadas operacionais ou aos serviços como segurança em seus horários de folga (bicos):

Porra (sic), como é que ele [o comandante] não quer que a gente se estresse? [...] semana passada eu tirei o turno da noite e, quando sai de serviço, só deu tempo de tomar um banho e um copo de café com pão [...] já fui lá pra farmácia tirar bico [de segurança] [...] passei o dia todo em pé e tomando café para não dormir [...] ainda fiquei parte da noite porque tava precisando de dinheiro e o camarada da noite me pediu para ficar [...] cheguei em casa as 23h e a mulher reclamando da vizinha. Pior é que tomei tanto café durante o dia que não consegui dormir. De manhã já entrei na viatura cansado, com sono, putado (sic) e pensando que a noite eu teria que tirar outro bico na farmácia [...] e como é que a gente não se estressa desse jeito? (Relato oral de sargento com 20 anos de serviço na cidade de Breves-PA ao autor desta pesquisa, 2019, informação verbal).

Apesar disso, não são raros os casos de policiais militares que, ou com receio de sofrer *bullying* de subordinados, pares e superiores ou por acharem que devem suportar sozinhos as adversidades, deixam de buscar ajuda especializada e permanecem em agonia.

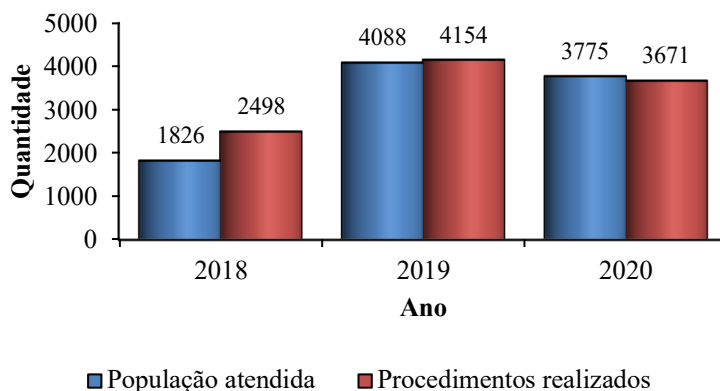
Há muitos casos que não são notificados e muitos não buscam o tratamento psiquiátrico porque vão sofrer chacota no ambiente de trabalho. Serão chamados de covardes e fracos; os comandantes podem crer que eles estão enrolando para matar serviço, por exemplo. É um ambiente bem machista e de virilidade, em que não podemos assumir fraquezas. Eu fui treinado assim, com os trotes na academia, os trotes das unidades em que passei. Você é humilhado e tem que aguentar porque o bom militar aguenta, o guerreiro aguenta toda e qualquer violência e acha isso normal. Nos fazem achar que fomos feitos para isso, mas ninguém foi feito para isso (MOREIRA; PICCOLO, 2019).

Na tentativa de mitigar esses problemas, a Polícia Militar do Pará instituiu o Centro Integrado de Atenção Psicossocial (CIAP), destinado a atender policiais militares, seus familiares e alguns funcionários civis da corporação, de acordo com o (Quadro 5). O órgão é

composto por psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais que atuam preventiva e reativamente, conforme a necessidade de cada caso.

Adicionalmente, quando necessário, é disponibilizada a continuidade do acompanhamento profissional realizado pelo Centro por meio de outros programas destinados à atenção psicossocial. Como exemplos, pelo “Programa Assistir”, é realizado o acompanhamento dos policiais militares e dependentes em situação de hospitalização. Já o “Programa Acolher” disponibiliza aos dependentes acompanhamento psicossocial no período do luto nos casos de óbito de policial militar. Percebe-se, por meio do gráfico 3, um número considerável de atendimentos e de procedimentos realizados. A ligeira diminuição no ano de 2020 deu-se, sobretudo, pelas restrições de mobilidade causadas pela pandemia de COVID-19.

Gráfico 9 - População atendida e procedimentos realizados pelo Centro Integrado de Atenção Psicossocial – CIAP, da Polícia Militar do Pará no período 2018 a 2020.



Fonte: Elaboração do autor com dados fornecidos pelo CIAP (2021).

O policial militar, como mencionado, padece de múltiplos agentes. No entanto, a face mais visível da vitimização policial, sem dúvidas, são as mortes. Desnecessário apontar a relação nefasta entre a violência que Brasil enfrenta com a violência contra policiais militares. A violência, inclusive, é uma das matérias-primas da vitimização policial.

Ao ingressar na corporação, o noviço imagina o que irá enfrentar de riscos e normalmente tem uma boa noção dos riscos que irá enfrentar. Quando começam as disciplinas, nos bancos escolares, imagina que sua maior probabilidade de ser ferido ou morto é durante o serviço em uma troca de tiros com marginais. Ledo engano, e os números apresentados na (Tabela 4) evidenciam a esse respeito.

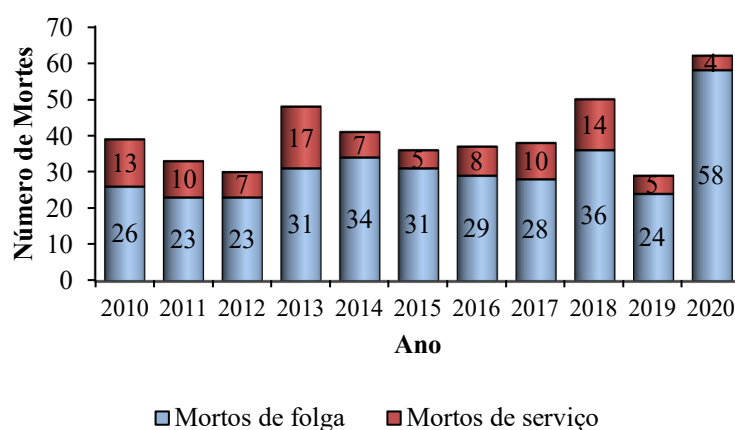
Tabela 4- Número de policiais militares considerados em serviço ativo da Polícia Militar do Pará mortos no período de 2010 a 2018.

Ano	Mortos na folga	Mortos em serviço	Total de mortos
2010	26	13	39
2011	23	10	33
2012	23	7	30
2013	31	17	48
2014	34	7	41
2015	31	5	36
2016	29	8	37
2017	28	10	38
2018	36	14	50
2019	24	5	29
2020	58	4	62
Total	343	100	443

Fonte: Elaboração do autor com dados da Diretoria de Inteligência da Casa Militar (2021).

As informações contidas na Tabela 4 podem ser mais bem compreendidas por meio do (Gráfico 10).

Gráfico 10- Policiais Militares da Polícia Militar do Pará mortos em serviço ou de folga no período de 2010 a 2018.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

Ao analisar os dados, tem-se que no período de 2010 a 2020 houve 443 mortes de policiais militares do serviço ativo na Polícia Militar do Pará. Do total, 77,4% vítimas estava fora de serviço o que corresponde, grosso modo, que de cada 4 mortos, 3 estavam fora de folga.

Algumas explicações da prevalência de mortes durante a folga são possíveis (mesmo que requeiram um estudo mais aprofundado). A primeira, seria o fato de que, na folga, geralmente o policial militar está sozinho (sem a companhia de outro policial e sem equipamentos) e a maioria das técnicas, procedimentos e comportamentos aprendidos nos cursos de formação e especialização não se aplicam a esta situação. Em outras palavras, todo treinamento aprendido tem pouca aplicabilidade no cenário onde ele será morto ou ferido.

Outra, seria o fato de que, ao portar uma arma, ele se tornaria um alvo preferencial.

Uma terceira, é dada por Duarte, Mello e Chagas (2019) que, ao realizarem a caracterização espacial das mortes de policiais militares nos municípios de Belém e Ananindeua, no Estado do Pará, ressaltam que no período compreendido entre os anos de 2011 e 2017, 58% dos milicianos foram mortos ou na sua própria residência ou a menos de 3 km de distância dela. Os autores argumentam que uma possível explicação seria que a convivência continua com a vizinhança e com as pessoas do bairro, reduziriam a capacidade de perceber o perigo por se encontrarem em um ambiente em que se julga seguro.

Nesse sentido, novamente oportunas são as colocações de Le Breton (1991), ao afirmar que a experiência contraída pela exposição ao risco repetidamente pode fazer com que haja uma diminuição na sua percepção, fenômeno que ele denomina “pedagogia do risco” e a de Almeida (2008), ao argumentar que sempre que se vivencia uma nova experiência ou se exercita uma nova habilidade, todos os sentidos humanos se comprometem com o aprendizado daquela nova atividade até que ela seja completamente dominada e passe a ser habitual e automatizada, deixando de ser *extraordinária*, e passando a ser considerada *ordinária*.

Logo, mesmo habitando em um bairro considerado perigoso e com altos índices de criminalidade, é possível que o policial militar, pela convivência habitual e circulação diária nesse ambiente, internalize uma “falsa percepção” de segurança.

Os autores do FBSP (2019, p. 53) sintetizam as explicações apresentando dados e afirmando que os dados repetiram, nacionalmente, resultados de anos anteriores sobre o elevado número de policiais mortos fora do serviço, com 75% dos policiais mortos no horário de folga, pois é um

[...] momento que os deixa mais vulneráveis na medida em que, não obstante estarem armados, se encontram sozinhos e distraídos. É importante destacar também que, conforme alguns estudos apontam, o fato de serem policiais e estarem armados faz destes profissionais vítimas em potencial de delinquentes que, seja na busca por vingança, seja no pagamento de dívidas com o crime organizado ou mesmo na busca pela sua arma, ataca estes profissionais, o que ocorre exatamente no momento em que este se encontra de folga, portanto, sem a suposta proteção da farda, da viatura ou de seus colegas. Destaque-se que, ao contrário dos discursos retóricos, que agradam os ouvidos dos incautos, a maioria das polícias brasileiras não reconhece a morte de um policial de folga como sendo um fenômeno decorrente da sua condição de policial,

situação que traz inúmeros problemas à família deste profissional, que perambula de repartição em repartição pública em busca do reconhecimento, do respeito e do direito devido ao policial e à família deste.

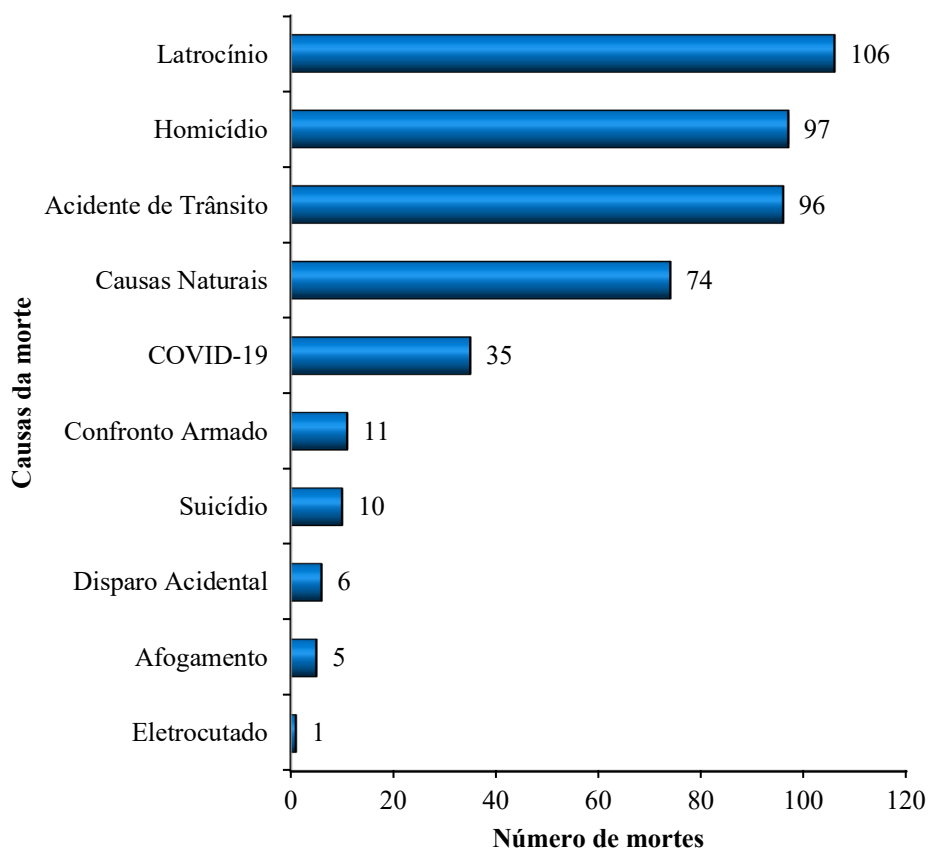
O fato de portarem arma durante a folga e o sentimento de invulnerabilidade que dela advém permite discutir o mito do “super-homem” que está diretamente ligado ao sentimento de inviolabilidade quando se está armado.

É compreensível as pessoas acharem que andar armado as torna mais seguras. Mas essa é apenas uma sensação, não um fato, como mostram as diferentes pesquisas. A capacidade de reação bem-sucedida depende do elemento surpresa que, em geral, está a favor dos criminosos. O mesmo acontece com os policiais, treinados para usar armas de fogo. Setenta por cento dos policiais mortos na cidade de São Paulo em 2013 e 2014 estavam em horário de folga (SZABÓ; RISSO, 2018, p. 1).

Mello, Duarte e Rocha (2019, p. 407- 411) ao pesquisarem sobre o uso da arma de fogo durante a folga por policiais militares do Batalhão de Polícia de Choque (BPCHOQ) e do Batalhão de Policiamento Tático (BPOT) da PMPA mostraram que 66% da tropa de Choque e 84% do efetivo no BPOT utilizam a arma na folga e que cerca da metade do efetivo de cada unidade interviria em uma ocorrência com terceiros, mesmo estando sozinho. Fato curioso, também retratado na pesquisa, é a afirmação de 58% do efetivo do BPCHOQ e 53% do efetivo do BPOT que já utilizaram a arma de fogo durante a folga também. Finalmente, concluem os autores, ao perguntarem aos sujeitos de pesquisa se deixariam de usar a arma de fogo durante a folga se entendessem que aquilo aumentaria o risco de serem alvos de marginais, cerca de 80% de ambas as unidades operacionais respondeu que não deixaria.

Ainda sobre a morte de policiais militares da PMPA, Costa *et al.* (2019) ao analisarem a vitimização policial militar ocorridas na Grande Belém no período de 2015 a 2018 sob a ótica socioeconômica, ressaltam que a esmagadora maioria de mortos são policiais militares do sexo masculino, mesmo considerando as mulheres preenchem cerca de 10% do efetivo total da PMPA.

Em se tratando das circunstâncias em que se deram as 443 mortes dos milicianos no Pará no período compreendido entre 2010 e 2020, apenas 2 não puderam ter as causas precisamente determinadas. O (Gráfico 11) apresenta as informações das 441 mortes restantes.

Gráfico 11- Circunstâncias das mortes de policiais militares da Polícia Militar do Pará no período de 2010 a 2020.

Fonte: Elaboração do autor (2021).

Ao analisar o (Gráfico 11) vários detalhes merecem atenção. O primeiro deles é o fato de que o número de mortes em confrontos armados ser bem menor que os latrocínios e homicídios, contrariando o senso comum e até mesmo a expectativa dos policiais militares que, ao saírem dos centros de formação, são levados a crer que estão mais vulneráveis nas ações que resultem confrontos armados com bandidos. Uma possível explicação para esse fato poderia ser um preparo técnico satisfatório desenvolvido nos cursos de formação da Polícia Militar do Pará.

Quanto a tipificação penal que envolve os crimes, Bassalo e Mello (2019), ao analisaram as mortes de policiais militares da PMPA no ano de 2017, observam que há uma linha tênue que separa os crimes de latrocínio (roubo seguido de morte) e homicídio (morte) pois há casos em que a principal motivação era executar o policial (homicídio) e, após o fato delituoso, o criminoso rouba a arma para tornar mais proveitoso o crime cometido, modificando a tipificação penal para um latrocínio. Isto posto, torna muito difícil a diferenciação entre ambos.

Outra informação primordial é a quantidade expressiva de mortes causadas por acidentes de trânsito. Existem pelo menos três explicações para esse fenômeno e, duas delas podem ser observadas no cotidiano da atividade policial nas ruas.

Primeiro, os policiais militares, em geral, não utilizam o cinto de segurança. Indagados sobre o porquê, alegam que teriam dificuldades em se livrar dele numa possível necessidade de sair rapidamente da viatura. Paradoxalmente, tal comportamento é um erro gravíssimo de cálculos de riscos, pois, mesmo a olhos vistos, a probabilidade de um acidente automobilístico ocorrer é várias vezes superior a situações em que o policial tenha que sair rapidamente da viatura.

Chefe, eu e ninguém que eu conheça usa cinto na viatura [...] eu sei que é errado e que a gente passa uma imagem errada para o cidadão de que o policial pode tudo [...] e que esta acima da lei [...] mas o senhor sabe, né? Incomoda usar o cinto com o colete [balístico]. Imagina se eu tiver que sair rápido para abordar um meliante? [...] vou me enrolar todo [...] prefiro correr o risco de me acidentar que passar essa vergonha [risos]" (Entrevista oral com um oficial no posto de segundo tenente que trabalhava no serviço operacional, 2018, informação verbal).

Segundo, no geral, as viaturas policiais não recebem a manutenção adequada a sua utilização. Mesmo que a maioria da frota de veículos da PMPA seja locada (e conseqüentemente, com mais facilidade e rapidez de substituição em caso de pane), a utilização da viatura de maneira ininterrupta, por diferentes condutores, em ruas e estradas nem sempre bem conservadas e em grandes velocidades favorece a ocorrência de acidentes.

Finalmente, as condições de direção de um veículo qualquer são muito diferentes daquelas encontradas nas perseguições policiais. Apesar disso, pouquíssimos policiais recebem treinamento específico de condução de veículos de emergência. A simples obrigação de possuir a Carteira Nacional de Habilitação para o ingresso na PMPA, já habilita qualquer policial a ser motorista.

Em relação às causas naturais, representadas na pesquisa como doenças, falências de órgãos ou resultados de intervenções médicas e ataques cardíacos, percebe-se que também aparecem em número expressivo. Com exceção do ano de 2020 onde a pandemia de COVID-19 (considerada como causa natural) responde por mais de 50% do total de óbitos, nos anos anteriores tal circunstância sempre esteve na quarta colocação dentre o número de mortes, ficando atrás apenas dos homicídios, latrocínios e acidentes de trânsito. Chama atenção o fato, por exemplo, de no ano de 2020, das 8 mortes restantes por causas naturais, mais de 60% delas ocorreram por problemas relacionados à insuficiência cardíaca. Como discutido anteriormente,

grande parte desses óbitos ocorrem ou são agravadas pelas condições laborais do trabalho policial.

Do que foi exposto anteriormente pode-se sinalizar que a primeira hipótese levantada nesta pesquisa de que a percepção que os policiais militares têm dos riscos associados à sua profissão variam, em grande medida, em função da região em que trabalham parece ser verdadeira mesmo que a percepção de alguns tipos de risco como os intersociais variam bastante e outros, como os epidemiológicos e os voluntários, variem pouco.

A segunda hipótese mostrou-se igualmente verdadeira e os policiais militares que trabalham nas cidades de Belém, Marabá e Santarém percebem riscos profissionais que podem ser agrupados em a) riscos epidemiológicos; b) riscos jurídicos; c) riscos voluntários e d) riscos intersociais.

Além disso, o risco definido como exposição a um perigo, pode “ocasionalmente” ser controlado por meio da atitude do policial. Dito em outras palavras, mesmo que o policial deva ser expor aos perigos diários encontrados no seu dia a dia, ele pode fazê-lo em um nível maior ou menor de risco em função da prudência, da utilização ou não de equipamentos de proteção, das estratégias utilizadas em determinados cenários, enfim do seu comprometimento em adotar um comportamento seguro.

Tal resultado, que será mais bem explicitado após a apresentação dos resultados, é inédito na medida em que apresenta uma correlação estreita entre a percepção de risco e as condições sociais, geográficas, culturais e econômicas do ambiente de trabalho do policial.

3 METODOLOGIA

Esta foi uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa tendo em vista um objeto pouco estudado e explicativa já que se propôs analisar, interpretar e explicar como o risco é percebido por esse grupo peculiar de profissionais.

4.1 Natureza da pesquisa

Como convém a qualquer trabalho científico dentro das Ciências Sociais, a pesquisa foi iniciada com uma extensa revisão bibliográfica – nacional e internacional – sobre o objeto *risco*, concomitantemente a execução de técnicas de investigação que permitirão entender a dinâmica do fenômeno.

Face a complexidade do tema que foi investigado, a presente pesquisa teve uma abordagem mista, isto é, utilizou os pontos fortes das pesquisas qualitativa e quantitativa.

[...] os estudos quantitativos e qualitativos possuem, separadamente, aplicações muito proficuas e limitações deveras conhecidas, por parte de quem os utiliza há longo tempo. Por esta razão, a construção de estudos com métodos mistos pode proporcionar pesquisas de grande relevância para a Educação como corpus organizado de conhecimento, desde que os pesquisadores saibam identificar com clareza as potencialidades e as limitações no momento de aplicar os métodos em questão (DAL-FARRA; LOPES, 2013, p.71).

Oliveira (2016, p. 37) reconhece a abordagem qualitativa como “[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto em estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação” visto que se necessita diagnosticar em profundidade a realidade a ser pesquisada e interpretar e compreender conceitos e fenômenos já existentes. A mesma autora complementa que “Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicações de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva”.

No que tange ao método quantitativo, Perovano (2014, p. 67- 69) acresce que “a pesquisa quantitativa apresenta como característica a verificação mediante a repetição das experimentações, tais como: [...] análise de entrevistas e a transformação dos termos (ideias dos entrevistados) em padrões denominados variáveis com a sua respectiva quantificação” ressaltando ainda, especificamente no campo da Segurança Pública “Para área da segurança pública, a pesquisa quantitativa apresenta benefícios próprios do enfoque, que é a possibilidade

de generalização dos resultados de maneira ampla com o consequente controle sobre o fenômeno estudado [...]”.

4.2 Considerações sobre o *locus* da pesquisa

Esta pesquisa teve início buscando responder a maneira pela qual o policial militar, pertencente a Polícia Militar do Pará, percebe os riscos associados à sua profissão levando em consideração a região do estado onde ele exerce sua atividade. Se propôs a analisar as diferentes percepções de risco associadas ao trabalho que os policiais militares paraenses têm em função da região do Estado do Pará onde eles exercem suas atividades, especificamente nos municípios de Belém, Marabá e Santarém.

Ressalta-se esclarecer que tais municípios foram eleitos como *locus* da pesquisa por apresentarem características bastante singulares em termos de formação histórica, dinâmica criminal e *modus operandi* policial. Belém, Marabá e Santarém, cada um deles, possui uma dinâmica própria que reproduzem a diversidade amazônica e, portanto, fornecem a matéria-prima elementar para testar a segunda hipótese de que o policial percebe o risco de maneira diferenciada e em função da região em que trabalha. Os municípios também se diferenciam em razão do *modus operandi* policial.

Belém, a primeira das cidades escolhida, é a capital do estado do Pará. Caracteriza-se por ser uma metrópole com alta densidade populacional registrando 1.315,26 hab/Km² (IBGE, 2021), muitos bairros periféricos, tem um policiamento eminentemente urbano com aproximadamente 1.812 policiais militares²⁵ que privilegia estratégias de policiamento adequadas a esse cenário, como o policiamento motorizado. A cidade possui os problemas usuais de criminalidades observados na maioria das capitais do país.

A cidade de Marabá, quarta cidade mais populosa do estado, foi escolhida por ser caracterizada pela grande miscigenação de pessoas e de culturas que foram incrementadas por migrações intra e inter-regionais resultando numa cidade com uma dinâmica socioespacial complexa e diferenciada. Finalmente, a cidade de Santarém, apesar de ser mais populosa que Marabá, foi eleita por ainda guardar os resquícios de uma típica cidade amazônica, onde se percebe a forte influência das muitas missões religiosas que ali estiveram, a existência de famílias tradicionais, pequena miscigenação da população e condições de vida mais tranquilas que nos dois municípios anteriores.

²⁵ Diretoria de Pessoal da PMPA. Corresponde ao efetivo operacional pronto

A cidade de Marabá, localizada na região Sudeste do Estado do Pará a cerca de 500Km de distância da capital, é um município marcado por uma forte migração de pessoas com pouca qualificação profissional oriundas de outras partes do Brasil o que ocasiona um permanente estado de tensão, principalmente nos crimes ligados às questões fundiárias. Com uma população estimada para o ano de 2020 de 283.542 habitantes e densidade demográfica de 15,45 hab/Km² (IBGE, 2021), é a sede de um Comando de Policiamento Regional, possuindo cerca de 156 policiais militares disponíveis para o serviço operacional.

Finalmente, tem-se a cidade de Santarém, situada no Oeste do Estado do Pará, às margens do Rio Tapajós, que lhe confere características de uma típica cidade amazônica. Possui uma população estimada (2020) de 306.480 com densidade demográfica de 12,87 hab/Km². No município fica a sede do Primeiro Comando de Policiamento Regional que reúne cerca de 314 policiais militares prontos para o serviço.

Embora a corporação tenha sua abrangência e autoridade exercida em todo o Estado do Pará, os entrevistados foram restritos a três cenários diferentes: 1) policiais militares que trabalham na cidade de Belém, capital do Estado, onde se vivencia os problemas e complexidades de um policiamento em grandes centros urbanos e altas taxas de criminalidade, num *locus* caracterizado pela grande mistura de culturas e habitado por pessoas com um forte sentimento de pertencimento ao Estado como um todo; 2) policiais militares que operam na cidade de Santarém, situada na região Oeste, interior do Estado do Pará, com características de cidades pequenas, pouca violência urbana, que preserva muitas características de uma cidade tipicamente “amazônica”; 3) policiais militares que operam na cidade de Marabá, situada na região Sul do Estado do Pará, com características similares de cidades grandes, com uma violência rural acentuada pelos conflitos acerca da posse da terra, cuja população, formada em grande parte por pessoas oriundas de outros estados da federação, e que possuem um forte sentimento separatista.

A decisão de manter tal restrição se deu por três razões principais. Primeiro, a seleção de sujeitos foi por sorteio e todas as unidades apresentam as características que se buscam. Segundo, atentando às questões éticas, as três unidades possuem policiais suficientes em cada turno para nos possibilitar a realização do grupo focal em seus horários de serviço sem que isso afete a dinâmica do policiamento em execução naquele turno. E, terceiro, atentando às questões ligadas à acessibilidade, as enormes distâncias entre algumas unidades da PMPA, a dificuldade de acesso à várias delas e os elevados recursos financeiros necessários para os deslocamentos, alimentação e estadia durante o trabalho de campo são um fator limitador na escolha dos entrevistados.

4.3 Instrumentos de coleta

A investigação utilizou como instrumento de coleta questionários, entrevistas semiestruturadas e grupos focais tendo como sujeitos de pesquisa policiais militares que trabalham nos municípios de Belém, Marabá e Santarém.

Di Giulio *et al.* (2015, p. 1224) concorda com a utilização de questionários para os propósitos desta pesquisa ao registrar que “a realização de um *survey* envolve a produção e aplicação de um instrumento de coleta de dados padronizado (questionário), podendo ter como objetivo identificar como os riscos são percebidos pelos indivíduos e quais as possibilidades de estratégias para enfrentá-los”.

No entanto, os mesmos autores advertem que “[...] os “*surveys*, apesar de apontamentos relevantes acerca do julgamento sobre a natureza e magnitude do risco, oferecem poucos *insights* sobre os elementos que influenciam de fato as percepções de risco”. Portanto, outros métodos qualitativos de coleta de dados devem ser implementados a fim de cruzar os resultados obtidos com a aplicação dos questionários e da análise das respostas. A escolha que nos parece oportuna é também a de Di Giulio *et al.* (2015, p. 1224) quando afirmam que “Entre esses métodos qualitativos, a entrevista semiestruturada em formato livre nos parece um instrumento adequado para captar percepções de risco”, posicionamento que também é defendido por Duarte (2004) ao afirmar que os depoimentos têm o condão de extrair aquilo que é subjetivo e pessoal nos relatos dos sujeitos, permitindo compreender a lógica das relações que se estabelecem no interior dos grupos .

As entrevistas, portanto, foram incluídas como meio de tentar preencher esta lacuna. Concorda com esta ideia Morgan (1997) *apud* Gomes (2005, p. 288) ao declarar que “[...] há sempre a possibilidade de conciliação entre distintas escolhas metodológicas, em que uma pode suprir a deficiência da outra e se beneficiar de suas virtudes”.

O terceiro método empregado na entrevista foi o grupo focal. Nas palavras de Krueger (1994) *apud* Di Giulio *et al.* (2015, p. 1225)

um instrumento de pesquisa qualitativa baseado em entrevistas grupais, cujo objetivo principal é propiciar um entendimento de como se formam e se diferenciam as percepções, opiniões e atitudes acerca de um fato, produto ou serviço. Considerando que as percepções, opiniões e atitudes são socialmente construídas, o método de grupo focal possibilita extrair mais facilmente a expressão dos indivíduos participantes, já que no processo de interação os comentários colocados pelos envolvidos podem estimular e gerar opiniões de outros participantes sobre o assunto debatido.

O grupo focal foi também escolhido como método de investigação pois apresenta uma série de potencialidades. Uma delas, relacionadas diretamente com a qualidade do material, é apresentada por Gatti (2005, p. 69) quando escreve que “a potencialidade mais enfatizada do grupo focal como meio de pesquisa está ligada à possibilidade que ele oferece de trazer um conjunto concentrado de informações de diferentes naturezas (conceitos, ideias, opiniões, sentimentos, preconceitos ações, valores) para o foco de interesse do pesquisador”. Outra, salientada por Gomes (2005, p. 281) é que “o ambiente proporcionado pelo grupo focal permite interação entre os membros do grupo [...] o debate entre eles enriquece a qualidade das informações; o fato de se encontrar um grupo de iguais dá mais segurança ao participante para expressar suas opiniões, com respostas mais espontâneas e genuínas”.

As limitações da utilização desta técnica, no entanto, recomendam que o pesquisador tenha “muita cautela na consideração de um grupo focal como representativo de um certo universo de pessoas [...]” já que “participantes potencialmente importantes podem não se engajar no grupo por desconfiança, por não se sentirem à vontade em participações coletivas, ou por terem limitações comunicativas, ou, ainda, por não se sentirem seguros devido à relatividade do anonimato e à confidencialidade nesse tipo de participação, que envolve muitas outras pessoas” (GATTI, 2005, p. 68 - 69).

4.4 Procedimentos de coleta

A primeira das técnicas foi a coleta de dados (primários e secundários) dos registros de mortes e ferimentos de policiais constantes dos arquivos da Seção de Informações e Análise Criminal (SIAC) (Secretaria de Segurança Pública do Pará), da Diretoria de Inteligência da Casa Militar da Governadoria e do Centro Integrado de Psicologia e Assistência Social (CIPAS) (Polícia Militar do Pará). Tal etapa se fez necessária a fim de se ter uma visão panorâmica do fenômeno e uma possível reorientação das questões a serem discutidas nas entrevistas e grupos focais.

No que concerne a importância da análise documental para os fins desta pesquisa, Cellard (2008, p. 295) afirma que “por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais”. Além disso, é um tipo de coleta de dados que reduz, em grande medida, muitas das influências que poderiam afetar negativamente a pesquisa. Sobre cuidados metodológicos relativos à análise documental, este estudo seguirá precauções elencadas por Cellard (2008) referentes as etapas que devem ser seguidas pelo pesquisador a fim de “superar

os obstáculos e desconfiar de armadilhas” (CELLARD, 2008, p. 296). Isto posto, preliminarmente foram analisados os documentos com intenção de avaliar criticamente o contexto, o autor do documento, a autenticidade e a confiabilidade do texto, sua natureza, seus conceitos-chave e sua lógica interna antes de proceder a análise propriamente dita de cada registro (CELLARD, 2008, p. 299 -304).

Concomitante a etapa acima, foram realizados dois grupos focais com policiais militares voluntários convidados a participar em razão da sua atividade fim de execução da atividade de policiamento nas cidades de Belém, Marabá e Santarém e de sua adequação de seu perfil à pesquisa. A finalidade desta técnica foi aperfeiçoar a compreensão do fenômeno risco, dentro do ponto de vista e do universo policial militar, por meio da participação de militares que trabalham na capital e em cidades do interior, bem como, elaborar perguntas para um questionário sobre a percepção do fenômeno sem deixar margem para equívocos na interpretação das questões. Os encontros foram realizados na cidade de Belém, nos meses de setembro e outubro de 2019 em sala apropriada no ICED/UFPA.

Dentro do universo policial militar, as graduações de praças correspondem a soldados, cabos, sargentos e subtenentes, tem funções de execução, constituem a maioria do quadro funcional e, hierarquicamente, estão na base da pirâmide organizacional da corporação. Os oficiais, por sua vez, correspondem aos postos de aspirante a oficial, tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis. São responsáveis, prioritariamente, pelo planejamento, supervisão e direção geral da instituição. Portanto, decidiu-se por selecionar somente praças em função da natureza de sua atividade diretamente relacionada com o policiamento em si, o que se convencionou chamar de “atividade fim”.

Definido o perfil funcional do grupo de entrevistados, também foram criados os critérios de inclusão dos sujeitos por meio de uma seleção intencional que combinou diversas variáveis possibilitando uma visão universal do grupo.

Desta forma, cada grupo focal foi composto por sujeitos de pesquisa com as seguintes características ou perfis: 1) um policial militar **masculino**, com **mais de 15 anos** de tempo de serviço passados na **área operacional** e com **cursos de especialização operacional**; 2) um policial militar **feminino**, com **mais de 15 anos** de tempo de serviço passados na **área operacional** e com **cursos de especialização operacional**; 3) um policial militar **masculino**, com **menos de 10 anos** de tempo de serviço passados na **área operacional** e com **cursos de especialização operacional**; 4) um policial militar **feminino**, com **menos de 10 anos** de tempo de serviço passados na **área operacional** e com **cursos de especialização operacional**; 5) um policial militar **masculino**, com **mais de 15 anos** de tempo de serviço passados na **área**

administrativa e sem cursos de especialização operacional; 6) um policial militar **feminino**, com **mais de 15 anos** de tempo de serviço passados na **área administrativa e sem cursos** de especialização operacional; 7) um policial militar **masculino**, com **menos de 10 anos** de tempo de serviço passados na **área administrativa e sem cursos** de especialização operacional e 8) um policial militar **feminino**, com **menos de 10 anos** de tempo de serviço passados na **área administrativa e sem cursos** de especialização operacional.

Antes do início propriamente dito das discussões nos grupos, os participantes, à medida que iam chegando, responderam a um formulário com questões relativas as variáveis que se pretendia estudar (Apêndice A). Além disso, após uma breve explicação individualizada acerca da pesquisa e do caráter voluntário de participação, foram convidados a ler, concordar e assinar o Termo de Livre Consentimento Esclarecido (Apêndice C).

Após todos os participantes estarem reunidos num dispositivo circular, cada grupo focal foi iniciado com os agradecimentos dos pesquisadores pela participação voluntária – e o aviso de que poderão sair do estudo quando desejassem sem qualquer constrangimento - e uma rápida explicação sobre os critérios de inclusão que levaram a seleção deles. Adicionalmente, foram explicados os procedimentos referentes ao funcionamento do grupo focal, o objetivo do trabalho, a necessidade do pesquisador em entender o que eles pensam sobre o *risco*, e que cada um deles poderá se manifestar, um de cada vez, para que as opiniões sejam registradas. Foi realizada uma rodada inicial de falas, permitindo a todos um comentário geral sobre o objeto, deixando evidente que todas as opiniões são importantes e que, portanto, não existem boas ou más intervenções.

Um ponto particularmente importante dentro desta pesquisa foi a tentativa de redução da violência simbólica, pois, sendo o autor um oficial combatente da Polícia Militar do Pará, seus entrevistados, sejam eles subordinados, pares ou superiores hierarquicamente poderiam, durante as narrativas, alterar os fatos acontecidos como forma de justificar ou até mesmo esconder possíveis erros ou enaltecer demasiadamente os acertos. Em relação a esse tema, duas observações se fazem absolutamente necessárias.

A fim de minimizar tal condição de violência simbólica, várias medidas foram adotadas, tanto nos grupos focais quanto nas entrevistas.

Primeira, todos os sujeitos participaram voluntariamente da pesquisa, isto é, consentiram livre e espontaneamente a utilização dos dados coletados apenas para fins desta pesquisa.

Segunda, antes das entrevistas e dos grupos focais foram explicados 1) os objetivos do projeto, cujo ponto central é a tentativa de melhor entender os riscos associados à profissão

policial para possibilitar o desenvolvimento de instrumentos capazes de reduzir tais riscos, 2) a natureza exclusivamente acadêmica do trabalho e 3) as questões relacionadas à confidencialidade que impedirão a revelação da identidade do entrevistado.

Terceira, as entrevistas e os grupos focais foram marcadas mediante um contato prévio e os sujeitos foram entrevistados no horário de serviço do policial a fim de evitar que ele desperdice seu tempo de folga.

Quarta, o autor desta pesquisa optou por não participar diretamente da dinâmica dos grupos focais, deixando-os a cargo dos pesquisadores civis do grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos Aplicados ao Comportamento (NEAC) do PPGED/ICED/UFPA pois entendeu que, mesmo com todos os cuidados relativos à redução da violência simbólica, sua presença poderia inibir uma fala aberta e honesta dos entrevistados. No entanto, para garantir que houvesse uma comunicação eficiente entre os sujeitos de pesquisa policiais militares (que muitas vezes usam jargões e gírias bem particulares à profissão) e os pesquisadores civis (talvez não habituados aquele linguajar) uma policial militar, graduada como Cabo PM (mesmo nível hierárquico que a maioria dos entrevistados), e que também é mestra em Segurança Pública e pesquisadora do mesmo assunto, acompanhou todo o processo.

Quinta, nos encontros com os sujeitos de pesquisa, o autor desta pesquisa sempre esteve vestido à paisana (em trajes civis). Tal atitude não visa mascarar ou omitir sua identidade profissional como oficial superior da corporação, mas se destina a afirmar a condição acadêmica da conversa.

Sexta, todos os sujeitos foram informados de que poderiam participar com roupas civis, se assim o desejarem. Sétima, o ambiente de todos os encontros foi o mais descontraído possível e cada sujeito, bem como o pesquisador, usaram uma etiqueta autocolante com seu primeiro nome ou com o nome de guerra²⁶, à escolha de cada um. Finalmente, foi solicitado aos entrevistados a permissão para gravar a conversa, a fim de recuperar, a posteriori, a maior quantidade de detalhes possíveis.

As discussões foram iniciadas com a apresentação, por aparelho multimídia, da primeira questão norteadora do roteiro (Apêndice B) e os participantes incentivados a expor suas impressões. Seguiram-se as demais. Ao final de todas as questões, o moderador apresentou um resumo escrito daquilo que foi consenso, das aproximações ou conceitos formulados, das opiniões contrárias etc. para que o grupo pudesse validar o que foi discutido.

²⁶Nome de Guerra é o nome escolhido pelo policial para ser identificado e que é usado nos uniformes.

Um lembrete adicional, apresentado por Gaskell (2008, p. 76), da conta de que “[...] à medida que a sessão grupal chega ao final, e o gravador está desligado, acontecem as discussões semiprivadas entre os próprios membros do grupo e entre alguns do grupo e o moderador”. Atento a tais circunstâncias, os pesquisadores tomaram notas depois que os participantes saíram do ambiente.

A duração média de cada grupo focal foi de uma hora e meia. As questões norteadoras, num total de quatro, trabalharam: 1) as reações de cada um colocado num cenário hipotético de risco, em que o policial esteja à paisano e armado; 2) as reações num cenário hipotético em que se encontrem fardados e desarmados dentro de um ônibus que estiver sendo assaltado; 3) as reações numa situação em que estiver com a família e surgisse uma situação de perigo e 4) as reações do policial de folga ao observar um assalto em andamento. Todas as discussões foram registradas por meio de gravações em meio digital que, ao final, foram transcritas na íntegra, para posterior leitura exaustiva e apropriação do conteúdo. Imediatamente após a realização do último grupo focal, iniciou-se a transcrição das falas, a interpretação dos moderadores e da linguagem não verbal dos participantes ao serem confrontados com temas, muitas vezes polêmicos e com diversos pontos de vista. Na sequência, utilizou-se a técnica de nuvem de palavras para dar significado às questões que seriam utilizadas nos questionários.

Após finalizado a construção do questionário de perguntas, eles foram aplicados aos policiais militares que trabalham nas regiões em estudo a fim de criar um “indicador de risco”, útil na mensuração objetiva de quais tipos de risco o profissional daquele município se vê mais exposto.

Para se obter amostras representativas do todo e determinar o número de respondentes aos questionários, inicialmente tentou-se utilizar uma análise estatística com erro amostral de 4%, com base no efetivo operacional pronto²⁷ de policiais militares, conforme fórmula para o cálculo do tamanho da amostra (Equação 1), onde o “*n*” representa o tamanho da amostra, “*N*” o tamanho da população, “*n*₀” a primeira aproximação do tamanho da amostra e “*E*” o erro amostral tolerável para quantificar o total de questionários válidos por região necessários.

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0} \quad (1)$$

onde $n_0 = \frac{1}{\varepsilon^2}$ e ε é erro amostral (BOLFARINE; BUSSAB, 2005).

²⁷ Efetivo operacional pronto corresponde ao total de policiais militares em condições, aptos para executar o serviço operacional. Do efetivo total, subtrai-se os policiais que se encontram em gozo de licença, férias, que trabalham na área administrativa ou à disposição de outros órgãos.

No entanto, devido a diversos fatores como erros no preenchimento dos questionários e dificuldade na reaplicação dos mesmos, os erros variaram entre 2,89% e 6,65%.

Campos *et al.* (2001) caracterizam amostra como sendo uma parte ou subconjunto, criteriosamente obtido, da população que se quer estudar e ainda acrescenta que se deve sempre recorrer a amostra, pois despenderá um tempo mais curto e menores recursos materiais.

Quadro 6- Efetivo policial militar operacional pronto²⁸ por município em 2020

Município	Efetivo Operacional
Belém (CPC1 e CPC2)	1.812
Marabá	156
Santarém	314

Fonte: Elaboração do autor com dados fornecidos pela Diretoria de Pessoal da PMPA (2021).

Os sujeitos foram aleatórios dentre aqueles voluntários que compõem o efetivo operacional de cada quartel. Os questionários foram aplicados a) pelo próprio autor na sede do quartel em que trabalham os policiais militares e em horário de expediente após coordenação com os comandantes respectivos ou b) enviados por e-mail àqueles destacados longe da sede ou c) por entrevistadores voluntários e com experiência na aplicação deste tipo de técnica.

Previamente foi realizada uma preleção aos sujeitos na intenção de informar sobre as características da pesquisa, sua finalidade, seu caráter voluntário e sigiloso bem como responder possíveis questionamentos. De acordo com a disponibilidade de espaço físico nos quartéis e de pessoal nos turnos de serviço, a aplicação dos questionários em cada cidade foi realizada em mais de um dia até que a amostra estivesse completa. Os questionários foram aplicados nos meses de janeiro/2021 em Santarém, fevereiro/2021 em Belém e em março/2021 em Marabá.

Durante a elaboração da tese, diversas entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com policiais de diferentes perfis e que serviam em diferentes localidades. No total, foram 16 entrevistas, sendo 06 na cidade de Belém (março a dezembro/2018), 04 na cidade de Breves-PA (fevereiro a junho/2019), 02 na cidade de Marabá (dezembro/2017) e 04 na cidade de Santarém (julho a dezembro/2020). O roteiro das entrevistas, consta do (Apêndice D). A escolha dos sujeitos para realização da entrevista também foi intencional com base nas variáveis a serem estudadas.

²⁸ Os números de “policiais prontos” foram fornecidos diretamente pelo comandante das unidades operacionais que realizam o policiamento nos municípios em estudo e referem-se a mês de outubro/2018.

Finalizados os encontros, foram realizados o processamento das informações obtidas e a transcrição das entrevistas onde foi dada atenção especial ao “não dito”, isto é, os silêncios, os suspiros seguidos de silêncio, as elevações de tonalidade de voz e a todas as emoções percebidas já que constituem uma importante fonte de análise.

4.5 Procedimentos de análise

Partindo-se do argumento principal de que o risco é percebido de maneira diferente pelos policiais e varia conforme as peculiaridades da região onde trabalha e da suposição de que o policial pode, na maioria das vezes, ter um relativo controle sobre o risco. Di Giulio *et al.* (2015, p. 1223 -1224) acrescentam que:

Em geral, estudos sobre percepção buscam compreender como os indivíduos respondem ao risco e às informações disponíveis sobre esse risco, que fatores interferem nas suas respostas, como respondem às dimensões sociais (implícitas ou não) nas situações de vida real, como definem os riscos, como se sentem atingidos por esses riscos e como enfrentá-los. Para isso, esses estudos lançam mão de diversos métodos. Entre **os quantitativos** estão, por exemplo, escalas psicológicas, **análises multivariadas e questionários padronizados** para realização de *surveys*. Já com relação aos métodos **qualitativos**, os estudos podem envolver **entrevistas semiestruturadas, [...] grupos focais**, entre outros (grifo do autor).

Após concluída a fase de coleta de dados, realizaram-se as análises quantitativas e qualitativas no material coletado. As respostas dos questionários serviram para criação de um índice de risco regional, por meio do uso de procedimentos estatísticos de análise multivariada, que apontaram, regionalmente, a que tipos de riscos os policiais militares alegam estar mais sujeitos.

As entrevistas e grupos focais serviram, de maneira geral, para entender o porquê de suas escolhas e quais maneiras são utilizadas na tentativa de controle desses riscos. Foi utilizado o programa *Microsoft Excel* para Mac, versão 16.50 para construir as tabelas e gráficos apresentados no trabalho.

4.6 Questões Éticas

Esta pesquisa foi desenvolvida em conformidade com os preceitos éticos que asseguram o total respeito aos participantes do estudo, observando sempre a disponibilidade de local, dia e horário mais conveniente aos envolvidos no estudo.

Aqui escendo a reflexão de Cellard (2008, p. 305) de que “a qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte, das precauções de ordem crítica tomadas pelo pesquisador” e que, de uma maneira mais ampla, é “a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise”, uma vigilância epistemológica cuidadosa será empregada nesta pesquisa.

Os sujeitos de pesquisa que responderam aos questionários foram escolhidos aleatoriamente nas unidades em que trabalham desde que 1) fossem voluntários e 2) realizassem o trabalho operacional. Os sujeitos que participaram das entrevistas e dos grupos focais foram escolhidos pelo autor após a preleção inicial sobre a natureza e as características da pesquisa tendo como parâmetros as mesmas condições de voluntariado e atividade operacional.

Todos os entrevistados foram informados de maneira clara sobre o tema da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que após lido, foram assinados pelos policiais (Apêndice C).

Cabe ressaltar que, devido a importância do tema da investigação para a vida profissional e pessoal dos sujeitos de pesquisa, apenas uma negativa foi registrada em todos os convites realizados ao longo da elaboração desta tese.

Constantemente ratificou-se a manutenção do sigilo sobre nomes dos envolvidos no estudo, preservando-se desta maneira, a integridade de todos.

Como informado anteriormente, a todo instante foi adotada uma severa vigilância epistemológica, particularmente no que tange à redução da violência simbólica.

5 RESULTADOS

5.1 Caracterização da amostra

De acordo com o que foi explicado no Capítulo 4, foram aplicados questionários aos policiais militares do serviço ativo operacional nas cidades de Belém, Marabá e Santarém em quantidade significativa que pudesse representar o todo operacional de cada município. A (Tabela 5) representa os números de questionários válidos e o percentual relativo de cada município no quantitativo total.

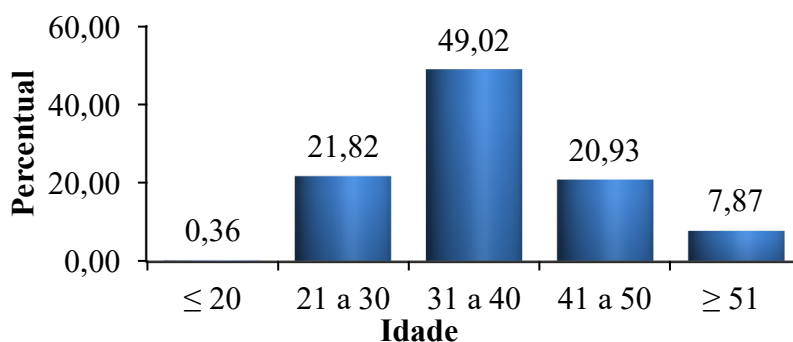
Tabela 5 – Questionários validados aplicados em 2021 nas cidades de Belém, Marabá e Santarém e seu percentual em relação ao total, 2021.

Município	Efetivo Operacional	Tamanho da amostra Real	
		<i>n</i>	Erro
Belém	1.812	317	5,10%
Marabá	156	138	2,89%
Santarém	314	132	6,63%
Total	2.282	587	-

Fonte: Elaboração do autor (2021).

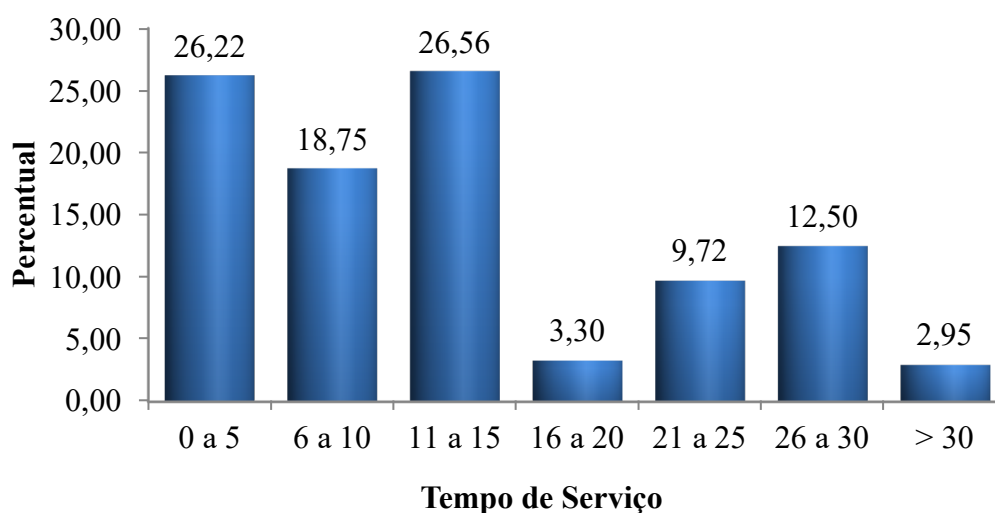
No que se refere a idade dos respondentes, quase a metade deles está situada na faixa etária compreendida de 31 e 40 anos o que, considerando que a entrada na Polícia Militar se dá por volta dos 20 anos de idade, corresponde a primeira metade do tempo de serviço que, a época do início da pesquisa era de 30 anos de efetivo serviço policial militar (Gráfico 12 e 13).

Gráfico 12- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, por faixa etária – Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

Gráfico 13- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, por tempo de atuação no serviço – Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

A maioria dos respondentes é do sexo masculino (83,45%), que se autodenominam de cor/raça parda ou negro (78,51%), são casados ou vivem em união estável (73,22%), apresentam renda familiar de 3 a 4 salários-mínimos (62,64%) e com nível de escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo (95,39%). Em se tratando do serviço realizado, a maioria executa o serviço operacional (70,77%), estão na faixa de graduação entre soldado a sargento (91,47%), mas apenas 27,04% afirmam possuir cursos operacionais. Estes resultados vão ao encontro da intenção do autor em utilizar como sujeitos de pesquisa aqueles policiais militares que, em decorrência de sua atividade diária, estão mais sujeitos aos riscos da profissão. Fato curioso, no entanto, foi o de que mais de dois terços desse público não possui cursos operacionais que são aqueles que, em teoria, os prepararia melhor para enfrentar o dia a dia arriscado do trabalho policial.

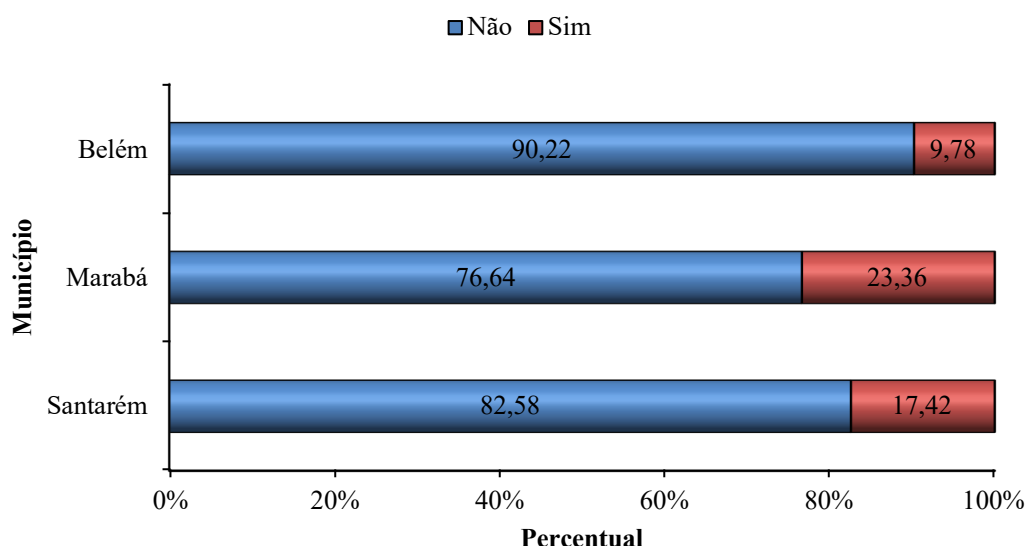
5.2 Os riscos epidemiológicos

Os riscos epidemiológicos contemplam aqueles eventos mais facilmente observáveis, quantificáveis e são considerados pelo imaginário popular e policial como os enfrentamentos típicos da profissão policial. Reúnem os riscos de acidentes, de lesões, mortes, de contaminação, de adoecimento do surgimento de diversas enfermidades relacionados à má qualidade de sono, estresse, má alimentação, problemas ergonômicos e etc. Inseridas ao longo

do questionário em ordem não sequencial foram utilizadas seis perguntas sobre o assunto e as respostas não sofreram grandes variações em função do local.

A primeira das perguntas refere-se a um caso emblemático onde a “prática policial”, transmitida de geração em geração, vai de encontro a lógica matemática e as leis vigentes no país. O (Gráfico 14) apresenta as respostas em termos percentuais do total de respondentes sobre a utilização do cinto de segurança nas viaturas policiais.

Gráfico 14- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você usa cinto de segurança na viatura?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

Percebe-se que a grande maioria dos policiais militares não utiliza o cinto de segurança durante seus deslocamentos nas viaturas policiais (Gráfico 7). Esse comportamento representa um descumprimento da lei e um risco adicional de ferimentos e mortes que poderiam ser facilmente evitados ou minimizados já que o cinto de segurança é um dispositivo presente em todas as viaturas policiais e simples de ser utilizado.

No Brasil, o cinto de segurança é obrigatório em todos os automóveis colocados à venda desde 1968 (Fonte, Ano), porém, sua utilização por condutores e passageiros passou a ser obrigatória em todas as vias do território nacional em setembro de 1997 (Fonte, Ano). O Código de Trânsito Brasileiro considera a não utilização do cinto uma infração grave, prevê multa pecuniária e a penalização com adição de pontos na Carteira Nacional de Habilitação (Fonte, Ano).

De acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) (BRASIL, 2020), o cinto de segurança protege motoristas e passageiros de possíveis impactos violentos no interior do carro, ou mesmo o arremesso para fora do veículo, em caso de colisões. O item contribui para redução dos riscos de ferimentos na cabeça, no rosto, no pescoço e na coluna dos ocupantes do veículo, podendo reduzir em até 70% as mortes e lesões graves. Adicionalmente, sua utilização pelo motorista pode ainda evitar acidentes na medida em que retém o corpo do motorista junto ao assento permitindo o controle do veículo.

Os acidentes de trânsito estão anualmente entre as três maiores causas de morte de policiais militares em todo o Brasil. Limeira e Donato (2018), por exemplo, advertem que os acidentes de trânsito foram a principal causa de mortes de policiais militares da ativa na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre os anos de 2006 a 2016.

Na PMPA, como apresentado na Figura 5, no período compreendido entre os anos de 2010 e 2020, os acidentes automobilísticos foram a terceira maior causa de morte de policiais militares, ficando atrás apenas das mortes por latrocínios e praticamente empatados em segundo lugar com os homicídios. Mas qual a razão desse comportamento que foge à lógica de sobrevivência? Desconhecem a legislação ou as estatísticas?

Certamente, todo policial militar tem conhecimento da legislação e não pode alegar em sua defesa o desconhecimento desta. Adicionalmente, o comando da corporação divulgou incansavelmente por meio dos Seminários de Autoproteção as causas mais frequentes das mortes de seus policiais, nas quais figurava em alternância entre segundo e terceiro lugares, as mortes causadas por acidentes de trânsito. Os policiais também choraram e participaram do enterro de seus amigos que morreram em acidentes automobilísticos, com ênfase para o caso ocorrido em 2018 onde os cinco policiais integrantes da mesma guarnição foram mortos ao chocarem-se contra um caminhão em uma rodovia no sul do estado do Pará.

A resposta foi dada durante as entrevistas e grupos focais e, de maneira geral, foram uníssonas. Primeiro, os policiais militares não usam o dispositivo alegando que, caso precisem desembarcar rapidamente da viatura, perderiam tempo ou poderiam ficar “presos” ao cinto.

[...] eu e toda a minha GU [guarnição policial] não uso cinto [...] porque se a gente precisar sair da VTR [viatura] UU [com urgência] ele vai atrapalhar (depoimento de policial militar masculino, 17 anos de serviço operacional na cidade de Belém em fala durante Grupo Focal realizado em 2019, informação verbal).

[...] quando eu era aluno do CFSD [Curso de Formação de Soldados que foi substituído pelo CFP – Curso de Formação de Praças] o nosso instrutor “velha guarda” [refere-se a um policial com muito tempo de serviço e com muita experiência operacional] nos ensinou a nunca usar o cinto porque ele só atrapalha. Eu nunca usei no serviço (depoimento de policial militar feminino, na graduação de cabo, com 12 anos de serviço na cidade de Breves em 2018, informação verbal).

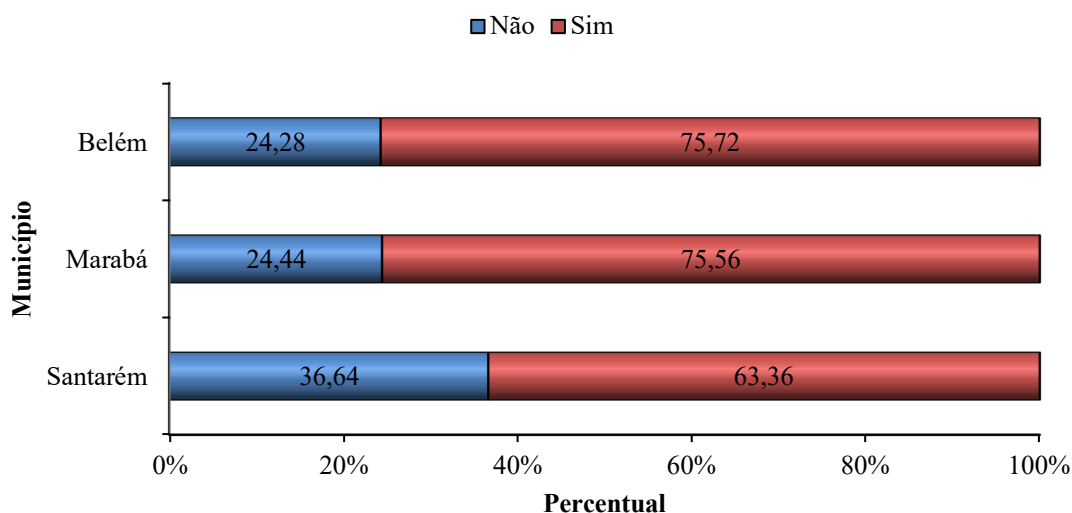
A segunda justificativa apresentada foi a de que, como “todos” não usam o cinto, “eu” também não vou usar.

[...] eu sou novinho [com pouco tempo de serviço]. Na minha GU [guarnição, equipe] só tem antigão [policiais com muito tempo de serviço]. Nenhum deles usa. Eu não vou ser o único covarde a usar [...] não vou aguentar a pressão [risos] (depoimento verbal de policial masculino com 4 anos de serviço na PMPA na cidade de Marabá em 2017, informação verbal).

Em suma, a maioria dos policiais militares da PMPA alega que não usa o cinto de segurança por motivos técnicos (cinto atrapalha e se engancha no corpo e equipamento durante o desembarque da viatura aumentando o tempo de reação), por motivos culturais (receio de serem discriminados pelo próprio grupo ao agirem de maneira destoante da maioria) ou pela combinação de ambos. Tal resultado é preocupante na medida em que o próprio DNIT ressalta que “apesar dos avanços tecnológicos, o cinto de segurança de três pontos inventado há 61 anos, continua sendo o equipamento que mais salva vidas” (BRASIL, 2020, não paginado).

Ainda sobre os acidentes de trânsito, um paradoxo se apresentou durante a pesquisa. Destarte somente a minoria utilizar o cinto de segurança mesmo sabendo que, ao deixar de fazê-lo, aumentam consideravelmente o risco de ferimentos ou mortes, a maioria deles afirma que tem medo de sofrer um acidente de trânsito (Gráfico 15).

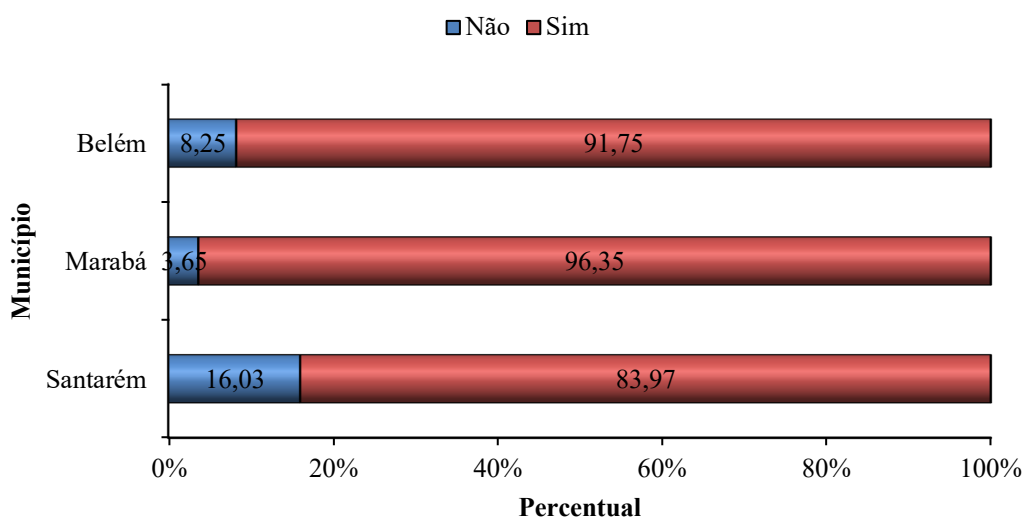
Gráfico 15- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem medo de sofrer um acidente de trânsito?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

Uma segunda pergunta sobre o receio de que fatores relacionados diretamente à atividade policial pudessem estar associados ao surgimento de alguma doença indica que a maioria dos policiais militares têm noção dos males causados pela rotina diária de sua profissão (Gráfico 16).

Gráfico 16- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem receio de adoecerem em função da má alimentação, qualidade de sono ruim e estresse?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



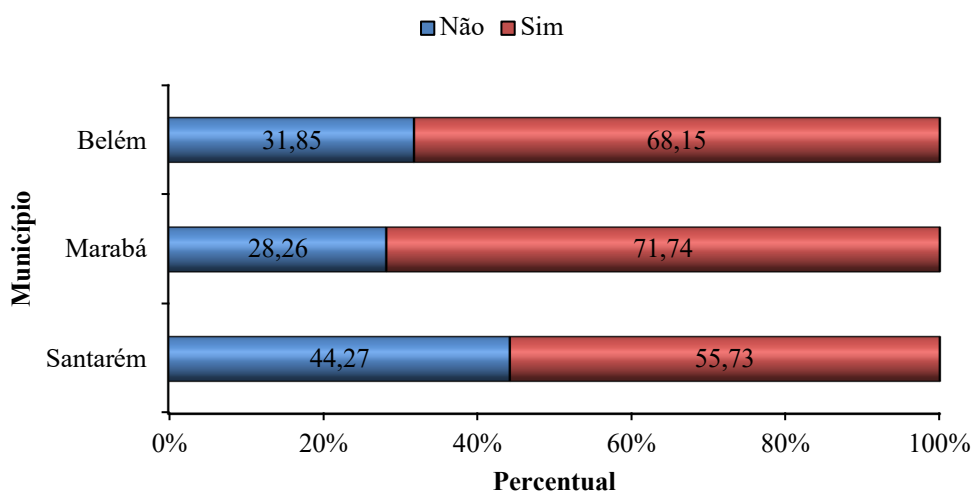
Fonte: Elaboração do autor (2021).

O serviço diário do policial militar é, de maneira geral, caracterizado por momentos de tranquilidade física onde o Policial Militar (PM) permanece estático ou em ronda a pé, em viaturas e motocicletas ou a cavalo. No entanto, a falta de movimento não implica em pouco estresse. Ao contrário, o PM sabe que a qualquer instante as ameaças podem surgir de qualquer direção e ele pode ser instado a utilizar suas habilidades táticas e técnicas, colocando sua vida em risco de morte em poucos e inesperados segundo. Seu batimento cardíaco sai de condições normais para situações extremas num intervalo muito curto.

A rotina dos turnos de serviço se alterna entre horários diurnos e horários noturnos que resultam em uma falta de um sono adequado. As refeições durante o serviço são realizadas em locais públicos, por escolha conjunta da GU dentro dos limites da área de fiscalização. Usualmente, um dos policiais fica realizando a vigilância enquanto os outros comem. A combinação de sono ruim (em quantidade e qualidade), má alimentação normalmente pouco saudável e consumida de forma rápida sob estresse, são fatores que sabidamente provocam e agravam diversas doenças.

Sobre o questionamento do medo de serem lesionados durante uma abordagem, a maioria dos respondentes afirmaram tê-lo (Gráfico 17). No entanto, em Santarém o percentual é expressivamente menor que em Marabá e Belém, o que pode indicar que esta última cidade, como apresenta índices de criminalidades menores, acaba alterando a percepção dos policiais que lá trabalham, fazendo com que se sintam menos expostos à uma possível agressão.

Gráfico 17- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem medo de ser lesionado em uma abordagem?” – Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.

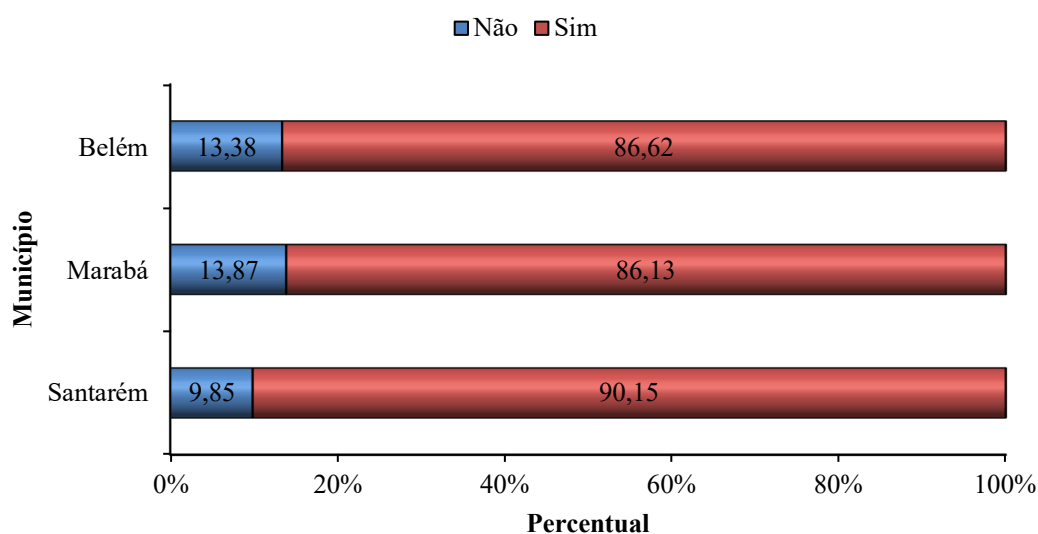


Fonte: Elaboração do autor (2021).

Em relação ao medo de levar um tiro durante o serviço, os números foram muito próximos nos três municípios e 85,27% do total afirmaram ter receio de serem atingidos por uma arma de fogo.

O (Gráfico 18) exhibe o temor dos respondentes de serem contaminados por algum vírus, bactéria, agente patogênico ou doença contagiosa durante o serviço.

Gráfico 18- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem medo de ser contaminado por algum vírus, bactéria, agente patogênico ou doença contagiosa durante o serviço?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

A prática diária de abordagens a suspeitos, de intervenções em multidões, do contato com um número grande de pessoas em situações de vulnerabilidade social, dos confrontos físicos e do próprio convívio com os demais policiais em ambientes confinados como em viaturas e em alojamentos de quartéis, tudo isso sem a adequada utilização de equipamentos de proteção individual, são fatores extremamente altos de risco, conforme resultado obtido.

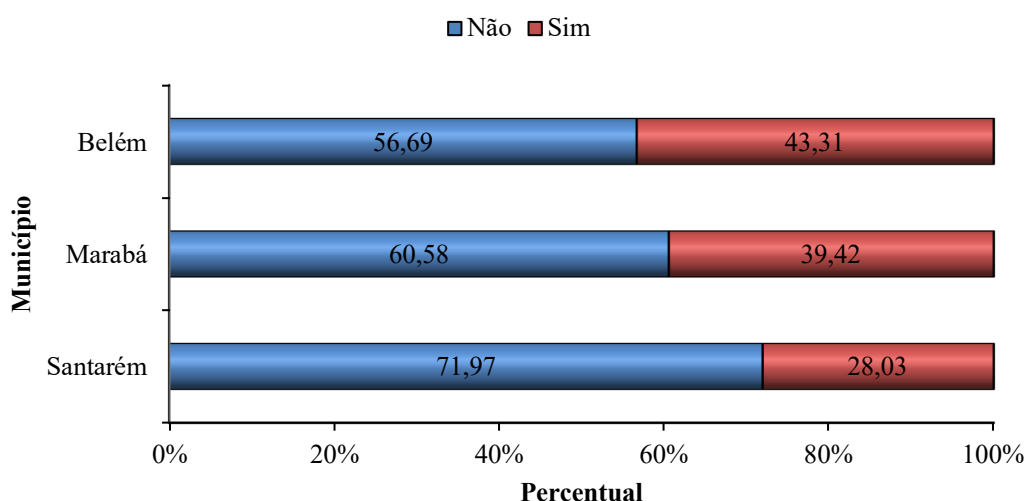
Infelizmente, não se encontrou pesquisas semelhante realizada antes da pandemia de COVID-19 para fins de comparação, e os resultados aqui encontrados podem (e devem) ter sido influenciados pelo número alarmante de pessoas infectadas pelo vírus. Fato curioso é que mesmo que a cidade de Belém tenha apresentado um número de mortes por COVID-19 onze vezes maior que a cidade de Marabá (GLOBO, 2021), o percentual de policiais militares respondentes nas duas cidades foi praticamente o mesmo.

5.3 Os riscos jurídicos

Os riscos jurídicos são aqueles que o policial militar enfrenta no transcurso da sua vida profissional relacionados a sua responsabilização legal em função das suas ações ou omissões. Estão frequentemente associados à alguma forma de tomada de decisão e podem gerar como consequências sanções administrativas, penais e, até mesmo, a exclusão da instituição. É um tipo de risco pouco mencionado acadêmica ou profissionalmente e cinco perguntas foram confeccionadas para avaliar a percepção que os policiais militares têm acerca do problema.

Ao serem indagados se teriam receio de responder a uma Sindicância ou a um Procedimento Administrativo (PAD), a maioria dos policiais nos três municípios respondeu negativamente (Gráfico 19).

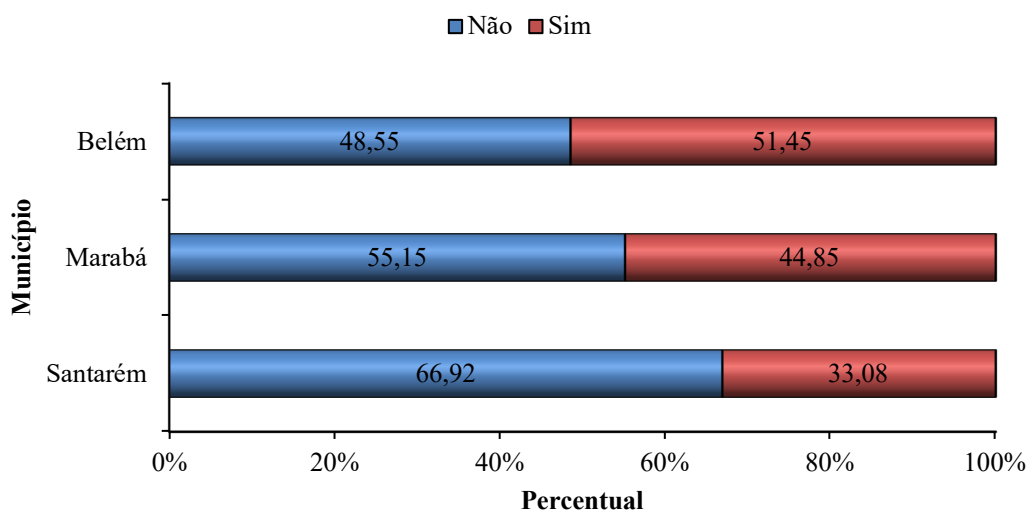
Gráfico 19- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem medo de responder a uma Sindicância ou a um Processo Administrativo Disciplinar?” – Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

Quando foram perguntados se teriam receio de serem processados judicialmente, as respostas foram ligeiramente diferentes. Na cidade de Belém, pouco mais da metade dos policiais responderam afirmativamente e nas outras duas cidades a maioria respondeu que não (Gráfico 20).

Gráfico 20- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem receio de ser processado judicialmente?” – Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

Algumas falas nos grupos focais realizados em 2018 na cidade de Belém podem desvendar o assunto.

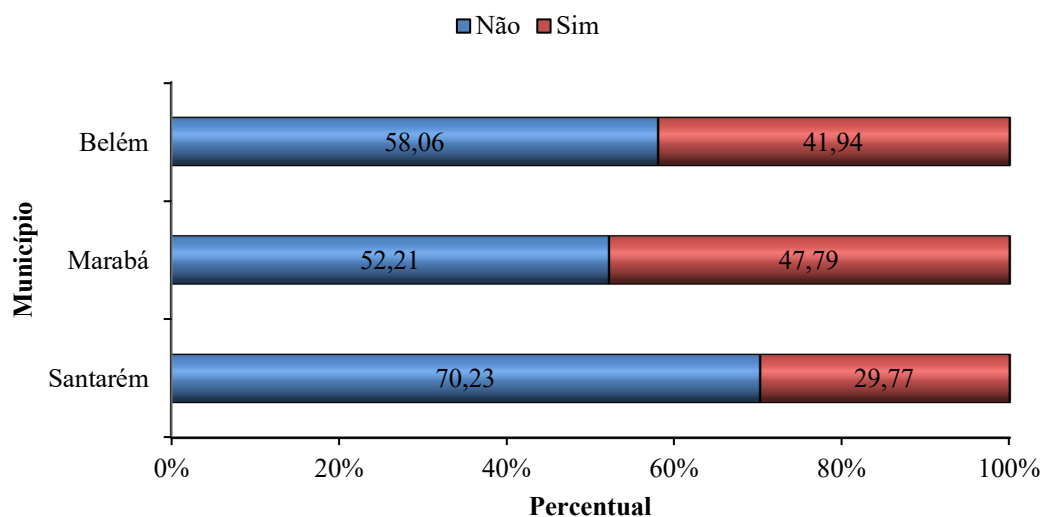
[...] aqui na cidade [Belém] o promotor [Promotor Militar] fica na nossa cola [...] qualquer notícia que ele lê nos jornais ou nos grupos de zap (sic) [aplicativo de troca de mensagens Whatsapp] vai logo abrindo inquérito. No interior, você fica esquecido [...] lá, pode fazer o que quiser, até dar tiro na perna de vagabundo que não pega nada” (Depoimento oral de policial militar feminino que trabalha há 8 anos no serviço operacional na cidade de Belém, informação verbal).

Pelo depoimento percebe-se que, de maneira geral (a fala anterior foi acompanhada do aceno de cabeça da maioria dos presentes na sala em sinal de concordância), o policial militar acha que na capital do estado suas ações ficam mais expostas à mídia e, conseqüentemente, aos olhares do Ministério Público Militar. A lógica por trás desse pensamento não estaria completamente equivocada. Apesar da obediência às leis e regulamentos ser obrigatório em todo o território nacional e de que os policiais militares têm o dever de cumpri-los e de fazer cumprir, a fiscalização não é uniforme em todo o Estado. Uma das razões está relacionada à falta de pessoal, tanto nas corregedorias da PM quanto no próprio Ministério Público. A segunda, é espacial. A sede da primeira e segunda promotoria militar fica localizada na cidade de Belém, portanto, com raio de alcance mais eficiente para os limites da capital. Apesar disso, 85,42% do total de respondentes fica apreensivos e com receio de serem fiscalizados pela corregedoria

e pelo Ministério Público e 62,59% do total temem ser punidos indevidamente, o que pode demonstrar se mostrarem vulneráveis a um julgamento imparcial.

Nos três municípios, a maioria dos policiais militares não receiam ser expulsos da PM, sendo que em Santarém esse número é ainda maior (Gráfico 21).

Gráfico 21- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem receio de ser expulsos da PM?” – Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

5.4 Risco intersocial

Os riscos intersociais são aqueles diretamente ligados a escolha profissional do indivíduo e que dizem respeito a interação do policial militar com o seu meio social, como a família, amigos, vizinhos, comunidades, grupos sociais diversos e com o público-alvo atingido pelos seus serviços profissionais: o transgressor da lei. Dito em outras palavras, o risco intersocial se revela em um possível reconhecimento do policial pelo transgressor, mesmo (e principalmente) quando este se encontra fora de serviço e sem o amparo institucional que a farda, arma, equipamentos e demais policiais da guarnição de serviço lhe proporcionam durante o serviço. Diz respeito também as discriminações que sofre em razão da escolha de ser policial.

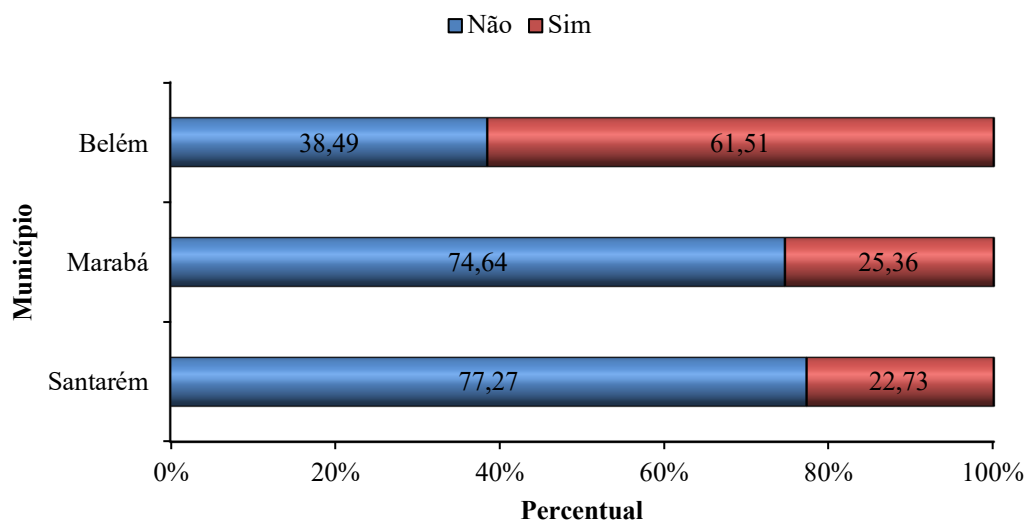
Colocadas em ordem não sequencial no instrumento de pesquisa, dez perguntas indagaram sobre a percepção dos policiais militares acerca dos riscos intersociais que enfrentam. As respostas foram reveladoras e, em termos gerais, a maioria utiliza transporte

público (67,06%) e, dos que utilizam, 77,10% os utilizam raramente ou poucas vezes. Pouco menos que a metade (44,29%) escondem a farda, 56,72% limitam o círculo de amizade e um grande número deles esconde o fato de ser policial (38,63%). Um número considerável do total de respondentes (63,20%) afirma também que já foi discriminado pelo simples fato de ser policial.

Analisadas consoantes às falas dos policiais nas entrevistas, tais artifícios citados acima tem o condão de esconder a profissão escolhida pelos indivíduos bem como de reduzir, ao mínimo possível, o contato social com pessoas de fora de seu círculo íntimo como estratégia para se tornar “menos visível” ou “menos exposto” à possibilidade de ser reconhecido e/ou agredido por um transgressor.

Ao serem tratadas separadamente por municípios, algumas repostas desvendam alguns fatos curiosos e contraditórios (Gráfico 22).

Gráfico 22– Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você esconde a sua farda?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

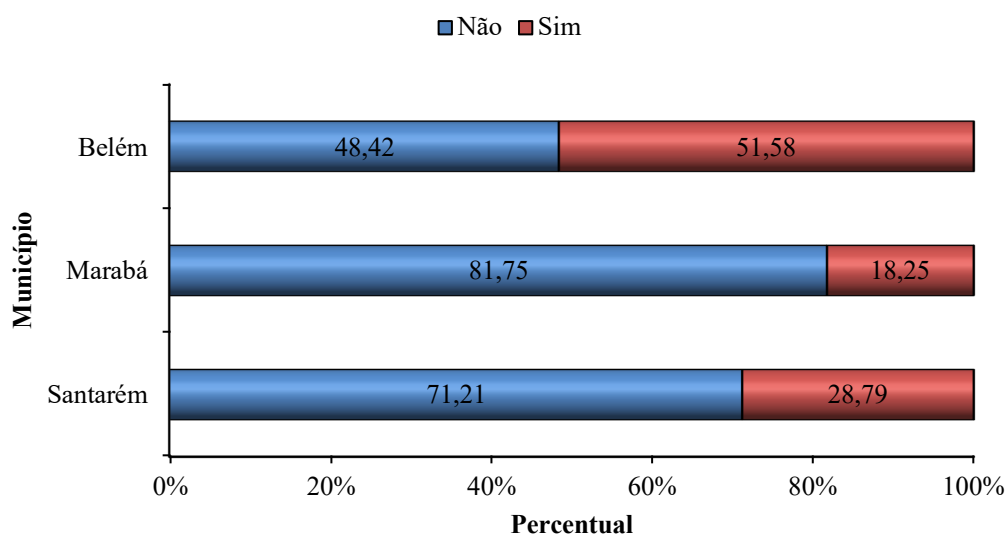
Na cidade de Belém, capital do Estado considerada uma “cidade grande” pelos policiais militares, a maioria deles esconde a farda e privilegia a utilização de roupas civis (à paisana) para os deslocamentos fora de serviço. Isto não acontece nas cidades menores como Marabá e Santarém. A explicação para tal comportamento já tinha sido apresentada em trabalho anterior do autor (MELLO, 2015) e foi deveras explanada nas entrevistas e grupos focais.

Segundo as falas, nas cidades pequenas todos conhecem quem são os policiais, mesmo estando à paisana e de nada adiantaria o artifício de tentar “se camuflar” utilizando trajas civis.

[...] aqui em Santarém todo mundo me conhece [...] eu já apareci até na televisão [por ter sido entrevistado em uma ocorrência onde prendeu um traficante local]. Além do mais, aqui todo mundo respeita “o polícia” [sic] porque da mesma forma como eles me conhecem, nós [os policiais] conhecemos todos os meliantes (PM do sexo masculino que não quis se identificar em entrevista oral para o autor, 2018, informação verbal).

Utilizando o mesmo raciocínio lógico, os policiais das duas cidades menores, Santarém e Marabá, não escondem que são policiais ao contrário do que ocorre na capital (Gráfico 23) da mesma maneira que não tem receio de serem reconhecidos como tal e nem evitam sair fardados (cerca de 70% dos respondentes de Santarém e de Marabá afirmam que não tem receio de sair fardado. Em Belém, apenas 36% dizem não ter receio).

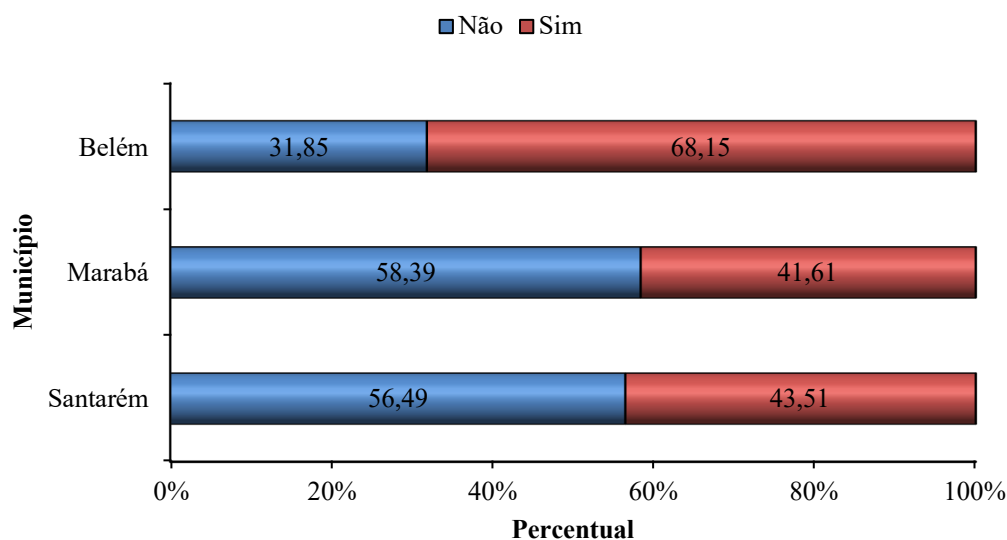
Gráfico 23- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você esconde ser policial?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

No entanto, quando perguntado se tinham receio de serem reconhecidos como policiais durante um roubo (Gráfico 24), os três grupos foram unânimes em responder afirmativamente (82,01%). Ou seja, mesmo que os policiais militares de cidades menores não tenham receios de andar fardado e de serem reconhecidos com policiais, todos têm medo de serem agredidos ou mortos por ação de um transgressor ao perceber que sua vítima é um policial.

Gráfico 24 - Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você tem receio de ser reconhecido como policial?” – Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

Outra questão importante relacionada ao risco intersocial é que, apesar de o policial se sentir em risco e de sofrer discriminação em razão da sua escolha profissional, ele é constantemente solicitado a intervir em ocorrências mesmo estando de folga e à paisana (76,37%). Em suma, pode-se afirmar baseado nas respostas que os policiais das cidades menores não se incomodam com o fato de serem reconhecidos como policiais e nem de andar fardado pois, segundo eles, todos já os conhecem e tais subterfúgios não seriam eficientes.

Ao contrário, na cidade de Belém, os policiais militares utilizam estratégias para restringir seus contatos sociais com pessoas de fora de seu círculo de amizade próximo, bem como esforçam-se para evitar seu reconhecimento quando fora de serviço.

Neste sentido um caso tornou-se emblemático. No ano de 2018 onde facções criminosas lutavam pelo domínio territorial na capital do estado com um número significativamente elevado de mortes de policiais militares, a sociedade e a Polícia Militar se sentiram acuadas. Uma das estratégias do comando da instituição foi de sugerir que os policiais dessem entrevistas para as redes de televisão afirmando que não tinham medo de sair às ruas a fim de tranquilizar a população e incentivar uma ação mais ofensiva por parte do restante dos policiais. O resultado foi que, mesmo recebendo ordens para tal, foram muitos os policiais (inclusive oficiais superiores) que se negaram a fazê-lo por medo de serem reconhecidos na folga e sofrerem retaliações dos transgressores.

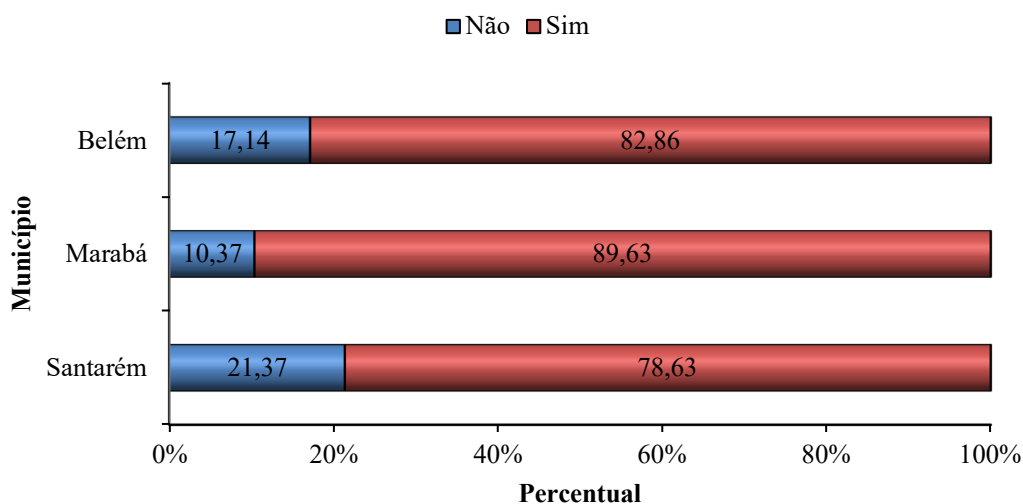
5.5 Os riscos voluntários

Os riscos voluntários são aqueles caracterizados pelos enfrentamentos que vão além dos deveres prescritos pela legislação. Eles se situam no limite da prudência onde, geralmente, a coragem, o destemor e o heroísmo são utilizados para justificá-los. Todo policial militar tem o dever legal de se arriscar a fim de proteger e salvar a vida do próximo. No entanto, por ser subjetivo, esse risco nível de assumido é muito difícil de mensurado e, principalmente, de ser justificado. Por exemplo, manuais de procedimentos policiais militares preconizam que não se deve abordar pessoas suspeitas em inferioridade numérica. A legislação de trânsito obriga os condutores a não ultrapassar certos limites de velocidade em vias urbanas e a utilizar o sentido correto nas vias de circulação. A descrição de tarefas e cargos diz que os militares do Corpo de Bombeiros devem resgatar pessoas e apagar incêndios.

Todavia, no mundo real não é incomum que policiais militares abordem, efetuem prisões, invadam habitações ou enfrentem incêndios muitas vezes sozinhos. Que perseguições a suspeitos fugitivos sejam realizadas em vias urbanas em velocidades e manobras surpreendentes e que, vez por outra, um policial militar se lance às águas de um rio na tentativa de salvar uma vítima.

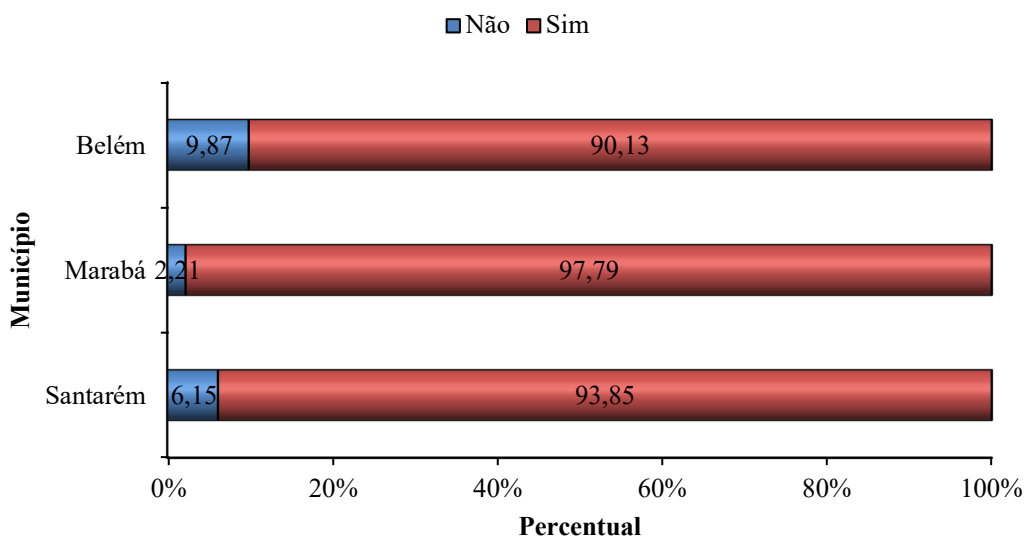
No questionário aplicado constavam em ordem aleatória seis perguntas sobre a percepção dos policiais militares a este tipo específico de risco. Quando perguntados se eles entrariam em uma casa em chamas para salvar uma vítima (Gráfico 25), ou arriscariam suas vidas para salvar outra pessoa (Gráfico 26) ou ainda, se pulariam em um rio para salvar uma pessoa que estivesse se afogando (Gráfico 27), em todos os municípios a maioria das repostas foi afirmativa.

Gráfico 25- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você entraria em uma casa em chamas para salvar alguém?” – Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



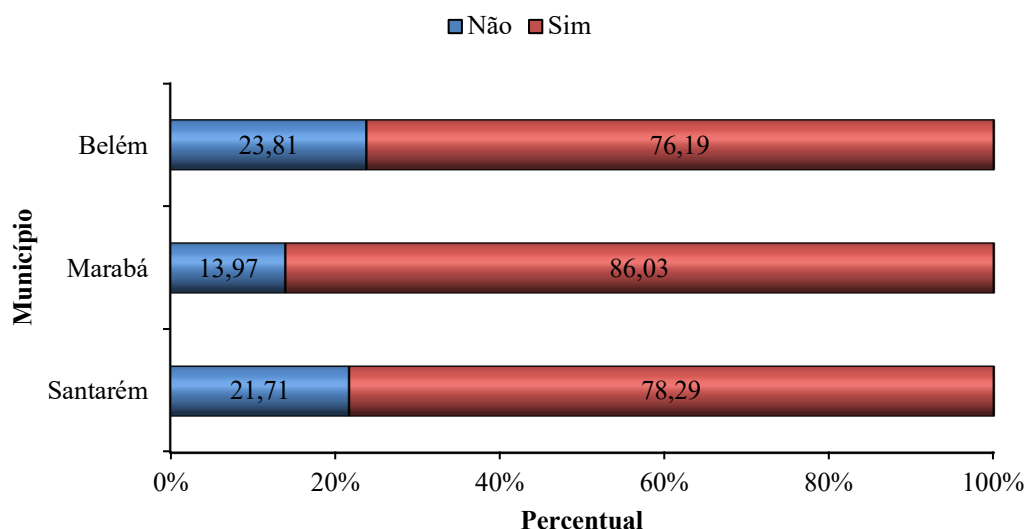
Fonte: Elaboração do autor (2021).

Gráfico 26- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você arriscaria sua vida para salvar outra pessoa?” – Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

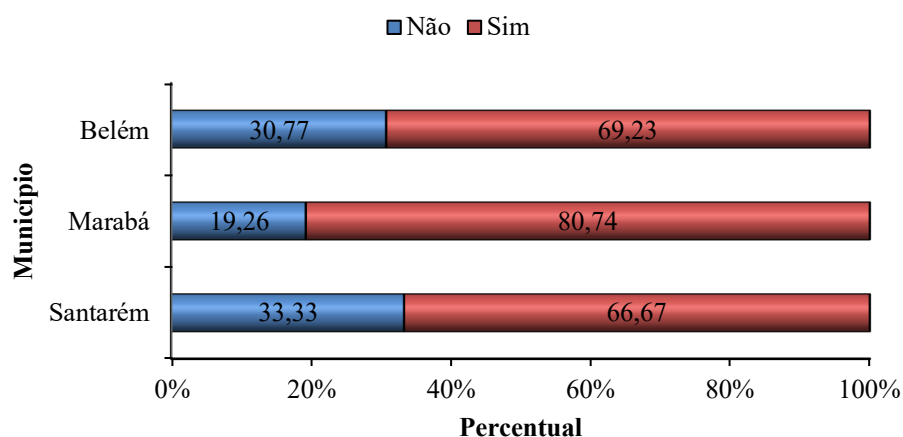
Gráfico 27- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você pularia em um rio para salvar uma pessoa que estivesse se afogando?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

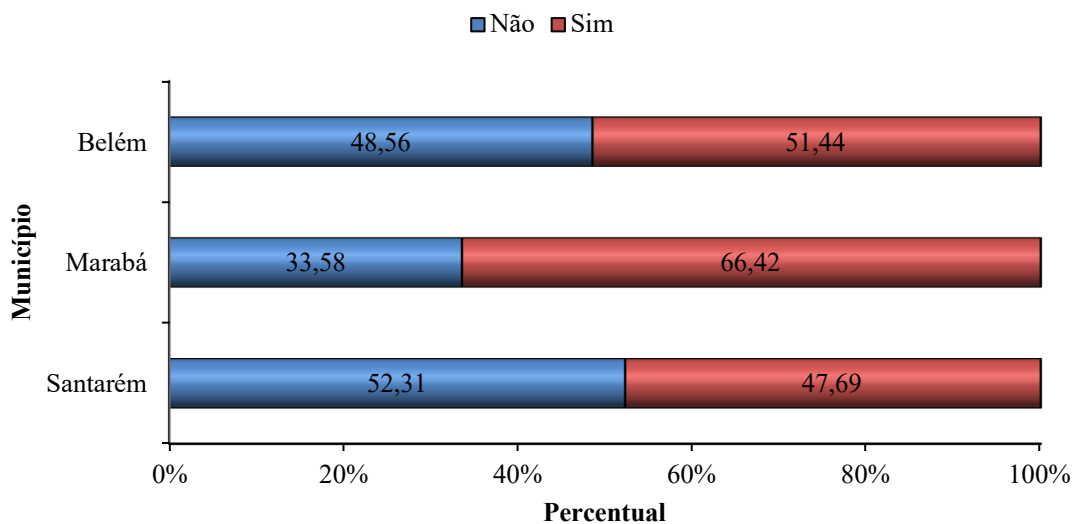
Na mesma direção foram as repostas dadas aos questionamentos se interviriam em um assalto mesmo estando de folga (Gráfico 28) e se entrariam em confronto armado contra um número superior de meliantes (Gráfico 29). Para ambas as perguntas, as respostas foram similares nos três municípios e a maioria afirmou que sim, arriscariam suas vidas.

Gráfico 28- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você interviria em um assalto mesmo estando de folga?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

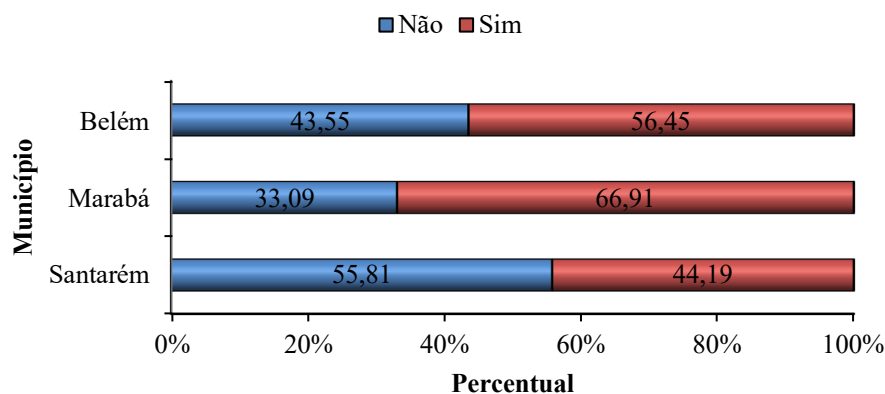
Gráfico 29- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você entraria em confronto armado contra um número superior de meliantes?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

Ao que parece, a maioria se exporia a um risco superior ao exigido legalmente na tentativa de proteger ou salvar uma vítima. A fim de desvelar se essa atitude seria realizada com o intuito de uma recompensa futura, foi perguntado se o policial militar cometeria um ato de bravura (entenda-se arriscar-se ao limite) para ser promovido (Gráfico 30).

Gráfico 30- Percentual de policiais militares da polícia militar do Pará, que atuam nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, referentes a resposta a questão “você cometeria um ato de bravura para serem promovidos?”– Pesquisa percepção dos riscos profissionais, 2021.



Fonte: Elaboração do autor (2021).

A partir do (Gráfico 30) percebe-se que apenas na cidade de Santarém a maioria dos respondentes não se arriscaria ao limite buscando uma possível medalha de bravura ou uma promoção. Mesmo assim, na média dos três municípios, 56,17% do total de respondentes estaria disposto a perder a vida em prol de uma recompensa e 51,36% deles o fariam sempre ou na maioria das vezes.

Resumindo, pode-se concluir que a percepção dos riscos intersociais variou bastante em função, principalmente, do tamanho da cidade onde o profissional atua. Em um grande núcleo urbano, como Belém, a maioria das respostas indica a utilização de estratégias para ocultar a escolha profissional em razão do receio de serem reconhecidos por infratores. Nas duas cidades menores, a maioria alegou que não adiantaria usar trajes civis ou esconder as identidades funcionais pois todos os reconhecem como policiais, estando ou não fardados. Mesmo assim, nas três cidades investigadas os policiais temem ser reconhecidos se forem vítimas de um assalto.

No que concerne à percepção dos riscos jurídicos, as respostas foram próximas nas três cidades indicando que superioridade dos respondentes tem receio de serem fiscalizados, punidos indevidamente, responder processos e de serem expulsos da PM. No entanto, somente em Belém a maioria dos policiais receia ser processado judicialmente, talvez, pela proximidade com a sede do Ministério Público Militar.

Quanto a percepção dos riscos voluntários, as repostas foram também próximas nas três cidades. A maioria dos respondentes arriscaria sua vida para proteger ou salvar alguém de um perigo, mesmo que isso resultasse em ferimento e até na sua morte. No entanto, em Belém e Marabá, a maioria ressaltou que cometeria tais atos de bravura para obter recompensas. Os riscos epidemiológicos pouco variaram com o ambiente laboral.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após anos de pesquisa, notou-se que grande parte dos estudos e investigações sobre os riscos que envolvem as atividades policiais fundamentam-se em uma “perspectiva técnico-científica”, onde instrumentos científicos são usados para monitorar, medir e calcular os riscos, apresentando-os como cálculo de probabilidades. Esta abordagem é limitante e deixa de observar os aspectos sociais e culturais que interferem na compreensão desse fenômeno.

A tradição acadêmica e institucional, de acordo com as leituras realizadas no decorrer deste trabalho, privilegia o estudo de um tipo particular de risco (que o autor optou por chamar de risco epidemiológico) que pode resultar em traumas físicos e morte do policial. Não há uma clara explicação para esse fato, mas, a importância dispensada pela mídia às mortes e lesões de policiais causadas em confrontos com transgressores e até mesmo o assassinato desses profissionais poderiam senão justificar, pelo menos explicar o porquê.

Contrariando esta cultura institucional existente, esta pesquisa investigou a percepção que os policiais militares que trabalham no serviço operacional em três cidades do Estado do Pará têm a respeito dos riscos a que estão sujeitos. Não só do risco de ser lesionado ou morrer, mas de vários outros. O assunto foi tratado de maneira científica (observando os preceitos acadêmicos com o objetivo de dar validade aos resultados), multidisciplinar (foram utilizados autores de diferentes áreas do conhecimento), histórica (mediante meticulosa pesquisa documental) e abrangente (por meio de ferramentas estatísticas) esmiuçando a percepção policial sobre os riscos que eles enfrentam diariamente, sob o olhar e com as palavras dos próprios atores.

A pesquisa que ora se encerra enfrentou algumas dificuldades, trouxe avanços e teve suas limitações. Durante o percurso desta investigação, não há dúvida que um dos maiores obstáculos enfrentados foi a precariedade dos dados relativos a mortes e ferimentos de policiais militares. Esta é uma queixa corriqueira de todos os pesquisadores que se debruçam sobre o assunto. Ao que parece, os governos de um modo geral e as polícias em particular, sentem-se desconfortáveis com a morte de policiais e, desta forma, pouco se esforçam no sentido de construir e manter um banco de dados preciso sobre tais eventos.

Ao longo dos quase cinco anos desta pesquisa e de outros que a antecederam, o autor fez parte de um grupo de policiais militares que tentou, com algum efeito, reunir, analisar, confrontar e produzir um banco de dados confiável e capaz de servir a pesquisas futuras com vistas a possibilitar o aparecimento de soluções que tornem a profissão mais segura.

Nesta direção, sugere-se o estudo, aplicação e cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Protocolo de Bogotá sobre a qualidade dos dados de homicídios, documento que foi criado em 2015 por organizações da sociedade civil e acadêmicos e que teve por objetivo aperfeiçoar a qualidade e a confiabilidade das estatísticas desses crimes. Mais ainda, a ideia geral contida no documento poderia ser generalizada para outros tipos de crimes e de ações que resultassem em ferimentos de policiais.

Outro desafio que merece referência foi a tentativa contínua de neutralizar a violência simbólica durante as interações com os sujeitos de pesquisa. O autor, como oficial superior da corporação, utilizou todos os artifícios acadêmicos disponíveis no sentido de reduzir a distância funcional que o separava de seus interlocutores, de enfatizar o aspecto acadêmico do trabalho e de garantir o anonimato. Para tanto, na medida do possível, utilizou trajes civis, realizou explicações detalhadas e demoradas sobre os resultados advindos daquela pesquisa, destacou o aspecto sigiloso e que não revelaria nomes, graduações ou patentes, ressaltou que não faria julgamentos técnicos, legais ou morais acerca das histórias narradas e opiniões ditas nas entrevistas e grupos focais.

O objetivo desse esforço foi proporcionar conforto e segurança nos entrevistados para que expusessem suas opiniões sem receios e fossem verdadeiros em suas falas, revelando e admitindo, por vezes, erros de conduta, falta de técnica e de conhecimento.

Na mesma medida foi o empenho para garantir a neutralidade dos resultados. Mesmo sabendo que é improvável ou mesmo impossível que um pesquisador se mantenha neutro, o autor foi diligente no sentido de não deixar que seus preconceitos, opiniões, julgamentos e preferências se sobressaíssem às dos policiais militares.

O assunto vitimização policial certamente não é novidade e, cada vez mais, surgem estudos acadêmicos sobre o tema. No entanto, grande parte deles entende que o policial é vítima apenas quando é morto ou ferido. Ainda são poucas as pesquisas sobre outros fatores que também vitimizam esses profissionais como a má qualidade do sono, a má alimentação, a violência simbólica, a discriminação, a precariedade de treinamento, a falta de atenção à saúde preventiva e ao treinamento físico, dentre outros. Essa escassez revela a oportunidade de um vasto campo de estudo.

Tendo esse entendimento como ponto de partida, esta pesquisa procurou avançar nesta temática, sobretudo, possibilitando insights para pesquisas futuras e deixando claro a amplitude da vitimização que assola os milicianos.

Ao estabelecer divisões “didáticas”, agrupar os riscos policiais e confrontar a percepção desses riscos levando em consideração o ambiente de trabalho, o autor entende que facilita a compreensão e o estudo do problema maior.

Sobretudo, o conteúdo aqui apresentado é um somatório de pesquisa acadêmica e uma vivência de quase trinta anos como policial militar.

Os perigos diários que são enfrentados pelos policiais são diversos, multifacetados e, principalmente, inesperados. A exposição a esses perigos, isto é, o risco, é fenômeno complexo que está intimamente ligado à percepção pessoal que cada profissional tem do que é perigo. O estudo do trabalho policial com ênfase nesse enfrentamento pode e deve ser feito multidisciplinarmente. Esta pesquisa limitou-se a dar conta de apenas um viés desse problema e, de maneira alguma esgota a gama de possibilidades, além de outras que surgem a partir dela.

Ao longo percurso percebeu-se que os policiais militares, de um modo geral, possuem sentimentos conflitantes em relação à Polícia Militar. Adoram ser policiais quando são vistos como “heróis” após uma ação bem-sucedida. Odeiam a Polícia Militar quando são “tratados injustamente” pela corporação ou pela sociedade. Idolatram a farda quando são aplaudidos e execram a corporação ao deixar a família nas datas festivas em razão de viagens ou serviços. E em geral, fazem tudo isso ao mesmo tempo.

O perfil do policial militar que interessou a este estudo não foi aquele das tropas ditas “especiais”, cheios de cursos e com treinamento diário. Da mesma forma não foram entrevistados oficiais de alta patente cuja missão principal é planejar e definir estratégias. Foram entrevistados e responderam aos questionários aqueles que diariamente estão (ou que estiveram) nas ruas executando o policiamento e, portanto, mais expostos aos riscos da profissão.

Os resultados encontrados com a finalidade de responder às perguntas que deram origem a esta pesquisa: a) quais os tipos de riscos profissionais são percebidos pelos policiais militares que trabalham nas cidades de Belém, Marabá e Santarém? b) Policiais militares que atuam nas cidades de Belém, Marabá e Santarém percebem os riscos epidemiológicos da mesma forma?; c) policiais militares que atuam nas cidades de Belém, Marabá e Santarém percebem os riscos jurídicos da mesma forma? d) policiais militares que atuam nas cidades de Belém, Marabá e Santarém percebem os riscos voluntários da mesma forma? e e) policiais militares que atuam nas cidades de Belém, Marabá e Santarém percebem os riscos intersociais da mesma forma?

Evidenciam que a percepção de risco varia de acordo com o seu local de trabalho e que os riscos profissionais podem ser agrupados didaticamente em quatro grupos.

Por meio dos resultados encontrados pode-se **comprovar a primeira hipótese** proposta inicialmente de os policiais militares que trabalham nas cidades de Belém, Marabá e Santarém realmente percebem riscos profissionais que podem ser agrupados em a) riscos epidemiológicos; b) riscos jurídicos; c) riscos voluntários e d) riscos intersociais. Tal evidência foi destacada principalmente nas falas de policiais nos Grupos Focais e nas entrevistas quando perguntados ou incitados a comentar sobre os perigos que enfrentam nos seus cotidianos.

A **segunda hipótese** de que a percepção dos riscos epidemiológicos, jurídicos, voluntários e intersociais varia em função do local onde o policial trabalha mostrou-se **também verdadeira**, mesmo que alguns tenham apresentado mais variações que outros, atingindo, desta sorte o **objetivo geral** proposto que foi de identificar se os policiais militares que trabalham nas cidades de Belém, Marabá e Santarém percebem igualmente os riscos profissionais que enfrentam.

Na esteira do referencial teórico utilizado e dos resultados encontrados, atingiu-se também os sete **objetivos específicos**.

Os riscos profissionais sob a ótica dos policiais militares foram definidos como a exposição do profissional aos perigos relacionados diretamente ou não a prática diária do policiamento, não se limitando ao turno de serviço. Tais riscos se apresentam desde a entrada na corporação e se estendem até o fim da vida do policial já que, como mencionado, o indivíduo sempre terá grudado em si o adjetivo “policial militar” e será reconhecido como policial militar da ativa, policial militar da reserva, ex-policial militar ou policial militar reformado.

Os riscos também foram identificados e agrupados didaticamente em quatro grandes grupos que contemplam os perigos enfrentados pelos milicianos.

Os riscos epidemiológicos são, de maneira geral, aqueles eventos mais facilmente observáveis e quantificáveis e considerados típicos da profissão policial e densamente ligados à sua prática. Constam do imaginário de policiais, da mídia e da população como sendo os maiores e mais frequentes riscos a que um policial estaria sujeito e se materializam em diversas subcategorias que congregam os riscos de acidentes, de lesões, mortes, de contaminação, de adoecimento etc.

Os riscos jurídicos são aqueles que o policial militar enfrenta no transcurso da sua vida profissional relacionados a sua responsabilização legal em função das suas ações ou omissões. Estão frequentemente associados à alguma forma de tomada de decisão e podem gerar como consequências sanções administrativas, penais e, até mesmo, a exclusão da instituição.

Os riscos intersociais são aqueles diretamente ligados a escolha profissional do indivíduo e que dizem respeito a interação do policial militar com o seu meio social, como a

família, amigos, vizinhos, comunidades, grupos sociais diversos e com o público-alvo atingido pelos seus serviços profissionais: o transgressor da lei.

Finalmente, os riscos voluntários são aqueles caracterizados pelos enfrentamentos que vão além dos deveres prescritos pela legislação. Eles se situam no limite da prudência onde, geralmente, a coragem, o destemor e o heroísmo são utilizados para justificá-los.

A relação entre os riscos e a vitimização policial tornou-se bastante óbvia na medida em que os policiais são vitimizados por fatores de exposição aos perigos relacionados à atividade policial, ou seja, ao risco.

Concernente a percepção dos riscos intersociais, ela variou bastante. Na cidade de Belém, um grande núcleo urbano e município mais populoso do estado, a maioria dos policiais militares utilizam estratégias para se “camuflar” e encobrir sua identidade. Eles não se sentem confortáveis e nem seguros ao se apresentarem como policiais em seus dias livres e horários de folga. Temem ser reconhecidos na sua folga por aqueles que, dias antes durante o serviço, prenderam ou abordarem. Escondem sua farda, limitam seu círculo de amizades, evitam sair de casa fardado e não utilizam o transporte público.

Nas cidades de Santarém e Marabá, a maioria dos policiais não utiliza tais estratégias por saberem que, como vivem em cidades pequenas, a maioria da população os conhece e não adiantaria vestir trajes civis. No entanto, como os da capital, adotam formas de reduzir sua exposição desnecessária como não utilizar o transporte público.

O ponto comum nas três cidades é que a maioria dos policiais temem ser reconhecidos como policiais se forem vítimas de um assalto.

Ao analisar a percepção dos riscos voluntários, as respostas foram muito próximas nas três cidades. A maioria dos respondentes entraria em uma casa pegando fogo, pularia num rio para salvar alguém que estivesse se afogando, interviria em um assalto mesmo estando de folga e arriscaria sua vida para proteger ou salvar alguém de um perigo. Grande parte desse comportamento observado se deve aos valores cultuados pelas polícias de um modo geral que incentivam, louvam e premiam a coragem e a bravura pessoal.

O ponto discordante deu-se na possível recompensa advinda desses atos de bravura. Em Belém e Marabá, a maioria ressaltou que cometeria um ato de bravura, isto é, que se colocaria frente a um risco extremo de se ferir ou perder a vida para obter como recompensa uma medalha (que lhe garante honra, fama e pontos para as promoções) ou uma promoção ao posto superior (que lhe garante vantagens pecuniárias). Ademais, nessas duas cidades, a maioria das respostas acenou positivamente ante a possibilidade de entrar em confronto armado com um número superior de meliantes.

Relativo à percepção dos riscos jurídicos, as respostas também foram muito próximas. A maioria dos respondentes nas três cidades afirmou que tem receio de responder um processo administrativo ou a uma sindicância, que não gostariam de ser fiscalizados pela corregedoria da PM ou pelo Ministério Público, que temem ser expulsos da PM ou ser punidos indevidamente. No entanto, somente em Belém a maioria dos policiais receia ser processado judicialmente, talvez, pela proximidade com a sede do Ministério Público Militar.

Quanto aos riscos epidemiológicos, estes tiveram pouca variação com o ambiente laboral. A maioria das respostas, nas três cidades, indica que eles têm receio de serem contaminados por vírus, bactéria ou outro agente patológico, temem ser lesionados durante uma abordagem ou levar um tiro no serviço, preocupam-se quanto ao fato de algumas condições laborais causarem ou agravarem doenças, eles não utilizam cinto de segurança nas viaturas, mas, contraditoriamente, a maioria também alega que tem medo de sofrer um acidente de trânsito.

É utopia achar que há alguma maneira de cessar os riscos profissionais a que estão sujeitos os policiais pois, o enfrentamento do perigo é quase uma condicionante do trabalho policial. No entanto, de acordo com os resultados desta pesquisa, percebe-se que alguns deles podem ser reduzidos.

Os acidentes de trânsito, por exemplo, constituem uma das maiores causas de mortes de policiais da ativa não só no Estado do Pará como nas polícias brasileiras de um modo geral. Os resultados aqui apresentados sugerem que a maioria dos policiais não usam o cinto de segurança o que, certamente, poderia evitar, senão minimizar, os danos causados por acidentes. Dessa forma, estudos poderiam ser realizados no sentido de compreender tal comportamento que, como afirmou-se contraria a lógica de sobrevivência. O entendimento e a posterior explicação do fenômeno serviriam de base para que o comando da corporação pudesse agir de forma a diminuir o número de mortes entre os policiais.

Outro assunto que poderia ser aprofundado são os riscos intersociais e sua estreita relação com as mortes de policiais de folga. Sabe-se que, em média, de cada quatro policiais mortos, três o são quando estão fora de serviço. Esta é uma questão grave e que precisa ser enfrentada com urgência. Qualquer solução duradoura e eficaz somente surgirá após a compreensão dos porquês.

Poucas são as profissões que tem a morte como hipótese de trabalho de uma maneira tão contundente quanto o trabalho policial. Escolher ser policial é aceitar voluntariamente ingressar em um mundo diferente, repleto de brutalidade, crueldade e selvageria onde, em uma tautologia incorrigível, homens cruéis agem de forma violenta. É consentir espontaneamente

as mutações pessoais que isso acarreta e o risco sempre presente de ser morto ou ferido no corpo e/ou no espírito. É aceitar de plena vontade a metamorfose imprescindível e absolutamente necessária para se locomover nesse cenário sem ser devastado no processo.

O policial que vivencia cotidianamente a violência será sempre um homem diferente daquele jovem que vestiu a farda pela primeira vez. Ser policial, em suma, é se dedicar inteiramente a defesa do cidadão, mesmo com o sacrifício da própria vida.

Se hoje a sociedade goza da liberdade para ir ao shopping, de sair às ruas à noite, de passear com a família nos finais de semana, esta depende, sobremaneira, da coragem de homens e mulheres que aceitam e se voluntariam para essa transformação, às vezes, fatal.

Como palavras finais, ressalta-se que, se a maioria dos brasileiros dorme em segurança, é porque homens e mulheres dedicam suas vidas a algo maior do que elas. Exercem a nobre missão de estar acordados e vigilantes enquanto os outros repousam. Todos eles, os policiais, são, em última análise, a barreira de defesa que afasta a barbárie da vida em sociedade. Descontinuando o interesse pelo modo como eles vivem, trabalham, arriscam suas vidas e morrem, não se pode ajuda-los. Indo além, mesmo que a morte seja uma hipótese verossímil no trabalho policial, ela certamente poderá ser minimizada com investimentos adequados, treinamentos específicos e com estratégias de conscientização de que, ao ferir um policial, a sociedade como um todo sinta-se igualmente atingida.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, John. **Risco**. São Paulo: Editora SENAC, 2009.
- ALMEIDA, Luiz Guilherme Veiga. **Ritual, risco e arte circense: o homem em situações-limite**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.
- ALVES, Marcus Vinicius de Castro. **Relatório de policiais militares feridos na PMPA no período de 2010 a 2020**. [S.l.:s.n.],2021.
- AREOSA, João. **O risco no âmbito da teoria social**. 2008. Disponível em: <http://historico.aps.pt/vicongresso/pdfs/323.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.
- ASHCROFT, Frances M. **Life at the extremes: the science of survival**. London: Harper Collins, 2001.
- AZEVEDO, Edvan Manoel; FERRAZ, Almir de França; ALVES, Carlos de Aquino; LIMA, Graciano Moura; SILVA, Lucas Gomes. Análise da qualidade de vida e do nível de atividade física dos policiais militares do comando geral da polícia militar de Mato Grosso para prevenção de doenças. **Revista de Administração do Sul do Pará (REASP)**, v. 3, n. 2, p. 14-31, maio/ago./ 2016.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BASSALO, Fabricio Silva; MELLO, Cesar Mauricio de Abreu. Análise da vitimização de policiais militares por homicídio, latrocínio e confronto: Pará, 2017. *In*: RAMOS, Edson Marcos Leal *et al.* (org.). **Segurança e defesa: cidades, criminalidades, tecnologias e diversidades**. Cabo Verde: Uni-CV, 2019. v. 2. p. 49-61.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BERNARDO, Valdeni Manoel *et al.* Efeitos do trabalho em turnos na qualidade do sono de policiais: uma revisão sistemática. **Revista Cubana de Medicina Militar**, v. 44, n. 3, p. 334-345, 2015.
- BERNARDO, Valdeni Manoel *et al.* Atividade física e qualidade de sono em policiais militares. **Rev Bras Ciênc Esporte**, v. 40, n. 2, p. 131-137, 2018.
- BERNSTEIN, Peter L. **Desafio dos deuses: a fascinante história do risco**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- BITENCOURT, Antônio B. O. de; ALMEIDA, Francis M. Da semelhança à peculiaridade: algumas transformações nas interpretações sobre o risco desde a idade média à modernidade tardia. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 13, n 37, p. 95-103, abr. 2014. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>. Acesso em: jan. 2018.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho Policial**. Trad. Ana Luisa Amêndola Pinheiro. EDUSP: São Paulo, 2003.

BLEY, Juliana Zilli. **Comportamento seguro: a psicologia da segurança no trabalho e a educação para a prevenção de doenças e acidentes**. 2. ed. Curitiba: Sol, 2007.

BOLFARINE, Heleno. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Editora Blucher, 2005.

BONNA, Mauro Cezar Klautau; VASCONCELOS, Elizabeth Mendonça. **Marabá, Sul e Sudeste do Pará: guia das Regiões do Estado do Pará**. Belém: Editora Verde, 2011.

BONNA, Mauro Cezar Klautau; VASCONCELOS, Elizabeth Mendonça. **Belém do Pará: guia Grande Belém do Grão-Pará**. Belém: Editora Verde, 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações - CBO**. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>. Acesso em: 19 mar. 2019. 2021.

BRASIL. **Código Penal Militar**. 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm. Acesso em: 5 dez. 2020.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **O cinto de segurança salva vidas, use sempre**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/o-cinto-de-seguranca-salva-vidas-use-sempre>. Acesso em: 4 jul. 2021.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRUSEKE, Franz Josef. Risco e contingência. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, v. 22, n. 63, p. 69-80, 2007, Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=173:rbc-63&catid=69:rbc&Itemid=399. Acesso em: 10 mar. 2017.

BURROWS, Colin. Critical decision making by police firearms officers: a review of officer perception, response, and reaction. **Advance Acces Publication**, p.273-283, 2007.

BOLFARINE, BUSSAB, W. O. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Editora Blücher, 2005.

BUSSAB, W.; MORETIN, P. **Estatística básica**. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2017.

CAMPOS, Juarez de Queiroz *et al.* **Saúde e pesquisa quantitativa**. São Paulo: Jotacê, 2001.

CAROCHINHO, José-Antônio. **O conceito de percepção do risco: contributo da psicologia social**. 2011. Disponível em: http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/4296/o_conceito_de_percecao_do_risco.pdf?sequence=1. 2011. Acesso em: 19 nov. 2018.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008. p. 295-316.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; SOARES, Rodrigo R. **Custo de bem-estar da violência letal no Brasil e desigualdades regionais, educacionais e de gênero**. [S.l.]: IPEA. 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/120/custo-de-bem-estar-da-violencia-letal-no-brasil-e-desigualdades-regionais-educacionais-e-de-genero> . Acesso em: 25 mar. 2021.

CHAVES, Kátia Vanessa Coutinho; DUARTE, Erika Natalie Pereira Miralha; MELLO, Cesar Mauricio de Abreu. Quando a polícia sangra: análise das mortes violentas de policiais militares na Região Metropolitana de Belém e 2017 e estratégias para redução de tais ocorrências. *In*: RAMOS, Edson Marcos Leal *et al.* (org.). **Segurança e defesa: cidades, criminalidades, tecnologias e diversidades**. Cabo Verde: Uni-CV, 2019. v. 2. p. 49-61.

CLINE, Preston B. **The etymology of risk**. 2004. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.112.3920&rep=rep1&type=pdf> . Acesso em: 10 abr. 2020.

COELHO, Geraldo Mártires. Nas origens de Santa Maria de Belém do Grão-Pará e da Amazônia. *In*: BONNA, Mauro Cezar Klautau; VASCONCELOS, Elizabeth Mendonça **Belém do Pará: guia Grande Belém do Grão-Pará**. Belém: Editora Verde, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE - CNT. **Pesquisa de rodovias 2019**. Disponível em: <https://pesquisarodovias.cnt.org.br>. Acesso em: 13 ago. 2019-2021.

CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vividos por policiais civis: estudo comparativo em dois municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Convención Internacional de salud pública**. 2012. Disponível em: <http://www.convencionsalud2012.sld.cu/index.php/convencionsalud/2012/paper/view/574>. Acesso em: 12 mar. 2018.

CONSTANTINO, Patrícia; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto; CORREIA, Bruna Soares Chaves. Percepção do risco entre policiais civis de diferentes territórios do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro: ABRASCO, v.18, n. 3, p. 645-655, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: mar. 2019.

COSTA, Erika do Socorro Silva *et al.* Vitimização policial militar: uma análise socioeconômica e situacional de mortes violentas na Grande Belém (2015 a maio de 2018). *In*: RAMOS, Edson Marcos Leal *et al.* (org.). **Segurança e defesa: cidades, criminalidades, tecnologias e diversidades**. Cabo Verde: Uni-CV, 2019. v. 2. p. 49-61.

CUNHA JUNIOR, Odilon. Percepção de riscos. *In*: BLEY, Juliana Zilli. **Comportamento seguro: a psicologia da segurança no trabalho e a educação para a prevenção de doenças e acidentes**. 2. ed. Curitiba: Sol, 2007. p. 103-116.

DAHLBERG, Linda L; KRUG, Etienne G. **Violência: um problema global de saúde pública**. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jGnr6ZsLtwkhvdkrdfhpcdw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

DAL-FARRA, Rossano André Paulo; LOPES, Tadeu Campos. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. **Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP**, v. 24, n. 3, p. 67-80, set./dez. 2013. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2698>. Acesso em: 10 nov. 2018.

DI GIULIO, Gabriela Marques *et al.* Percepção de risco: um campo de interesse para a interface ambiente, saúde e sustentabilidade. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1217-1231, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000401217&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 nov. 2018.

DOUGLAS, Mary. **Risk and blame: essays in cultural theory**. London and New York: Routledge, 1992.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers**. London: University of California Press, 1982.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risco e cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DROR, Itiel E. Perception of risk and the decision to use force. **Oxford University Press**, v.1; n. 3; p.265-272, 2007. Disponível em: <http://policing.oxfordjournals.org/content/1/3/265.full.pdf+html>. Acesso em: 11 fev. 2018.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 24. p. 213-225. 2004.

DUARTE, Erika Natalie Pereira Miralha. **O risco não cessa quando o turno termina: um estudo sobre a morte de policiais militares fora do serviço**. 2019. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2017/201705%20-%20DUARTE.pdf

DUARTE, Erika Natalie Pereira Miralha; MELLO, Cesar Mauricio de Abreu; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Onde a PM sangra: caracterização espacial das mortes de policiais militares nos municípios de Belém e Ananindeua (2011-2017). *In: RAMOS et al.* (org.). **Segurança e defesa: cidades, criminalidades, tecnologias e diversidades**. Cabo Verde: Uni-CV, 2019 . v. 2. p. 49-61.

ELIAS, N. **Os Alemães, a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRAGA, Cristina K. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 6, dez. 2006. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/1033/812. Acesso em: 12 mar. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. Anuário brasileiro de segurança pública. 12. ed. São Paulo: FBSP, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública**. 13. ed. São Paulo: FBSP, 2021.

FRAGA, Cristina K. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 6, dez. 2006. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/1033/812. Acesso em: 5 mar. 2018.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISA - FAPESPA. **Anuário estatístico do Pará 2020**: população total e estimativas populacionais, Pará e municípios - 2016 a 2020. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2020/tabelas/demografia/tab-1.1-populacao-total-e-estimativas-populacionais-2016-a-2020.htm>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GABARDINO, Sérgio *et al.* Sleep quality among police officers: implications and insights from a systematic review and meta-analysis of the literature. **International Journal of Environmental Research and Public Health**. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/16/5/885/htm>. Acesso em: 5 mar. 2020.

GARDNER, Dan. **Risco**: a ciência e a política do medo. Rio de Janeiro: Odisseia, 2009.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-87.

GATTI, Bernadete. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília, DF: Líber Livro, 2005.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

GLOBO. **Mortes e casos de coronavírus nos municípios brasileiros**. 2021. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/2021/mapa-cidades-brasil-mortes-covid/pa/santarem>. Acesso em: 25 ago. 2021.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GOYA, Michel. **Sob fogo**: a morte como hipótese de trabalho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016

GOMES, Alberto Albuquerque. Apontamentos sobre a pesquisa em educação: usos e possibilidades do grupo focal. **EccoS revista científica**. v. 7, n. 2. 2005. p. 275-290. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71570203>. Acesso em: 19 dez. 2017.

GRANJO, Paulo. Quando o conceito de risco se torna perigoso. **Revista Analise Social**. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. 181, p. 1167-1179, 2006. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=16. Acesso em: 12 out. 2014.

GROSSMAN, Dave. **Matar**: um estudo sobre o ato de matar e o preço cobrado do combatente e da sociedade. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2007.

GROSSMAN, Dave. **On combat**: the psychology and physiology of deadly conflict in war and in peace. USA: Warrior Science Publications, 2004.

HAYES, Michael V. On the epistemology of risk: language, logic and social science. **Social Science and Medicine**. n. 35, v. 4, p. 401-407, 1992.

HUCZYNSKI, A.A; BUCHANAN, D.A. **Organizational Behaviour**: an introductory text. 2nd Ed. [S.l.]: Prentice Hall (UK) Ltd. 1991. p. 436- 466.

IBGE. 2021. **Estimativas populacionais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; FBSP. Fórum brasileiro de segurança pública. **Atlas da Violência**, 2020.

JESUS, G. M.; JESUS E. F. Nível de atividade física e barreiras percebidas para a prática de atividades físicas entre policiais militares. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 433-448, abr./jun. 2012.

LA MENDOLA, S. O sentido do risco. **Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n. 2, 59-91, 2005.

LE BRETON, David. **Passions du risque**. Paris: Métailié, 1991.

LIMEIRA, Marcio Luiz da Costa. DONATO, Roberto dos Santos. Análise dos acidentes de trânsito com mortes de policiais militares em serviço, no Rio Grande do Sul – de 2006 a 2016. **Produto & Produção**, v. 19, n. 3, p. 42-61, 2018.

LOBATO, Mateus Monteiro; EMMI, Marília Ferreira. Migração na fronteira: um encontro de trajetórias sociais em Marabá- Pará. **Revista Caminhos da Geografia**, 2013. Online.

LUHMANN, Niklas. **Risk**: a sociological theory. New York: Aldine de Gruyter, 1993.

LUIZ, Olinda do Carmo; COHN, Amélia. Sociedade de risco e risco epidemiológico. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 2339-2348, nov. 2006.

LUPTON, Deborah. **Risk**. New York: Routledge, 2013.

LYNG, Stephen. **Edgework**: the sociology of risk taking. New York: 2005.

MARINS, E. F.; VECCHIO, F. B. Programa patrulha da saúde: indicadores de saúde em policiais rodoviários federais, **Sci. Med.**, v. 27, n. 2, p. 2-10, 2017.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. **Sobre o Sacrifício**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MELLO, Cesar Maurício de Abreu; ALVES, Marcos Vinicius de Castro; MONTEIRO, Vanessa Ferreira; LIMA, Ildean Lopes. **Relatório de mortalidade policial militar (1997-2018)**, 2018.

MELLO, Cesar Mauricio de Abreu; DUARTE, Erika Natalie Pereira Miralha; ROCHA, Helton Pinheiro. Um comparativo sobre a utilização da arma de fogo na folga pelos policiais militares do batalhão de polícia de choque e batalhão de policiamento tático da PMPA. *In*: RAMOS, Edson Marcos Leal *et al.* (org.). **Segurança e defesa: cidades, criminalidades, tecnologias e diversidades**. Cabo Verde: Uni-CV, 2019. v.4. p. 49-61.

MELLO, Cesar Mauricio de Abreu. **Mesmo com o sacrifício da própria vida: a multiplicidade dos riscos da profissão Policial Militar**. Orientadora: Fernanda Valli Nummer. 2015. 75 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MELLO, Cesar Mauricio de Abreu; NUMMER, Fernanda Valli. **Policial militar: uma profissão de riscos**. 2014. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401917965_ARQUIVO_ArtigoRBA2014CesareFernanda.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

MELLO, Cesar Mauricio de Abreu; NUMMER, Fernanda Valli. A questão do risco na profissão policial militar: avanços e desafios. *In*: FRANÇA, Fábio Gomes de; SANTOS, Carlos Eduardo Batista. (org.). **Estudos em segurança pública: direitos humanos, polícia e violência**. João Pessoa: Ideia, 2015, v. 1. p. 177-196.

MENDES, Felismina. Risco: um conceito do passado que colonizou o presente. **Revista Promoção da Saúde**, v. 20, n. 02. Jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/2-05-2002.pdf. Acesso em: 4 set. 2014.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial civil**. Garamond, Rio de Janeiro, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. 2007, vol.23, n.11, p. 2767-2779. ISSN 0102-311X. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007001100024&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: out. 2018.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; CONSTANTINO, P. (coord.). Jornada de trabalho. *In*: **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. p. 117-126. Online.

MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; OLIVEIRA, R.V.C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro. (RJ, Brasil). **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, abr. 2011.

MONJARDET, D. **O que faz a polícia: sociologia da força pública**. São Paulo: Edusp, 2002.

MOREIRA, Matheus; PICOLO, Thiago. PMs sofrem com suicídios e transtornos mentais sem apoio da corporação. **Revista Exame** 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/pms-sofrem-com-suicidios-e-transtornos-mentais-sem-apoio-da-corporacao>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MUCHEMBLED, Robert. **A história da violência**: do fim da idade média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.

MUNIZ, J. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser**: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro. 1999. 289 f. Tese. (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro 1999.

NEVES, Eduardo Borba; MELLO, Márcia Gomide da Silva. O risco da profissão militar na cidade do Rio de Janeiro em "tempo de paz": a percepção da tropa. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, 2009.

OFICER DOWN MEMORIAL PAGE - ODMP. 2018. Disponível em: <https://www.odmp.org/search/year/2018>. Acesso em: 10 fev. 2020

OLIVEIRA, K.L.; SANTOS, L.M. Percepção da saúde mental em policiais militares da Força Tática e da rua. **Sociologias**, v. 12, n. 25, dez. 2010.

OLIVEIRA, M. L. C. *et al.* A saúde da tropa: um diagnóstico sobre o índice de massa corporal do efetivo da Companhia independente de operações especiais da polícia militar do Estado do Pará. **Segurança e Defesa**: cidade, criminalidade, tecnologia e diversidade, Edições Uni-CV, Praia – Cabo Verde, v. 3, n. 1, p. 119-128, set. 2018.

OLIVEIRA, Mario Luiz Cardoso. **Condições de saúde física dos policiais militares do serviço operacional da Região Metropolitana de Belém**. Orientador: Rodolfo Gomes do Nascimento. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

OLIVEIRA NETO, Sandoval Bittencourt. **Sangue nos olhos**: sociologia da letalidade policial no Estado do Pará. 2020. 397 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2020.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PARA. Polícia Militar do Pará. **Diretriz geral de emprego operacional da polícia militar do Pará**. 2014

PARA. Lei Nº 5.251, de 31 de julho 1985. **Estatuto dos policiais militares da PMPA**. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/leiestadual5251.85pa.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social**. Curitiba: Juruá, 2014.

PETIT, Pere. Marabá: tempo presente e história. *In*: BONNA, Mauro Cezar Klautau; VASCONCELOS, Elizabeth Mendonça de. **Guia de Marabá e das regiões sul e sudeste do Pará (2011-2012)**. Belém: Editora Verde, 2012.

PINTO, Joseli do Nascimento *et al.* Avaliação do sono em um grupo de policiais militares de elite. **Acta Paul Enferm**, v. 31, n. 2, p. 153- 61, 2018.

PITHON, Karla Rocha *et al.* **Sonolência e qualidade do sono em policiais militares**. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305199753_SONOLENCIA_E_QUALIDADE_DO_SONO_EM_POLICIAIS_MILITARES. Acesso em: 13 mar. 2020.

PORTAL G1. **Monitor da violência**. Dados de 2020. Disponível em: http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/mortes-violentas-no-brasil/#/dados-mensais-2020?mes_2020=consolidado&estado=PA&crime=Todos%20os%20crimes%20violentos. Acesso em: 1 jun. 2021.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Análise de risco nos locais de trabalho: conhecer para transformar. **Cadernos de saúde do trabalhador**. 2000. Disponível em: http://zeroacidentes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/caderno3_analise_de_risco.pdf. Acesso em: 21 jan. 2017.

REGATEIRO, Hugo Alexandre Santos; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; SOUZA, Joyce Gama. **Como obter o índice de criminalidade média bayseana duplamente ponderada Padronizada por municípios**. Belém: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal do Pará, 2021.

REGATEIRO, Hugo Alexandre Santos. **Avaliação da criminalidade em Belém e no Estado do Pará**. Orientador: Edson Marcos Leal Soares Ramos. 2021. 274 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública)– Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em: https://www.ppgsp.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2019/201913%20-%20REGATEIRO.pdf. Acesso em: 21 jan. 2017.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

RENN, Ortwin. Concepts of risk. *In*: KRIMSKY, Shelson; GOLDIN, Dominic. (ed.). **Social theories of risk**. Wesport: Praeger Publishers, 1992. p. 53-79.

RENOUARD, Franck; CHARRIER, Jean-Gabriel. **Em busca do elo fraco: iniciação aos fatores humanos**. VM Cultural Editora: São Paulo, 2013.

ROCHA, H. P. **Um estudo comparativo sobre a utilização da arma de fogo na folga pelos policiais militares do Batalhão de Polícia de Choque e Batalhão de Policiamento Tático da PMPA**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização), Instituto de Segurança Pública do Pará, Marituba, PA, 2018.

SANTOS, Nuno; ROXO, Maria José; NEVES, Bruno. O papel da percepção no estudo dos riscos naturais. *In*: COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, 11., 2008, Madrid. **Coloquio**. [...]. Madri, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/251754388_O_papel_da_percepcao_no_estudo_dos_riscos_naturais. Acesso em: 10 nov. 2019.

SANTOS, Paulo Rodrigues. **Tapaiulândia**. 4. ed. Santarém: ICBS/IOE. 2019.

SEBEN, Lucia Simões. **Avaliação psicossocial: psicologia aplicada à segurança no trabalho**. São Paulo: Vetor, 2018.

SIDDLE, Bruce K. **Sharpening the warrior's edge**. Belleville: PPCT Research Publications. 1995.

SILVA, Carlos Eduardo Bilóia. **Comportamento de autoproteção policial**: estratégias de ações de segurança pública por meio de seminários promovidos pela Polícia Militar do Estado do Pará. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Instituto de Ensino e Segurança do Pará. Marituba, PA, 2017.

SILVA, Jorge. **PMs**: a sina dos algozes-vítimas. Rio de Janeiro: Altadena, 2020.

SILVA, P. M. D. **A geografia do crime**: crimes violentos letais intencionais (CVLI) em João Pessoa-PB, entre 2015-2018. Paraíba: UFPB, 2019.

SKINNER, Frederick Burrus. **Sobre o Behaviorismo**. Trad. M.P. Villalobos. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

SPODE, Charlotte Beatriz; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos capitães da polícia militar. **Psicologia reflexão e crítica**, Porto Alegre. v.19, n. 3, p. 362-370, 2006. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/20312?show=full>. Acesso em: dez. 2018.

SZABÓ, Ilona; RISSO, Melina. **Segurança pública**: para virar o jogo. São Paulo: ZAHAR,.Disponível em arquivo kindle. 2018. Ebook.

WB - World Bank. **Intencional Homicides (per 100.000 people)**. 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/VC.IHR.PSRC.P5?end=2018&start=2002>. Acesso em: 13 abr. 2021.

WHO - World Health Organization. Global consultation on violence and health. **Violence**: a public health priority. 1996. Disponível em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/introduction.pdf . Acesso em: 13 ago. 2021.

VEYRET, Yvette. **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

ZANIRATO, Silvia Helena *et al.* Sentidos do risco: interpretações teóricas. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v.13, n. 785, maio, 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-785.htm>. Acesso em: 13 dez. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Formulário de identificação para os Grupos Focais

- 1- Nome (opcional): Idade: Sexo: Estado Civil: Escolaridade:
- 2- Possui quantos filhos? Endereço residencial (rua/bairro):
- 3- Peso: Altura:
- 4- Pratica atividades físicas regulares? Quais?
- 5- Pratica regularmente algum tipo de arte marcial ou luta? Qual? Há quantos anos?
- 6- Considera seu bairro é perigoso? Por quê?
- 7- Possui arma própria? Qual?
- 8- Possui arma cautelada da PMPA?
- 9- Em quais ocasiões porta a arma quando não está de serviço?
- 10- Onde você carrega a sua arma?
- na cintura, sem coldre
 - em um coldre dissimulado, na cintura
 - na bolsa/pochete
 - em um coldre de tornozelo
- 11- Tempo de serviço na PMPA:
- 12- Tempo de serviço: em atividade administrativa: em atividade operacional:
- 13- Atualmente realiza qual tipo de atividade? () – administrativa () – operacional
- 14- Há quanto tempo realiza a atividade atual?
- 15- Quais as OPMs em que trabalhou? Por quanto tempo?
- 16- Possui cursos Operacionais?
- Não
 - Sim, quais e ano de conclusão
- 17- Quando ocorreram as suas duas últimas instrução de tiro?
- somente no curso de formação
 - Mês/ano:
- 18- Quando ocorreram as suas últimas instruções de defesa pessoal?
- somente no curso de formação
 - nunca tive
 - Mês/ano: _____
- 19- Já participou de algum confronto físico ou armado EM serviço?
- não
 - sim, confronto físico. Quando? _____
 - sim, confronto armado. Quando? _____
- Caso já tenha participado você se feriu? Qual a gravidade de seu ferimento?
- 20- Já participou de algum confronto físico ou armado FORA de serviço?
- não
 - sim, confronto físico. Quando? _____
 - sim, confronto armado. Quando? _____
- Caso já tenha participado você se feriu? Qual a gravidade de seu ferimento? Já respondeu PAD ou IPM por uso excessivo de força?
- Sim
 - Não
- 21- Como faz o deslocamento de casa para o trabalho?
- 22- Você porta a Carteira de Identidade Funcional quando não está em serviço?
- sim, sempre

- b. () – não, nunca
 - c. () – sim, mas esconde
- 23- Você esconde o fato de ser policial para seus vizinhos?
- a. () – sim, sempre
 - b. () – não, nunca
 - c. () – sim, as vezes
- 24- Você deixa de frequentar algum lugar por achar perigoso?
- a. () – não
 - b. () – sim. Quais?
- 25- Você muda suas posturas em relação à segurança quando está acompanhado pela família?

APÊNDICE B – Roteiro das questões norteadoras dos Grupos Focais

1. Durante a chegada dos participantes os membros da equipe aplicarão o individualmente o formulário de identificação a cada um dos convidados (Apêndice A).
2. Introdução: *Rapport* - fornecer informações básicas sobre a pesquisa, deixar os participantes à vontade, estabelecer um ambiente amigável e confortável para o grupo.
3. Apresentação da pesquisa: Especificar que é uma pesquisa para uma tese de doutorado, falar sobre objetivos, procedimentos e resultados esperados.
4. Apresentação as atividades: informar que todos participarão de um grupo de discussão sobre aspectos do trabalho policial, cuja dinâmica será detalhada pela modrador durante as atividades.
5. Agradecimentos: falar que sabemos que todos ali exercem atividades fundamentais para a sociedade e agradecer o tempo disponibilizado para participar do grupo de discussão e sobre a importância do conhecimento que será produzido;
6. Formas de divulgação dos dados da pesquisa: Artigos e eventos científicos.
7. Apresentação das dinâmicas: Fornecer informações sobre os princípios do Grupo de Discussão
 O moderador e o auxiliar apresentarão verbalmente os princípios do grupo de discussão:
 - a) temos independência para concordar ou discordar das posições dos demais participantes;
 - b) haverá um cuidado com a confidencialidade das pessoas na divulgação dos dados;
 - c) o espaço está sendo proporcionado para incentivar a participação de todos e expressão de opiniões diferentes e, por isso, é fundamental respeitar todas as opiniões;
 - d) solicitar que ninguém fale por longos períodos tornando o debate centralizado em uma ou outra pessoa;
 - e) evitar as conversas paralelas e que as pessoas não falem ao mesmo tempo para garantir a participação de todos.
 - f) Apresentar o roteiro da dinâmica: será apresentada uma situação problema e o grupo será incitado a responder como reagiria diante da situação apresentada. Caso o grupo não se refira aos riscos envolvidos em cada caso, o moderador e o auxiliar instigarão alguns dos participantes a falar sobre esta temática.
8. Situações para debates:
 - a. SITUAÇÃO 1 - Objetivo: Percebe o risco e assume a escolha conscientemente. Você está na casa de um amigo. Ele mora em um bairro periférico. São 16h da tarde de uma quarta-feira, você se despede e sai caminhando em direção a uma parada de ônibus. De repente, se aproxima uma VAN que vai na direção da sua casa. Você está à paisano e armado.
 - b. SITUAÇÃO 02 - Objetivo: percepção do risco e decisão de intervenção, percepção sobre o que é “estar de serviço”. Você sai do trabalho fardado e pega o ônibus da linha Curuçambá lotado. Em uma das paradas da BR 316 você

percebe dois homens que considera suspeitos. De repente, um deles aponta uma arma para o cobrador enquanto o outro anuncia o assalto. Neste instante você percebe que está desarmado.

- c. SITUAÇÃO 03 - Objetivos: porte de armamento, a presença da família influencia a tomada de decisão e se a ação imediata seria intervir. Você levou sua família para passear no shopping Castanheira. Como é Natal, o shopping está cheio de gente, mas você consegue uma mesa vazia na praça de alimentação. Enquanto sua mulher (ou marido ou namorado) escolhe o que comer, você brinca com seu filho. De repente, você ouve um barulho conhecido. Vira para o lado e percebe que foi um tiro. Uma das lojas está sendo assaltada naquele instante.
- d. SITUAÇÃO 04 - Informações: se consegue se perceber sendo vítima e se quando deixa de ser o foco busca intervir (herói), se aciona outros apoios.

Após cada situação fazer o fechamento de cada caso e após, o fechamento final.

APÊNDICE C – Termo de Livre Consentimento Esclarecido

PESQUISA: “A vida no limite: a percepção dos riscos profissionais pelo policial militar nas diferentes regiões do estado do Pará”

Prezado (a) colaborador (a),

Estou realizando um estudo sobre a percepção de risco dos policiais militares nas diferentes regiões do estado. Neste sentido, gostaria de contar com sua participação respondendo ao formulário que se segue bem como dispor do seu tempo para uma discussão a respeito do tema. Você não precisa se identificar, suas respostas serão mantidas no mais absoluto sigilo, pois suas informações só terão significado como parte do conjunto global dos dados obtidos.

Atenciosamente

César Maurício de Abreu Mello – Pesquisador

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____ participante da pesquisa “A vida no limite: a percepção dos riscos profissionais pelo policial militar nas diferentes regiões do estado do Pará”, considero que estou suficientemente esclarecido (a) sobre a natureza, a finalidade, os métodos e os objetivos sociais da referida pesquisa, assim como dos benefícios sociais e riscos que poderão ser gerados com seus resultados ao desenvolvimento dos serviços de Segurança Pública, à sociedade brasileira e ao conhecimento científico em geral. Diante de tais esclarecimentos, autorizo minha participação voluntária como sujeito da informação deste estudo.

Local/Data

Participante da Pesquisa

APÊNDICE D – Roteiro das entrevistas semiestruturadas

1. Durante a chegada do participante o pesquisador irá fornecer informações básicas sobre a pesquisa, deixar o participante à vontade, estabelecer um ambiente amigável e confortável para a realização da entrevista.
2. Apresentação da pesquisa: Especificar que é uma pesquisa para uma tese de doutorado, falar sobre objetivos, procedimentos e resultados esperados.
3. Agradecimentos: Ressaltar que o pesquisador sabe que todos ali exercem atividades fundamentais para a sociedade, agradecer o tempo disponibilizado para participar da entrevista e enaltecer a importância do conhecimento que será produzido;
4. Eixos:
 - a. Como você definiria os riscos da sua profissão?
 - b. Quais os riscos você considera mais importantes? Por quê?
 - c. Você já sofreu alguma ameaça ou agressão dentro ou fora de serviço?
 - d. Você utiliza artifícios para esconder a sua profissão?
 - e. Você gosta de ser policial?
 - f. Você já foi discriminado por ser policial?
 - g. Você se considera corajoso? Já praticou algum ato de bravura?
 - h. livre